

Correio

DA UNESCO

abril-junho 2017



SELÇUK

Desafios 2030: uma agenda para todos



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

ISSN 2179-8818
017011
9 772179 881070

Nossos colaboradores



Nesta edição

Desde 1948, *O Correio da UNESCO* tem funcionado como uma plataforma para debates internacionais sobre questões que dizem respeito a todo o planeta. Esta primeira edição de 2017, que marca a volta de *O Correio* após uma pausa de cinco anos, não foge à regra: especialistas, figuras públicas, artistas e jornalistas de todo o mundo se reuniram para discutir questões atuais.

Mudança climática e energia sustentável (p. 23), o futuro das cidades e as Cidades Inteligentes (p. 15), o acesso à água e a situação das águas subterrâneas (p. 19), políticas educacionais e a importância que elas dão às meninas (p. 8), novas tecnologias e seu papel no estabelecimento de instituições democráticas eficientes (p. 27), alianças e parcerias que devem ser construídas para se avançar rumo a um mundo melhor (p. 31) – estes são alguns dos assuntos que constituem o dossiê principal, *Grande angular*, desta edição dedicada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A UNESCO está intimamente associada ao desenvolvimento e à implementação desse roteiro internacional que visa a alcançar os 17 objetivos estabelecidos pela ONU,

e está convencida de que a cultura, embora oficialmente ausente dos ODS, encontra-se no coração das políticas de desenvolvimento sustentável (p. 12).

Elyx, o jovem personagem virtual criado por Yacine Ait Kaci (YAK) e designado embaixador virtual da ONU, ajuda *O Correio* em sua missão de tornar palpáveis as diferentes realidades ao redor do mundo, ilustra vários ODS e destaca os atores que participam da realização dessa agenda para todos. Esses atores incluem a comunidade internacional, os Estados, a sociedade civil, as comunidades e autoridades locais, o setor privado, assim como as parcerias que tais atores estabeleceram entre si.

A seção *Ideias*, que é dedicada a outra questão urgente – a percepção atual do Islã – sugere que se considere uma reinterpretação do Alcorão (p. 42) e da charia (p. 48). Esta edição de *O Correio* também apresenta um texto de referência sobre os diferentes aspectos da cultura islâmica. Lançado em 1977, na sequência de um trabalho monumental produzido pelas Edições UNESCO sobre histórias gerais e regionais, esse trabalho abrangente foi concluído em novembro de 2016, com a publicação de dois volumes, que

constituem uma importante contribuição para o atual debate sobre o Islã.

Na seção *Assuntos atuais* do trimestre de abril a junho de 2017, *O Correio* irá celebrar o lançamento do programa Capital Mundial do Livro (*World Book Capital*), em Conacri, no dia 23 de abril (p. 70) e o Dia Internacional do Jazz, com o pianista cubano Chucho Valdés (p. 58), no dia 30 de abril, em Havana. *O Correio* também irá participar da celebração de vários outros dias internacionais, como o Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, em 3 de maio (p. 62), o Dia Mundial dos Oceanos, em 8 de junho (p. 65), e o Dia Internacional pela Eliminação da Violência Sexual em Conflitos, em 19 de junho (p. 61).

Esta edição de *O Correio* também convida você a conhecer melhor o Nosso Convidado, Alphadi, o “Mago do Deserto”. Finalmente, junte-se a nós e mergulhe no mundo peculiar e totalmente desconhecido das *haenyeo* da Ilha de Jeju, as mergulhadoras da República da Coreia. Descubra, por meio das deslumbrantes imagens da seção Zoom, o destino excepcional dessas mulheres extraordinárias (p. 36).

Esperamos que você goste da leitura desta edição!

O **Correio da UNESCO** é publicado trimestralmente em sete línguas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. A publicação promove os ideais da UNESCO por meio do compartilhamento de ideias sobre questões de interesse internacional importantes para o seu mandato.

O *Correio da UNESCO* é publicado graças ao generoso apoio da República Popular da China.

Diretor da publicação: Eric Falt

Diretor-executivo: Vincent Defourny

Diretora editorial: Jasmina Šopova

Diretor de produção e promoção: Ian Denison

Editora assistente: Katerina Markelova

Editora digital: Malahat Ibrahimova

Editores das línguas:

- **Árabe:** Anissa Barrak
- **Chinês:** Xiaomei Wang e Camille Yihua Chen
- **Inglês:** Shiraz Sidhva
- **Francês:** Isabelle Motchane-Brun
- **Português:** Ana Lúcia Guimarães
- **Russo:** Marina Yaloyan
- **Espanhol:** Lucía Iglesias Kuntz

Tradução para o português: Manuela Coelho

Editora de fotos: Danica Bijeljac

Projeto gráfico: Abjad Design

Impressão: UNESCO

Foto da capa: © Selçuk

Informação e direitos de reprodução:

courier@unesco.org

7, place de Fontenoy, 75352 Paris 07 SP, France

© UNESCO 2017

ISSN 2179-8818 (por)

Assinatura online gratuita do Correio:

<http://fr.unesco.org/courier>

Em português: <http://www.unesco.org/new/pt/unesco-courier/>

Periódico disponível em Acesso Aberto sob a licença Atribuição-Partilha 3.0 IGO (CC-BY-SA 3.0 IGO) (<http://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/igo/>).

Ao utilizar o conteúdo desta publicação, os usuários aceitam a vinculação aos termos de uso do Repositório UNESCO de acesso livre (<http://en.unesco.org/open-access/>).

A presente licença se aplica exclusivamente aos textos. Para o uso de imagens, deve ser solicitada autorização prévia.

As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo desta publicação não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites.

As ideias e opiniões expressas nesta publicação são dos autores e não refletem obrigatoriamente as da UNESCO nem comprometem a Organização.

Sumário



GRANDE ANGULAR

- Peng Liyuan: "A igualdade de oportunidades é fundamental"** 08
Entrevista a Jasmina Šopova
- Cultura: no coração dos ODS** 12
Jyoti Hosagrahar
- Geração de afroempreendedores** 15
Ayoko Mensah
- A crise hídrica de Angkor** 19
Chamroeun Sok
- Ameenah Gurib-Fakim: a ciência é a base do progresso social** 23
Entrevista a Isabelle Motchane-Brun
- Lições globais do governo da Estônia, com experiência em tecnologia** 27
Mari Roonemaa
- Parcerias inovadoras para a mudança** 31
Shiraz Sidhva



ZOOM

- As haenyeo: lendas vivas de Jeju** 36
Katerina Markelova e Hyung-sun Kim



IDEIAS

- O Alcorão, entre texto e contexto** 42
Mahmoud Hussein
- O que a charia não é** 48
Ali Benmakhlouf
- Um trabalho de referência para os nossos tempos** 50
Nahid Afrose Kabir



NOSSO CONVIDADO

- Alphadi: colocar a criatividade da África no mapa mundial** 52
Entrevista a Jasmina Šopova



ASSUNTOS ATUAIS

- Chucho Valdés no piano: "Eu exploro todos os caminhos que existem!"** 58
Entrevista a Lucía Iglesias Kuntz
- "Olhe para mim, eu sou linda!"** 61
Formação online de juizes para proteger jornalistas 62
Rosental Calmon Alves
- Compreender os oceanos** 65
Shin Tani
- Celebrar os livros e a leitura para todos** 70
Koumanthio Zeinab Diallo



NOTÍCIAS

- Esporte para a paz** 72
- Combater e prevenir a radicalização dos jovens** 72
- MIL Clicks: clique com inteligência!** 73
- Uma visita do povo do Lago do Urso** 74
- Recursos educacionais abertos ganham terreno** 74

Editorial



Rotação. Amã, Jordânia, 2016.

© Pejac



Irina Bokova, diretora-geral da UNESCO.
© Yulian Donovan

Desde a sua criação em 1948, *O Correio da UNESCO* tem difundido um ideal por todo o mundo: a humanidade unida em sua diversidade em torno de valores universais e direitos fundamentais, forte na riqueza de suas culturas, de seu conhecimento e de suas realizações.

O Correio da UNESCO é um elemento-chave da identidade da UNESCO, assim como uma das ferramentas mais poderosas para o seu mandato humanista. Em 1988, Sandy Koffler, o fundador e primeiro editor-chefe do periódico, disse: “De todos os periódicos publicados pelas Nações Unidas e suas instituições especializadas, *O Correio da UNESCO* sempre ocupou o primeiro lugar, pela quantidade de seus leitores e pelo alcance de sua audiência”. Em todos os continentes e durante 70 anos, *O Correio* incorporou a missão da UNESCO: construir a paz na mente de homens e mulheres por meio da disseminação de conhecimento e culturas, do livre fluxo de ideias e informações por meio de palavras e imagens, para ajudar a fortalecer o entendimento mútuo, o espírito da tolerância, o debate consciente e a paz. O ressurgimento deste periódico histórico em 2017, por meio do generoso apoio da República Popular da China, é muito mais do que a retomada de uma empreitada editorial: é uma oportunidade valiosa de renovar o nosso compromisso com os valores fundadores de *O Correio*.

A publicação desta edição, que marca o relançamento de *O Correio da UNESCO*, é particularmente apropriada, considerando que ela se insere na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que as Nações Unidas aprovaram em setembro de 2015.

Essa nova agenda representa um ponto de inflexão rumo a uma atitude mais humanista nas políticas globais de desenvolvimento, que dependa das capacidades de resposta das pessoas aos desafios da paz e da mudança climática por meio da educação, da ciência e da cultura, que é um elemento subjacente a cada um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Estamos convencidos de que em um mundo cheio de limitações – em termos de nossos recursos e nossos meios – a humanidade pode contar com os recursos renováveis de sua inteligência, de sua criatividade e de sua engenhosidade. Essa riqueza, estimulada pela exigência moral de respeitar os direitos e a dignidade de cada indivíduo, representa uma fonte infinita de progresso. Para libertar esse potencial, também devemos ajudar na conscientização sobre a riqueza criativa da humanidade, e *O Correio* pode contribuir para isso promovendo a circulação de palavras de paz, confiança e inteligência como resposta ao discurso do ódio, do medo e da rejeição que na atualidade é facilmente disseminado na internet e nas ruas. *O Correio da UNESCO* é também uma ferramenta poderosa desse anseio fundamental, e por isso eu chamo todos os Estados-membros da UNESCO e parceiros e, acima de tudo, todos os intelectuais, artistas e especialistas, para que façam suas vozes serem ouvidas, enriquecendo as páginas deste *Correio*, que inspirou tantas gerações de leitores e vai continuar a fazê-lo por um longo tempo.

Irina Bokova

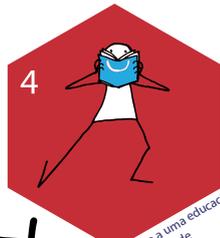
Grande angular



Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Acesso a uma educação de qualidade



Igualdade entre os sexos



Acesso à água potável e saneamento



Inovação e infraestruturas



Cidades e comunidades sustentáveis



Luta contra as mudanças climáticas



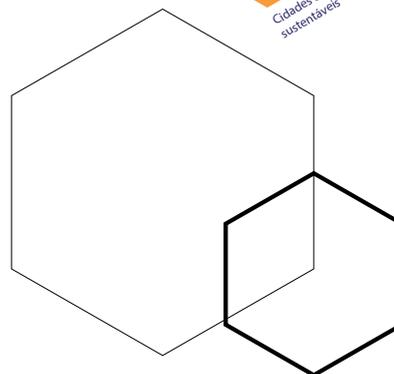
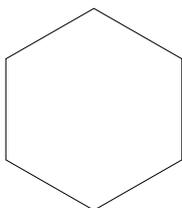
Via aquática



Vida terrestre



Paz, justiça e instituições eficazes



ELYX by YAK

Desafios 2030: uma agenda para todos

A UNESCO e os ODS

Aprovados em setembro de 2015 pelas Nações Unidas, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) representam uma nova agenda global, com a finalidade de melhorar a vida das pessoas em todos os lugares até 2030.

Os ODS abrangem 17 objetivos ambiciosos e interdependentes, com base em conceitos-chave como inclusão, integração e universalidade. Esses objetivos são diretrizes para os governos, assim como para o setor privado, para a sociedade civil e até mesmo para cidadãos individualmente considerados, de modo que todos possam participar neste projeto comum que visa a erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir a prosperidade para todos.

Como um membro ativo nessa coalizão global, a UNESCO contribui de forma mais específica para a implementação de nove ODS nas áreas em que sua experiência e sua liderança são reconhecidas. Embora nenhum dos objetivos seja direcionado especificamente à cultura, seu papel é considerado um fator-chave para a implementação da Agenda como um todo.

No contexto da erradicação da pobreza (ODS 1) e da redução da desigualdade (ODS 10), e com base em parcerias para a realização dos ODS (ODS 17), a Organização é responsável particularmente pela agenda de Educação 2030, que visa à educação de qualidade, justa e inclusiva, e à promoção de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos (ODS 4).

Em todos os seus programas, a UNESCO intensifica seus esforços para avançar na igualdade de gênero e empoderar mulheres e meninas (ODS 5) em termos de acesso à educação, participação feminina na tomada de decisões – especialmente na ciência –, promoção das mulheres como agentes de mudança social e combate à violência contra as mulheres.

Com a ajuda de seus programas de pesquisa sobre a gestão de recursos hídricos e sobre o desenvolvimento de habilidades científicas e tecnológicas, atualmente a Organização está melhorando o acesso seguro à água potável (ODS 6) e participando do reconhecimento da ciência, da tecnologia e das inovações no

desenvolvimento sustentável (ODS 9). A UNESCO promove um melhor conhecimento sobre os oceanos, participa do fortalecimento de competências para a gestão sustentável de oceanos e áreas litorâneas (ODS 14); apoia a proteção e o uso sustentável da biodiversidade, assim como a gestão de recursos naturais, por meio de sítios do Patrimônio Mundial e de Reservas da Biosfera (ODS 15); e apoia esforços de adaptação e mitigação da mudança climática (ODS 13).

A UNESCO participa ativamente da criação de cidades inclusivas, seguras e resilientes, visando, entre outros, à conservação do patrimônio cultural e natural da humanidade (ODS 11). A Organização também trabalha para assegurar o acesso público à informação, a segurança dos jornalistas, e a promoção da boa governança e do Estado de direito (ODS 16).

Peng Liyuan: “A igualdade de oportunidades é fundamental”

Atualmente, a China atribui a máxima prioridade à educação para todos, no marco de ação de sua política nacional ou em sua assistência internacional para o desenvolvimento. A garantia da igualdade de gênero - no acesso e no tratamento nas escolas, na educação continuada e na formação profissional - está no cerne das convicções defendidas por Peng Liyuan, a primeira-dama da República Popular da China, professora e enviada especial da UNESCO para o Avanço da Educação de Meninas e Mulheres.

Entrevista a Jasmina Šopova

Sra. Liyuan, a sua ação em prol da igualdade de gênero na educação é universalmente reconhecida atualmente. Há quanto tempo a sra. está nesse caminho, e qual foi a sua motivação pessoal inicial?

Minha paixão pela educação tem muito a ver com o meu pai. Na década de 1950, de forma lamentável, praticamente não havia educação na zona rural da China. Muitas pessoas, especialmente mulheres, eram analfabetas. Meu pai era o diretor de uma escola noturna em sua vila, encarregado do programa de alfabetização. Ele se dedicava totalmente a esse trabalho. Com a ajuda dele, muitos moradores da vila aprenderam a escrever seus nomes e, pela primeira vez, puderam ler jornais e livros. A melhor coisa foi que algumas mães, após frequentarem a escola do meu pai, se tornaram capazes de ensinar seus filhos a ler e a escrever. Desde menina, eu me inspirei no meu pai, ainda mais depois de me tornar eu mesma professora e mãe.

A desigualdade de gênero está profundamente enraizada em todas as sociedades. Em muitos lugares, as mulheres continuam sendo um grupo vulnerável e correspondem a 70% da população mundial que vive na pobreza. Quase dois terços dos adultos analfabetos são mulheres. Mais meninas abandonam a escola do que meninos. Muitas vezes as mulheres não têm a capacidade de tomar o destino em suas

próprias mãos e têm de suportar muitas dificuldades na vida. As mulheres, mais do que ninguém, desejam igualdade e respeito. Todos esses fatores me levaram a fazer o que eu posso para promover a educação de meninas e mulheres.

Como enviada especial da UNESCO para o Avanço da Educação de Meninas e Mulheres, qual é a sua visão da educação com o objetivo de reduzir as desigualdades de gênero?

A educação de meninas e mulheres é uma causa nobre e importante. Em março de 2014, na Sede da UNESCO, eu recebi da diretora-geral, Irina Bokova, o certificado de enviada especial da UNESCO para o Avanço da Educação de Meninas e Mulheres. Foi uma grande honra e uma enorme responsabilidade. Garantir que mulheres e homens tenham oportunidades iguais para realizar seu potencial é essencial para impulsionar o progresso social, a igualdade de gênero e o desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, a educação desempenha um papel-chave. A igualdade na educação inclui a igualdade de oportunidades, de processos e de resultados. Nosso objetivo é que mulheres e homens tenham igualdade de acesso e tratamento igualitário durante o processo da educação, de modo que possam dispor de oportunidades iguais no acesso a universidades, no emprego e no reconhecimento social. Eu farei o meu melhor para ajudar a realizar esse objetivo.

Qual é o seu programa como enviada especial? A sra. poderia nos dar alguns exemplos do que tem feito para promover o empoderamento de meninas e mulheres, e quais são os resultados disso?

Desde que me tornei enviada especial em 2014, eu visitei muitas escolas, organizações de jovens e instituições para o desenvolvimento das mulheres na África e na Ásia, para observar a situação na prática, buscar força e ideias a partir delas, assim como compartilhar experiências. Em eventos de defesa de seus interesses, com frequência eu destaco a importância das professoras e da educação de meninas e mulheres. No evento de alto nível da Iniciativa Mundial da ONU A Educação em Primeiro Lugar, por exemplo, eu pedi que todos os países atribuíssem maior importância à promoção da igualdade e da qualidade na educação.

Na China, existe um projeto chamado Broto da Primavera que ajuda meninas pobres a voltar para a escola. Desde o seu lançamento em 1989, o projeto assistiu 3,42 milhões de meninas, estabeleceu 1.489 escolas com suas doações, forneceu formação para 523 mil meninas, e elaborou e distribuiu 1,5 milhão de panfletos sobre a proteção de meninas. Como enviada especial do projeto, eu visitei um acampamento de verão para meninas que anteriormente não puderam frequentar a escola. Foi animador ver como as meninas tinham



O primeiro Prêmio UNESCO de Educação das Meninas e Mulheres sendo entregue às laureadas da Indonésia e do Zimbábue, em Pequim, no dia 6 de junho de 2016. Evernice Munando, diretora de projetos do *Female Students Network Trust*, do Zimbábue; Irina Bokova, diretora-geral da UNESCO; Peng Liyuan, primeira-dama da China e enviada especial da UNESCO; e Ella Yulaelawati, diretora do projeto indonésio para Melhorar o Acesso e a Qualidade da Educação de Meninas.

© UNESCO

se tornado felizes e versáteis, graças ao apoio que tiveram do projeto.

Esta é a mensagem que eu gostaria de enviar: a igualdade de acesso à educação é a base para se tornar uma pessoa equilibrada e para viver uma vida significativa. É um fator essencial para tornar possível o desenvolvimento sustentável. Eu estou convencida de que a vida é cheia de possibilidades para cada menina e mulher, contanto que mantenhamos nossos sonhos vivos e que tenhamos a coragem e a força de vontade para realizá-los.

Um novo prêmio internacional para a educação de meninas e mulheres, financiado pelo governo chinês, foi lançado em 2015. Quais são os seus objetivos?

O Prêmio UNESCO de Educação de Meninas e Mulheres, proposto e patrocinado pelo governo chinês, é o primeiro e atualmente o único prêmio estabelecido pela UNESCO nessa área. Seu objetivo consiste em estimular mais pessoas a fazerem parte desse esforço, recompensando as pessoas e instituições que realizam contribuições

marcantes para a educação de meninas e mulheres. Na primeira cerimônia de premiação, realizada em 2016 em Pequim, eu me encontrei com as laureadas da Indonésia e do Zimbábue. Elas e as instituições que representam realizaram muitas ações concretas para promover a educação das mulheres, o que é realmente admirável. São elas e muitas outras, tão comprometidas e batalhadoras quanto, que fizeram do nosso mundo um lugar melhor. Eu gostaria de prestar uma grande homenagem e expressar meu profundo apreço a elas.



Para a sra., o que significa ser professora?

A China tem uma longa tradição de respeito aos professores e de valorização da educação. Han Yu, um escritor famoso da Dinastia Tang (618-907), considerava que o dever de um professor consistia em “transmitir conhecimento aos estudantes, ensinar a eles como viver e responder a suas questões”. Para os estudantes, um bom professor os ajuda a encontrar o caminho correto na vida, não apenas transmitindo conhecimento e ideias, mas também inspirando sabedoria e paixão. Para a sociedade, um bom professor lança as sementes da bondade, da integridade e da paz. Eu acredito que, para um professor, é importante continuar aprendendo, manter-se criativo e melhorar constantemente suas competências. Um bom professor deve ter a habilidade de cultivar uma personalidade saudável e construir um caráter firme nos estudantes, por meio do poder da virtude, da cultura e da arte. É importante respeitar os estudantes, ser compreensivo com eles e ensiná-los por meio de exemplos, para que eles aprendam a ser gentis, tolerantes e generosos, desse modo preparando-os bem para servir à sociedade no futuro.

A China se tornou uma defensora da Iniciativa Mundial A Educação em Primeiro Lugar. Quais aspectos da política educacional chinesa a sra. considera os mais importantes?

Na China, a promoção da igualdade na educação e a garantia do acesso igualitário à educação para todos é uma política nacional básica. Adotando leis, políticas e medidas, tais como o financiamento para estudantes em dificuldade e programas de alimentação escolar, o país garante o direito de meninas e mulheres à educação. A China estabeleceu o Plano de Ação Nacional de Educação para Todos (2001-2015) e acompanha seus progressos em localidades específicas. A cada cinco anos, o país estabelece diretrizes nacionais distintas para o desenvolvimento de mulheres e crianças, definindo a meta de assegurar, até 2020, direitos iguais para as mulheres nas áreas de saúde, educação e desenvolvimento econômico, assim como as etapas em direção a essa meta. O governo deixou claro que em todas as suas ações relacionadas à educação, a igualdade de gênero deve ser garantida, para que mulheres e meninas tenham direitos e oportunidades educacionais iguais e para que passem a receber níveis mais elevados de educação. A China alcançou o ODM (Objetivo de Desenvolvimento do

Milênio) relativo à igualdade de gênero na educação. A capacidade que as mulheres chinesas têm de determinar seus próprios destinos e de participar no desenvolvimento tem sido aperfeiçoada de forma notável.

O país também ampliou de forma ativa a cooperação e a assistência externas na área da educação. Em 2015, no Encontro de Líderes Mundiais sobre Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres, o presidente Xi Jinping prometeu US\$ 10 milhões para a implementação da Declaração e Plataforma de Ação de Beijing e para a realização dos objetivos relacionados na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. A China também tem apoiado outros países em desenvolvimento quanto a acabar com o analfabetismo, assim como para promover a formação de professores em educação de meninas e mulheres, por meio da criação de um fundo e de prêmios com a UNESCO.

Eu cumprirei o meu dever como enviada especial e apoiarei as ações da UNESCO na promoção da educação de meninas e mulheres em todo o mundo. Não medirei esforços para fazer avançar essa nobre causa.

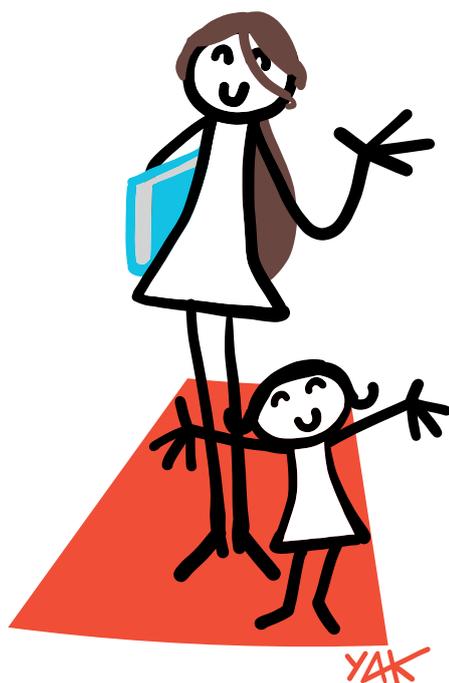
Um prêmio para a educação de meninas

Como um fator do progresso econômico e social, a educação para todos é, na mesma medida que a igualdade de gênero, um direito fundamental. No entanto, mesmo que tenham ocorrido progressos nos últimos 20 anos, é preciso notar que com frequência as meninas ainda estão em posição de desvantagem se comparado aos meninos. Pobreza, isolamento geográfico, deficiências, casamentos precoces ou preconceitos predominantes em certas regiões do mundo continuam sendo alguns dos obstáculos que ainda impedem o acesso de meninas à educação.

Criado em 2015 pelo Conselho Executivo da UNESCO e financiado pela República Popular da China, o Prêmio UNESCO de Educação de Meninas e Mulheres reconhece as inovações e contribuições excepcionais de indivíduos, instituições e organizações nesse campo. Todos os anos, são entregues dois Prêmios, após a seleção realizada por um júri de especialistas

internacionais; cada uma das laureadas recebe US\$ 50.000,00 para continuar seu trabalho na promoção da educação de meninas e mulheres. O Prêmio foi concedido pela primeira vez em junho de 2016, em uma cerimônia que ocorreu em Pequim, à Diretoria de Desenvolvimento da Educação Infantil do Ministério da Educação e da Cultura da República da Indonésia e ao *Female Students Network Trust* (Rede de Estudantes Mulheres, em tradução livre), do Zimbábue, por seus projetos inovadores.

Esse Prêmio visa a contribuir para a realização dos objetivos em educação e igualdade de gênero da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Também serve para mostrar a importância que a China confere aos grupos mais vulneráveis e às oportunidades iguais para meninas e mulheres por meio de leis, políticas e cooperação internacional, com foco na garantia de sua independência e na melhoria de sua qualidade de vida.



Cultura: no coração dos ODS

A cultura é quem nós somos e o que molda a nossa identidade. Colocar a cultura no coração das políticas de desenvolvimento é a única forma de garantir um desenvolvimento centrado no ser humano, inclusivo e equitativo.

Jyoti Hosagrahar

No marco de ação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), aprovados pelas Nações Unidas em setembro de 2015, a agenda internacional de desenvolvimento se refere à cultura pela primeira vez. Tal fato foi elogiado pela UNESCO como “um reconhecimento sem paralelo”.

A salvaguarda e a promoção da cultura são fins em si mesmas e, ao mesmo tempo, contribuem de forma direta para muitos dos ODS – cidades seguras e sustentáveis, trabalho decente e crescimento econômico, redução das desigualdades, meio ambiente, promoção da igualdade de gênero, e sociedades pacíficas e inclusivas. Os benefícios indiretos da cultura resultam de implementações culturalmente conscientes e efetivas dos objetivos de desenvolvimento.

Os ODS consagram uma mudança conceitual no pensamento sobre o desenvolvimento além do crescimento econômico – vislumbrando um futuro desejável que seja equitativo, inclusivo, pacífico e ambientalmente sustentável. Essa visão corajosa requer abordagens criativas, além das típicas abordagens lineares e setoriais que a maioria dos países tem utilizado nas últimas décadas.

Se os ODS são agrupados em torno de objetivos econômicos, sociais e ambientais como os três pilares do desenvolvimento sustentável, então, a cultura e a criatividade contribuem transversalmente para cada um desses pilares. Por outro lado, as dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável contribuem para a salvaguarda do patrimônio cultural e para o estímulo da criatividade.

O patrimônio cultural – tangível e intangível – e a criatividade são recursos que devem ser protegidos e gerenciados de forma cuidadosa. Ambos podem funcionar como condutores e facilitadores para a realização dos ODS, quando soluções que dão ênfase à cultura são capazes de assegurar o sucesso de intervenções para alcançar tais Objetivos.

Cidades inclusivas

A cultura tem um papel essencial a exercer no ODS 11: “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”. A Meta 11.4 pede o fortalecimento dos esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo.

O trabalho da UNESCO abordou esse objetivo mesmo antes de sua introdução formal em 2015. Da Declaração de Hangzhou: Colocar a Cultura no Centro das Políticas de Desenvolvimento Sustentável, aprovada em maio de 2013 – no congresso internacional organizado pela UNESCO na cidade chinesa de mesmo nome – aos Resultados de Hangzhou, aprovados em dezembro de 2015, a ênfase em cidades centradas nas pessoas permaneceu firme e contribuiu para o desenvolvimento da Nova Agenda Urbana das Nações Unidas.

Essa Agenda, que fornece um roteiro com duração de 20 anos para orientar o desenvolvimento urbano sustentável e visa a transformar as cidades do mundo, foi aprovada oficialmente por todos os países no encontro Habitat III, que ocorreu em Quito, Equador, em outubro de 2016. A UNESCO também lançou seu relatório *Cultura: urban future* (*Cultura: futuro urbano*,

em tradução livre), que apresenta uma visão global sobre a salvaguarda, a conservação e a gestão do patrimônio urbano, assim como a promoção de indústrias culturais e criativas.

Um exemplo disso é o reuso adaptativo de prédios abandonados e danificados em Nablus, na Palestina, que tem beneficiado as comunidades locais. O antigo caravansarai de Khan al Wakala foi transformado em um espaço público de uso misto para eventos e atividades culturais. Tais esforços empoderaram as comunidades locais e fortalecem a economia local. Ao reunir diversos indivíduos e grupos para o desenvolvimento de um projeto, eles também fomentam a coesão social (ODS 17: “fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável”).

O turismo é um setor econômico em rápido crescimento, dentro de um país ou região e ao redor do mundo. O turismo cultural responde por 40% das receitas mundiais do turismo. Isso tem um impacto direto e positivo em relação a todos os ODS, em especial o ODS 8: “promover o crescimento econômico sustentável, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos”. O patrimônio cultural que é administrado de forma cuidadosa atrai investimentos no turismo de uma forma sustentável, envolvendo as comunidades locais sem causar danos às áreas do patrimônio.

Cultura para a diversidade

Indústrias criativas e uma infraestrutura cultural são recursos valiosos para produzir meios de subsistência. Isso é

especialmente verdade em países em desenvolvimento que apresentam uma ampla gama de indústrias criativas. Além disso, uma porcentagem significativa de pessoas empregadas em atividades do setor de cultura é composta por mulheres (ODS 5: “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”). Fortalecer o comércio de bens e serviços culturais impulsiona os mercados locais e nacionais, o que, por outro lado, oferece oportunidades de emprego em trabalhos decentes (Metas 8.3 e 8.5 do ODS 8) e promove a produção local. As políticas culturais que promovem tratamento preferencial no comércio de bens produzidos localmente contribuem para “reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles” (ODS 10).

Um exemplo disso é o trabalho do *Teatro Argentino de la Plata*, em Buenos Aires, que ofereceu formação profissional em gestão de palco e outras habilidades nas artes dramáticas para 610 jovens e adultos desempregados. Financiado pelo Fundo Internacional para a Diversidade Cultural (IFCD), o projeto ajudou estudantes a melhorar suas habilidades, de forma que eles fossem capazes de encontrar empregos e se tornar empreendedores.

Áreas urbanas ricas em patrimônio cultural e com um vibrante setor criativo são mais atraentes para os negócios. A promoção de um crescimento econômico inclusivo e sustentável por meio do emprego nos setores cultural e criativo estimula o trabalho decente. A economia de algumas cidades se



“Eterna arte efêmera”

© REZA / Webistan



baseiam fortemente em elementos do patrimônio intangível, tais como artesanato, música, dança, artes visuais, culinária tradicional e teatro, os quais são frequentemente um aspecto intrínseco de áreas urbanas históricas.

Cidade da Música

Medellín, a segunda maior cidade da Colômbia e parte da Rede da UNESCO de Cidades Criativas, é um exemplo de como a música deu um novo impulso à cidade, usando cultura, educação e inovação. Além de fortalecer a cultura cívica, a equidade social e a paz, principalmente para os seus jovens, a cidade colombiana atrai milhares de turistas e gera renda e empregos por meio de vários eventos musicais e de um mercado de música popular. Intervenções para o desenvolvimento urbano em áreas tais como a do ODS 3: “assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades”; e do ODS 4: “assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos”; são mais efetivas quando respondem ao contexto cultural e às peculiaridades de um local ou comunidade. A cultura é percebida especificamente na Meta 4.7 (ODS 4), que pede por uma educação que promova a cultura de paz e não violência, a valorização da diversidade

cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

A promoção do respeito pela diversidade cultural em uma abordagem com base nos direitos humanos, além disso, facilita o entendimento cultural e a paz (ODS 16: “promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis”), previne conflitos e protege os direitos de grupos marginalizados. Eventos recentes também demonstraram a importância de se proteger a cultura, a diversidade cultural e a coesão social em situações de conflito armado.

A cultura tem uma correlação óbvia com as ações relativas ao clima (ODS 13). Diversas profissões e atividades têm como base o conhecimento local sobre a gestão do ecossistema, a extração de recursos naturais e de materiais locais. Uma vez que muitas dessas atividades requerem baixos níveis de tecnologia, energia e investimento, elas ajudam a criar meios de subsistência sustentáveis e contribuem para as economias verdes.

Sistemas de conhecimento

Em Uganda, um projeto para salvar o patrimônio intangível

treinou artesãos, especialmente jovens, no antigo ofício de produzir tecido de casca de árvores. O projeto também estabeleceu a prática sustentável de usar as árvores *mutuba*, que são onipresentes e originárias de Uganda, e que haviam sido deixadas de lado devido às guerras civis na região. Tal esforço promoveu avanços relativos a metas ambientais e garantiu a geração de renda, além de salvaguardar a produção de tecido de casca de árvores, que é elemento do patrimônio intangível.

Os sistemas de conhecimento e as práticas de gestão ambiental de povos autóctones e locais oferecem ideias que permitem uma melhor gestão dos desafios ecológicos, prevenindo a perda de biodiversidade, reduzindo a degradação do solo e reduzindo os efeitos da mudança climática. A cultura, em particular o conhecimento tradicional, também contribui para a resiliência e a recuperação em casos de desastres naturais (Meta 13.1 do ODS 13).

Arquiteta, planejadora e especialista em cultura, **Jyoti Hosagrahar** (Índia) é diretora da Divisão de Criatividade no Setor de Cultura da UNESCO, onde supervisiona, entre outros, a integração da cultura na implementação da Agenda 2030 das Nações Unidas. Antes de trabalhar na UNESCO, Jyoti foi professora na Universidade de Colúmbia em Nova York e professora da Cátedra UNESCO no Instituto Srishti, em Bangalore, Índia.



Geração de afroempreendedores

Incubadoras de *start-ups*, laboratórios de fabricação, sites e serviços digitais, e oficinas participativas - a juventude africana mergulhou direto na Era da Informação e na ideia de Cidades Inteligentes. Empreendedores e artistas afrocêntricos, dedicados e com experiência em mídias estão realizando *networking*, inovando e usando as indústrias criativas e culturais como alavancas para o desenvolvimento.

Ayoko Mensah



De Dacar a Nairóbi, jovens estão no coração de uma revolução de mídias digitais que está acontecendo em todo o continente africano. Com incubadoras de *start-ups*, laboratórios de fabricação (*fab labs*) ou oficinas de pequena escala, sites e serviços cibernéticos, assim como novos espaços de trabalho colaborativo, um número cada vez maior de jovens - fãs de tecnologias, hiperconectados, instruídos e inventivos - estão plenamente na nova economia digital.

Essa nova geração foi apelidada de "afroempreendedores" ("*afropreneurs*"). Não importa quão diversas sejam suas atividades, eles compartilham um DNA comum - o mundo digital, uma abordagem que interconecta necessariamente o local com o global, e um desejo de contribuir para a melhoria das condições de vida em toda a África.

Karim Sy, que mora em Dacar e fundou os Jokko Labs em 2010, é provavelmente o mais conhecido desses jovens empreendedores. Sua organização sem fins lucrativos é definida como um "agrupamento [*cluster*] virtual comprometido com a transformação social e com base em uma comunidade de empreendedores e uma rede de centros de inovação". Porém, existem muitos outros exemplos, como a *start-up* Agendakar (o maior

portal cultural *web* da capital do Senegal). Aqui, o jovem empreendedor Ousseynou Khadim Bèye, que criou um jogo para *smartphones* chamado *Cross Dakar City*, usa o jogo para alertar o público em geral sobre o triste destino dos *talibés* - meninos que deixam suas casas para estudar em escolas corânicas e são explorados e levados à mendicância nas ruas de Dacar.

É uma boa aposta dizer que esses inovadores em indústrias culturais e criativas também serão atores-chave em Diamniadio, a primeira Cidade Inteligente do Senegal. Localizada a apenas 30 km de Dacar, espera-se que ela cresça substancialmente nos próximos anos.

De Cidade Inteligente a Cidade Nacional

Diamniadio não é a única Cidade Inteligente no continente africano. Conforme testemunhado pela revolução em andamento, o desenvolvimento de vários projetos urbanos e centros digitais de excelência também está decolando em outros países. Na Nigéria, Yaba, um subúrbio de Lagos, já é o mais conhecido *hub* de tecnologia da África, apelidado de "Yabacon Valley". No Quênia, a Cidade Tecnológica de Konza abriga 250 *start-ups* e é conhecida





WAZIHack Togo!, um evento de dois dias (2017), com o objetivo de acelerar a adoção de soluções da internet das coisas (*Internet of Things - IoT*) na África.

© www.lafricainedarchitecture.com/
www.woelabo.com

como a “Savana Africana de Silício”. Exemplos parecidos existem em Benin, onde o governo desenvolveu o projeto Cidade Inteligente Benin; no Marrocos, onde foi lançado o Cluster Cidade Inteligente Casablanca, e-Madina; assim como em Ruanda e na África do Sul.

Embora sem dúvida esses novos *hubs* urbanos abram novas oportunidades para a juventude africana, eles também levantam algumas questões. Em 2010, Senamé Koffi Agboginou, antropólogo independente e estudante de arquitetura togolês, fundou a Plataforma Africana de Arquitetura. Ele acredita que as Cidades Inteligentes africanas, não devem tentar reproduzir exemplos do Ocidente, mas sim inventar seus próprios modelos derivados dos contextos locais. Ele desenvolve a ideia de “modernidade ancorada” em um distrito de Lomé, a capital do Togo, onde abriu o

Woelab, que se descreve como “o primeiro espaço africano dedicado à democracia tecnológica”. Seu objetivo consiste em tornar a tecnologia de ponta acessível a todos os moradores locais, um “*fab lab* no nível da rua”.

“Nós devemos ir além da Cidade Inteligente, para a cidade nacional do amanhã, a cidade que compartilha”, diz S. K. Agboginou, que desenvolveu sua própria teoria de “baixa alta tecnologia”, tornando as tecnologias acessíveis aos consumidores de baixa renda. Ele propõe uma espécie de democracia digital e inteligência coletiva que tornariam autônomos os habitantes locais: “Nós somos os únicos na África a reunir *designers*, empreiteiros, pedreiros, carpinteiros, *designers* de moda e até pessoas sem-teto, em um lugar para projetos compartilhados”, ele explica em um artigo da revista *Forbes Afrique*. Pessoas de todos os

lugares estão conversando sobre o Woelab – como uma incubadora de *start-ups* e um lugar onde treinamento e oficinas são acessíveis a todos. A equipe destacou sua habilidade tecnológica com a invenção da W.Afate, uma impressora 3D de alta tecnologia feita inteiramente a partir de lixo eletrônico!

Cultura com uma forte orientação social

O surgimento de um número cada vez maior de afroempreendedores não deve ofuscar o dinamismo e a criatividade de jovens artistas e atores culturais em todas as cidades africanas. Esses artistas estão trabalhando para que suas vozes sejam ouvidas, tentando ganhar a vida com sua arte, e trabalhando para melhorar suas cidades apesar dos recursos limitados e das circunstâncias difíceis. Em Brazavile, Kinshasa, Lubumbashi, Duala,

Ségou e N'Djamena, existem vários projetos-protótipo que vinculam uma abordagem artística ao impacto social.

Os Ateliês Salm, fundados pelo escultor Bill Kouélany em Brazavile, apoiam uma nova geração de jovens muito talentosos. A Bienal de Lubumbashi, que foi realizada pela quarta vez em 2015, ganhou atenção internacional. Em Kinshasa, que já é conhecida por sua música, existem mais e mais festivais que destacam as excepcionais riquezas culturais da cidade.

Em Dacar, além da renomada Bienal Dak'Art de arte africana contemporânea, o festival Afropixel, organizado pela Associação Ker Thioissane, está adquirindo reconhecimento como uma plataforma para projetos, eventos, debates, discussão, e experimentação artística e social. A Ker Thioissane pretende explorar o potencial das novas mídias para estimular um desenvolvimento local que seja inclusivo e sustentável, enquanto observa o que define as características especiais de uma cidade criativa africana. Assim, em 2016, o tema do quinto festival Afropixel foi "Cidade Compartilhada", um assunto amplo que deu origem a uma movimentada programação de oficinas de *fab labs*, artistas residentes, estúdios abertos, exposições, instalações públicas, projeções de mapeamento por vídeo e inúmeros intercâmbios.

Ao longo dos últimos 10 anos, vários eventos ligados ao *hip-hop* floresceram em todo o continente. De forma marcante e gradual, isso deu origem a uma rede totalmente nova de artistas, produtores e festivais que hoje ajudam a conduzir a colaboração artística, a solidariedade e a transformação social. *Rappers* se envolveram muito em causas sociais e em movimentos de protesto social, como o grupo musical *Y'en a Marre* (Estou Farto) no Senegal, *Le Balai Citoyen* (A Vassoura Cidadã), um movimento político de base em Burkina Faso, e o movimento *lyina* - que significa "Estamos Cansados" no árabe local - no Chade.

Em maio de 2016, Smockey (Serge Bambara) o *rapper* e ativista burquinense, cofundador do *Balai Citoyen*, foi o primeiro a receber o respeitado prêmio *Music in Exile Fund Fellowship*. O prêmio anual - organizado pelos ativistas da liberdade de expressão *Index on Censorship* e pelos produtores do documentário *They will have to kill us first (Eles terão de nos matar primeiro, em tradução livre)* - reconhece pessoas de todo o mundo que colocaram sua arte a serviço da liberdade. Dois meses depois, quando o estúdio de Smockey em Uagadugu foi destruído por um incêndio, uma enorme campanha

Uma rede para as Cidades Criativas

Enquanto várias cidades como a Cidade do Cabo, Dacar, Praia, Joanesburgo, Uagadugu, Kinshasa e Brazavile estabeleceram sua visão nas indústrias culturais e criativas como um vetor para o desenvolvimento sustentável local, o conceito de Cidade Criativa ainda é relativamente novo na África. Isso se mostra evidente pela baixa representação africana na Rede de Cidades Criativas da UNESCO, que foi iniciada em 2004. Até o momento, apenas quatro cidades africanas (Brazavile em 2012, Dacar em 2014, Kinshasa e Lubumbashi em 2015) se juntaram à Rede, que abrange 116 cidades em 54 países. Dacar foi designada pela UNESCO como uma Cidade Criativa para as Artes de Mídia. Para o prefeito da capital senegalesa, Khalifa Sall, esse reconhecimento envia um sinal forte, não apenas para investidores e decisores políticos, mas também para os jovens empreendedores de Dacar, que já estavam desenvolvendo indústrias culturais e criativas como parte da economia digital muito antes da denominação que lhe foi dada.





A performance de vídeo/dança, de Tiziana Manfredi e Andreyra Ouamba, explora a ligação entre a vida cotidiana e o espaço urbano, na Dak'Art 2016.

© Tiziana Manfredi

internacional foi lançada nas mídias sociais para financiar sua reconstrução.

Os jovens artistas e empreendedores culturais africanos são criativos e engajados, mas também estão determinados a dar o melhor uso possível aos potenciais e recursos consideráveis das ferramentas digitais, para construir o futuro com que sonham.

Ayoko Judith Mensah é uma jornalista e consultora franco-togolesa. Após ter fundado e editado a revista *Afriscope*, ela trabalhou como especialista na União Europeia - África, Caribe e Pacífico (EU-ACB) APCCultures+, no Secretariado do ACP (Grupo de Estados Africanos, Caribenhos e do Pacífico) em Bruxelas. Atualmente, trabalha como consultora no setor da África do Centro de Belas Artes em Bruxelas.

Vislumbrar um futuro urbano

Até 2030, 60% da população mundial viverá em áreas urbanas. As cidades irão enfrentar enormes desafios em termos de poluição, *habitats*, desenvolvimento econômico, pobreza, gestão de recursos e energia.

No marco de ação de seu projeto Cultura para o Desenvolvimento Urbano Sustentável, lançado em 2015, a UNESCO publicou um relatório mundial chamado *Culture: urban future (Cultura: futuro urbano*, em tradução livre). Com o apoio de nove parceiros regionais e suas respectivas redes, especialistas e

organizações internacionais, o relatório propõe que se repense sobre a gestão das mudanças que afetam as cidades e o papel da cultura no desenvolvimento urbano sustentável. São analisadas as tendências, as ameaças e as perspectivas em diferentes contextos regionais. O relatório é uma ferramenta valiosa para ajudar os governos na implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e especialmente o ODS 11: "tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis".

Crise hídrica de Angkor

Será que o complexo de templos de Angkor Wat, assim como a cidade de Siem Reap onde está localizado, se tornaram vítimas do próprio sucesso? A explosão do turismo e uma população crescente em Camboja resultaram em escassez de água, o que forçou as autoridades a explorar as águas subterrâneas, chegando a baixar perigosamente o nível do lençol freático. Isso coloca uma ameaça à preservação de ecossistemas terrestres e causa a subsidência do solo sob o Sítio do Patrimônio Mundial de Valor Universal Excepcional. A UNESCO, em consulta com especialistas internacionais e autoridades locais, está estudando a possibilidade de bombear as águas da Reserva da Biosfera de Tonlé Sap, para assegurar a gestão sustentável dos recursos hídricos e parar o afundamento do solo onde o templo foi construído.

Chamroeun Sok

Angkor, um dos mais fascinantes conjuntos de ruínas de monumentos e templos em todo o mundo, espalha-se por 400 quilômetros quadrados dentro do Parque Arqueológico de Angkor, que é protegido pela UNESCO. O templo tem atraído um número crescente de turistas desde que foi aberto à visitação menos de 25 anos atrás. Mais de 4 milhões de visitantes – dos quais 2,5 milhões são estrangeiros – se dirigiram no ano passado a esse assentamento medieval único, colocando uma enorme pressão sobre os escassos recursos hídricos da área.

O Complexo de Angkor, que abrange 112 vilas e florestas, e a florescente cidade de Siem Reap, um desenvolvimento relativamente recente destinado a fazer frente à explosão da indústria do turismo, correm o risco de se tornarem vítimas de seu próprio sucesso. Com seu aeroporto internacional e uma população em crescimento de mais de 1 milhão de pessoas, além dos turistas que alimentam sua economia, Siem Reap, capital da província do mesmo nome, em menos de duas décadas, transformou-se de um sonolento remanso à beira do rio em uma cidade movimentada. A cidade tem um aeroporto internacional, mais de 100 hotéis, restaurantes, cafés e mercados cheios de lojas. Porém, os gramados verdejantes dos hotéis e *resorts* de



O desmatamento intenso – resultado direto da agricultura de corte e queima – cobra seu preço no Parque Nacional de Phnom Kulen.

© Erika Pineros





Angkor Wat atrai 4 milhões de visitantes todos os anos – a expectativa é que esse número aumente.

cinco estrelas, os deslumbrantes novos edifícios e um sofisticado campo de golfe têm um alto custo.

Lençóis freáticos perigosamente baixos

A província de Siem Reap tem um déficit anual de cerca de 300 milhões de metros cúbicos de água. Para compensar o desenvolvimento desenfreado e a escassez de água, o órgão responsável pelo abastecimento de água de Siem Reap retira todos os dias cerca de 27,9 mil metros cúbicos de águas subterrâneas para uso doméstico. Além disso, os níveis das águas subterrâneas sofrem impactos dos hotéis e de outras atividades comerciais, muitas das quais abriram milhares de poços e bombas privadas ilegais em toda a cidade para atender a suas necessidades de água.

Em Siem Reap, o lençol freático está localizado a cerca de cinco metros abaixo da superfície e, por isso, é de fácil acesso. Esse uso ilegal da água, em relação ao qual não há estatísticas disponíveis, ameaça a estabilidade dos templos e das torres de Angkor. Os tesouros arqueológicos foram projetados para se assentar em uma base de areia, mantida em seu lugar pelo fornecimento constante de

águas subterrâneas, que aumenta e diminui dependendo da estação.

A subsidência do solo é o abaixamento ou afundamento da superfície da terra e pode causar danos incalculáveis aos templos, que por mil anos resistiram aos caprichos da natureza e das guerras. As causas comuns da subsidência do solo por atividades humanas incluem o bombeamento de reservatório de lençóis freáticos. O abaixamento do nível do solo é permanente, mesmo que os níveis das águas subterrâneas sejam recarregados. Embora ainda não tenham ocorrido problemas sérios com o afundamento de Angkor, e ainda não tenham sido realizados estudos específicos sobre o assunto, isso um dia pode vir a prejudicar o Sítio do Patrimônio Mundial.

O turismo responde por mais de 16% do PIB do Camboja e tem ajudado a aliviar a pobreza nas últimas duas décadas de paz, após 30 anos de conflitos. Embora tenham ocorrido esforços para restringir o número de residentes na área, não é viável impedir que habitantes de comunidades próximas se beneficiem dos empregos relacionados ao turismo na província de Siem Reap. Com o objetivo de enfrentar o desafio de fornecer água de qualidade para a província, e ao mesmo tempo garantir a

estabilidade dos templos de Angkor, a UNESCO realizou parcerias com partes interessadas. Estas incluem o Comitê Internacional de Coordenação para a Salvaguarda e o Desenvolvimento do Sítio Histórico de Angkor (ICC-Angkor), um fórum de especialistas técnicos em vários campos; e a Agência Nacional de Proteção do Sítio e Gestão da Região de Reap-Angkor (Apsara), que administra o Parque de Angkor. O trabalho dessas partes interessadas, responsáveis pelo desenvolvimento sustentável do sítio, começa a produzir certos resultados positivos.

A exploração de Tonlé Sap

Uma sugestão para aliviar o problema hídrico é bombear água de Tonlé Sap (Grande Lago), que se localiza nas proximidades. Parte da Reserva da Biosfera de Tonlé Sap, este é o maior lago do Sudeste Asiático e um dos ecossistemas de terras úmidas mais importantes de todo o mundo, devido a suas qualidades ambientais únicas e à sua extraordinária biodiversidade. A variedade da fauna e da flora de Tonlé Sap é retratada nos baixos-relevos do Templo de Bayon, em Angkor. Muitas de suas espécies vegetais são usadas com finalidades religiosas e médicas pelos cambojanos. Dois milhões de habitantes do Camboja também



© UNESCO / Éric Esquivel

dependem da abundância da pesca no lago - um dos mais produtivos do mundo, com uma produção anual de mais de 250 mil toneladas de peixes.

É essencial que o governo cambojano considere o impacto ambiental antes de aprovar qualquer projeto com o objetivo de bombear água para Siem Reap. A biosfera, que também origina o Rio Tonlé Sap, tem uma importância enorme para os cambojanos. Atua como mediadora de inundações do Rio Mekong, que atravessa outros cinco países do Sudeste Asiático e, por isso, sua importância vai além do Camboja. A cada ano, durante a estação chuvosa, o nível da água do Mekong se eleva e transborda para o Rio Tonlé Sap, o qual, ao invés de drenar o lago como ocorre durante a estação seca, é forçado a mudar de direção e a fluir de volta para dentro do lago. Esse fenômeno torna o Mekong o único grande rio do mundo a fluir em duas direções em diferentes épocas do ano. Essa inundação anual aumenta o nível do lago de 1 a 1,5 metro até 8 a 10 metros, o que quintuplica a sua área, uma vez que ele invade a planície de inundação. Uma das grandes histórias de sucesso relativas à conservação em todo o mundo, que inclui o ressurgimento de várias espécies de pássaros em risco desde que os esforços de proteção

se iniciaram em 1999, Tonlé Sap e sua planície de inundação estão registrados como a Reserva da Biosfera de Tonlé Sap no programa O Homem e a Biosfera (MAB) da UNESCO.

O crescimento anual de 20% do turismo também contribui para a poluição ambiental. O controle de resíduos continua a ser um problema, embora muitos dos templos sejam varridos e limpos de forma ritual. Pilhas de lixo são comuns em Siem Reap, e turistas e moradores locais não se preocupam em jogar lixo e despejar águas residuais diretamente no rio. Pessoas que vivem ao longo do Rio Siem Reap têm reclamado que a água é muito suja para ser usada ou para se tomar banho. Eles dizem que, há 12 anos, a água era tão limpa que podia ser usada em suas casas. Hoje, o rio é escuro e sujo, e a água tem um forte odor, segundo os moradores. Embora Phnom Kulen (a "Montanha das Lichias"), localizada a 40 quilômetros a nordeste de Angkor Wat, esteja fora da rota das hordas de turistas que visitam os templos todos os dias, os efeitos negativos do desmatamento comprometeram sua exuberante cobertura de árvores. Localizada rio acima, a água da Montanha Kulen é outra fonte que flui através da bacia do Rio Siem Reap e deságua no Lago Tonlé

Sap. Aqui, a extração ilegal de madeira e a plantação de culturas de rendimento, como caju e feijão, tiveram impactos negativos sobre os padrões hidrológicos no ecossistema como um todo, assim como na produtividade da pesca. Recentemente, a UNESCO lançou o projeto-piloto Melhorar e Restaurar os Sistemas Hídricos no Sítio do Patrimônio Mundial de Angkor e na Cidade de Siem Reap. O projeto utiliza a abordagem da ciência da sustentabilidade para propor soluções e iniciar uma transformação sustentável das interações socioambientais na bacia hidrográfica. As políticas, assim como os marcos legais e institucionais são fortalecidos por meio de vínculos colaborativos, alianças de aprendizagem e intervenções específicas visando ao desenvolvimento de capacidades na área-piloto e nos âmbitos nacional, regional e da comunidade.

Cooperação verdadeira

O estudo inclui uma campanha relacionada à água para conscientizar os moradores de Siem Reap sobre o impacto de uma redução dos lençóis freáticos em Angkor e sobre os efeitos do desmatamento na Reserva da Biosfera de Tonlé Sap. O desenvolvimento sustentável dos sistemas hídricos na província de



Siem Reap pode ser alcançado se houver uma cooperação verdadeira entre governo, partes interessadas e moradores. Por exemplo, o governo deve efetivamente fazer cumprir as proibições de extração de madeira que foram estabelecidas na Montanha Kulen.

Para resolver a séria questão da gestão hídrica, devem ser disponibilizados dados exatos sobre informações básicas como as taxas de bombeamento, os níveis dos lençóis freáticos, as taxas de recarga etc. Da mesma forma, tais dados devem ser compartilhados entre as diferentes entidades envolvidas, nos âmbitos local e nacional. Isso também permitirá o planejamento relativo aos recursos hídricos com base em previsões futuras. Dados sobre a extração das águas subterrâneas devem ajudar na previsão exata sobre o seu uso, e um sistema de monitoramento do nível dessas águas ao redor de Angkor pode alertar todas as estações

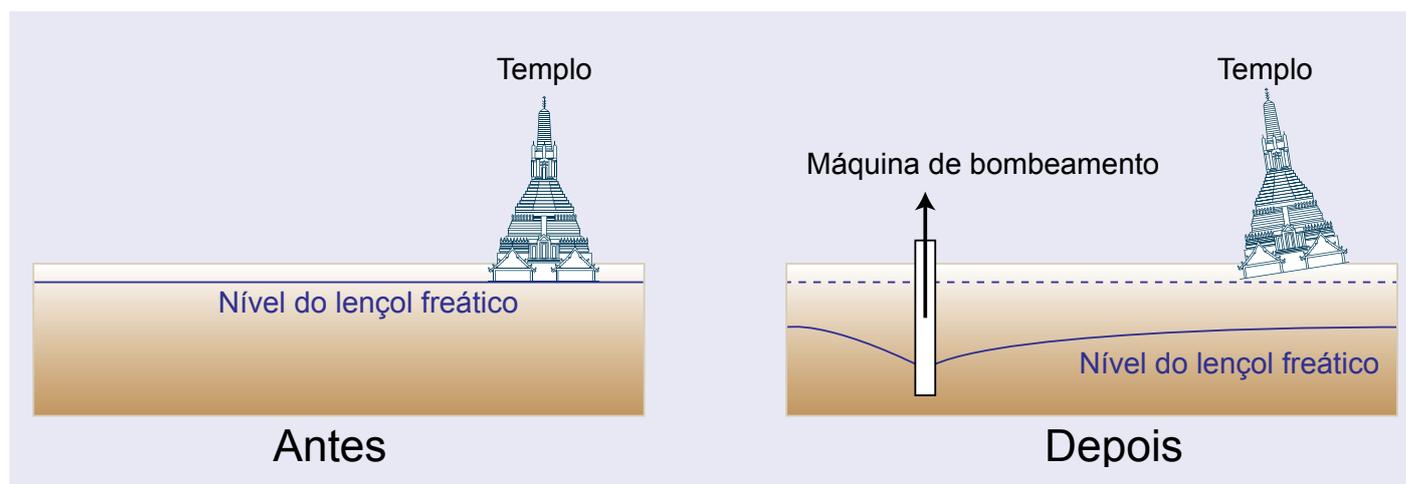
de bombeamento e usuários privados, para que parem e esperem pela recuperação do lençol freático quando forem atingidos níveis muito baixos.

Retomar sistemas antigos

As pessoas devem ser educadas a não jogar lixo ou dejetos no rio. Outra iniciativa pode ser a recuperação do Rio Siem Reap para criar uma atração turística e uma fonte de água superficial no futuro. A restauração de mais templos em Angkor também pode ser usada para minimizar o desgaste causado pelo aumento do trânsito de turistas no sítio principal. Pesquisas recentes mostraram que os antigos *khmers*, que construíram Angkor há mil anos, eram mestres em engenharia hídrica. Os governantes – como os administradores das cidades modernas – tinham de proteger os habitantes das inundações nas estações chuvosas, assim como

fornecer água para o uso doméstico e para a agricultura nas estações secas e, por isso, construíram várias estruturas hidráulicas que sustentaram a civilização por seis séculos. As sofisticadas obras hídricas incluíam lagoas e canais artificiais que coletavam e direcionavam as águas pluviais, *barays* (reservatórios construídos) para estocar água para a agricultura, fossos, tanques de laterita, pontes e diques.

Durante oito anos, o Departamento de Gestão Hídrica da Apsara tem conduzido trabalhos teóricos e práticos, que permitirão a recuperação do antigo sistema hidráulico de Angkor. Por exemplo, os fossos de Angkor Thom e Angkor Wat, que rodeavam os templos, foram restaurados e reabastecidos após vários séculos.



Uma queda dos níveis do lençol freático devido ao bombeamento ilegal pode afetar a estabilidade de Angkor.

© Hang-Peou / Éric Frogé



Chamreoun Sok (República da Coreia e Camboja) é um consultor independente. Após concluir o doutorado em engenharia civil e ambiental na Universidade Inje, em 2013, ele tem trabalhado principalmente com a gestão de recursos hídricos e o meio ambiente. Ele também foi consultor do Escritório da UNESCO em Phnom Penh, no projeto-piloto sobre ciência da sustentabilidade em Siem Reap (2015-2016).

Ameenah Gurib-Fakim: a ciência é a base do progresso social

Para combater a mudança climática e suas consequências, que afetam especialmente os Pequenos Estados Insulares, mais do que nunca é necessário estimular a pesquisa e a inovação, bem como apoiar os pesquisadores africanos, afirma Ameenah Gurib-Fakim, presidente de Maurício e cientista.

Entrevista a Isabelle Motchane-Brun

Nós estamos vivendo em uma época de mudanças sem precedentes nos campos econômico, demográfico, ecológico e tecnológico. De que maneira a ciência, a tecnologia e a inovação são a resposta para esses desafios?

A ciência, a tecnologia e a inovação sempre foram a base do progresso social e da melhoria das condições de vida das pessoas em geral. Com a explosão do crescimento da população mundial - 9 bilhões até 2050 -, nós precisaremos ter uma melhor compreensão sobre as ferramentas tecnológicas para nos adaptar, ao mesmo tempo em que usamos menos recursos, para garantir a segurança alimentícia mundial e a autossuficiência em água e energia elétrica, tudo isso em um meio ambiente ameaçado pela mudança climática.

Em janeiro de 2017, a sra. apresentou a Coalizão para Pesquisa, Inovação e Empreendedorismo na África (Coalition for African Research, Innovation and Entrepreneurship - Carie), no Fórum Econômico Mundial. Qual é o seu objetivo?

A Carie é uma associação que reúne vários parceiros, a saber, a Fundação Bill e Melinda Gates, o Wellcome Trust, a Nova Aliança para o Desenvolvimento da África (Nepad) e os Institutos Nacionais Norte-americanos de Saúde, que decidiram se unir em um esforço

comum para promover a pesquisa e a inovação no continente africano. Seu objetivo consiste em contribuir para o desenvolvimento das habilidades dos pesquisadores africanos e ajudar a fortalecer o ambiente em que eles atuam. Têm ocorrido enormes progressos no campo da pesquisa na África, mas o impacto do trabalho feito é relativamente limitado e com frequência não é muito perceptível.

O que pode ser feito para mudar isso?

Frequentemente, os pesquisadores não têm os meios para dar seguimento a suas ideias, em termos de produtos ou de iniciar empreendimentos comerciais. Além disso, o marco legal dos direitos de propriedade intelectual é inadequado. Com frequência, resultados de pesquisas terminam enterrados no fundo de gavetas, ou são divulgados em periódicos e tornados públicos antes de estarem protegidos por patentes. O objetivo da Coalizão consiste em intervir em diferentes níveis, de modo a fornecer a esses pesquisadores os meios para transformar a vida cotidiana dos africanos.

A palavra coalizão é associada mais estreitamente ao vocabulário político, não ao científico. Com isso, o desenvolvimento da ciência seria uma luta política acima de tudo?

A questão da "política" afeta todos os âmbitos. Obviamente, se boas



decisões forem tomadas nos âmbitos políticos – em outras palavras, por aqueles que estão no poder –, seus efeitos nas instituições científicas serão positivos. A África somente irá progredir cientificamente se os gestores políticos reconhecerem a importância do financiamento da ciência.

A palavra *coalizão* não deve ser analisada de forma isolada, mas deve ser entendida como um meio de unir forças para avançar a ciência na África, para o bem-estar de sua população.

De que forma ela é diferente da Aliança para Acelerar a Excelência na Ciência na África (*Alliance for Accelerating Excellence in Science in Africa - AESA*), criada pela Academia Africana de Ciências e pela Nepad?

Existem mais semelhanças do que diferenças. O objetivo da AESA é trabalhar na questão da saúde. Ela tem o apoio da Fundação Bill e Melinda Gates e do *Wellcome Trust*, entre outros.

O grande número de organizações com objetivos parecidos não oferece o risco de haver sobreposições e diluir o financiamento?

Não existem sobreposições entre essas organizações, considerando que elas trabalham de forma complementar. Você sabe, a necessidade é tão grande na África, uma vez que o continente tem ficado para trás, que não existe o risco de o financiamento ser “diluído”. Nós devemos apoiar todas as iniciativas que visem a aprimorar os recursos e a desenvolver a pesquisa.

Eu relembro você que o continente precisa de vários milhões de engenheiros e cientistas para alcançar a proporção de engenheiros no total da população existente nos países desenvolvidos.

Pequenos Países Insulares como Maurício são vulneráveis por definição. O que eles podem fazer para combater as ameaças ecológicas?

Maurício já está na relação de países em risco, em especial no contexto da mudança climática. Infelizmente, a quantidade de soluções para enfrentar o aumento do nível do mar é limitada, mas nós devemos consolidar e fazer

um melhor uso do território. Por exemplo, a erosão em nossas praias pode ser reduzida com a plantação de mais mangues. Eles oferecem um ecossistema excelente para peixes e outras formas de vida marinha. Em todo caso, devemos continuar a plantar árvores, uma vez que elas são a forma mais segura de reduzir as emissões de carbono na atmosfera. Devemos redobrar nossos esforços em termos de estratégias para desenvolver energias renováveis, a reciclagem de materiais e a gestão hídrica, porque a escassez de água será fortemente sentida.

Maurício ratificou o Acordo de Paris sobre Mudança Climática. Em termos concretos, que medidas o país já tomou para lidar com a questão do aquecimento global?

Antes de qualquer coisa, é preciso dizer que Maurício, como todo o continente africano, não contribui realmente com a emissão de gases de efeito estufa (GEE), mas estamos entre os mais afetados.

Nós agimos em solidariedade com o mundo, realizando esforços para reduzir ainda mais os GEE.

Nós já começamos a desenvolver a nossa estratégia de energias renováveis, a melhorar a gestão hídrica e a revisar o planejamento e o uso da terra. Porém, devemos redobrar nossos esforços para assegurar que as nossas infraestruturas atendam a padrões “verdes”, com mais painéis solares, por exemplo, ou que elas obedeçam quaisquer outros padrões que façam parte do desenvolvimento sustentável.

Devemos estimular todas as tecnologias que levem a um uso de recursos com menos desperdício, melhores possibilidades em termos de reciclagem, e indústrias energeticamente eficientes e com baixo uso de energia. Lentamente esses conceitos estão sendo impulsionados; algumas empresas têxteis, em particular, já estão operando com energia solar.

A educação e as ações de conscientização continuam sendo duas áreas importantes, porque é essencial que a população e outros atores econômicos apoiem esse conceito, em todas as iniciativas que o estado pretenda realizar.



Ameenah Gurib-Fakim, presidente de Maurício, mostra nozes-moscadas no jardim botânico de Pamplemousses.

© Micheline Pelletier

Qual é a posição global das Ilhas Mascarenhas quanto à produção de energias renováveis? E o que é possível dizer sobre Maurício, se comparado a vizinhos como Reunião?

Entre as Ilhas Mascarenhas, Reunião tem realizado grandes progressos, e eu acredito que lá se produz mais de 35% de energia verde. Rodrigues estabeleceu para si uma meta de depender unicamente de energia renovável no futuro próximo. Em Maurício, nós já implementamos vários parques eólicos e solares. Eu penso que o futuro desse setor é promissor e que nós estamos indo na direção certa.

A revista *Forbes* relacionou o seu nome no Top 100 das Mulheres Mais Influentes no Mundo. O que isso significa para a sra.?

Antes de qualquer coisa, eu gostaria de agradecer a revista por esse

reconhecimento. Penso que esse tipo de visibilidade é sempre bom para o país. Estou muito feliz se eu posso contribuir em mostrar para o mundo que, apesar de Maurício ser um país pequeno, ele pode ter grandes ambições!

A sra. escreveu no Twitter: “As mulheres africanas estão no coração da agenda do desenvolvimento do continente, mas suas contribuições raramente são avaliadas e reconhecidas”...

Sim, é evidente que o valor verdadeiro da contribuição das mulheres nem sempre é reconhecido no continente africano. Se nós observarmos a agricultura, são as mulheres africanas que alimentam o continente. Porém, nem sempre há condições de garantir o seu pleno desenvolvimento em termos de acesso a fundos, títulos propriedade da terra ou formação. Se as mulheres pudessem remover todos

esses obstáculos, com certeza nós poderíamos ver melhorias consideráveis em termos da produção de alimentos. Isso também é verdade para o acesso à educação, tanto a primária quanto a superior: com frequência, as meninas ainda se encontram em desvantagem. Se esse potencial fosse totalmente utilizado com a orientação apropriada, as mulheres poderiam realmente ajudar o continente a superar a sua situação atual.

Há poucos anos, a sra. queria desenvolver fitofármacos, remédios desenvolvidos a partir de plantas, para combater doenças a um custo baixo. A sra. está realizando avanços nessa questão?

A validação das receitas tradicionais é um projeto que eu liderei quando estava na universidade na década de 1990. Aos resultados dessa pesquisa foi dado mais valor quando, em



2009, eu criei o Centro para Pesquisa Fitoterápica (Cephyr) que, em 2015, se tornou o Centro Internacional de Desenvolvimento Farmacêutico (*Centre International de Développement Pharmaceutique*), CIDP R&I. A criação de uma gama de fitofármacos ainda está na lista de objetivos do CIDP R&I, mas realizar a transição da pesquisa para a comercialização requer tempo em uma grande quantidade de recursos. O trabalho continua, apesar de eu não estar mais lá. Por exemplo, graças ao trabalho do CIDP R&I, o óleo extraído dos limões de Rodrigues encontrou compradores na indústria de perfumes! Muitas plantas medicinais de Maurício são usadas como fitocomponentes que atendem às necessidades das indústrias de cosméticos e farmacêutica.

Para a sra., poder significa a habilidade de ter uma influência de longo prazo, ao se deixar um legado. Como presidente e uma cientista reconhecida, que legado a sra. gostaria de deixar?

O meu compromisso com a ciência e a inovação permanece inalterado. Ele apenas tomou uma forma diferente, pois eu estou envolvida com tomadores de decisão e outras instituições. Eu acredito fortemente na necessidade de se investir em instituições que fornecem a jovens os recursos para se trabalhar em questões que são prioridades para o continente, e que também exigem um

bom domínio da ciência. É exatamente nesse estado de espírito que nós lançamos a Coalizão para Pesquisa, Inovação e Empreendedorismo na África que você mencionou anteriormente.

O legado que eu deixarei será, espero, a conscientização sobre a necessidade de se ter instituições fortes e sobre os meios que devemos fornecer aos jovens para evitar a fuga de cérebros, por meio do desenvolvimento do seu potencial e de um meio ambiente no qual eles possam trabalhar. Isso requer recursos, e eu estou convencida de que eles se tornarão mais prontamente disponíveis. Essas ações vão ajudar os países da região a se destacar. A história tem mostrado que os países que investem pesadamente em ciência, tecnologia e inovação são os mais bem-sucedidos.

Como presidente da República de Maurício desde junho de 2015 e laureada com o Prêmio L'Oréal-UNESCO para Mulheres na Ciência em 2007, **Ameenah Gurib-Fakim** é reconhecida por seu trabalho científico com as plantas medicinais das Ilhas Mascarenhas. Ela também é membro da *Linnaean Society of London*, da Academia Africana de Ciências, da Academia Islâmica Mundial de Ciências da Jordânia e do Instituto Africano de Ciências nos EUA.



Na costa de uma ilha que pode desaparecer com o aumento do nível do mar.

©Daesung Lee

Lições globais do governo da Estônia, com experiência em tecnologia

A pequena Estônia, com uma população de 1,3 milhão de habitantes, está entre as sociedades mais avançadas digitalmente em todo o mundo. Conforme a organização *Freedom House*, o país escondido no nordeste da Europa também desfruta de uma das maiores liberdades - econômica, de imprensa e de internet - do mundo. O segredo da ascensão dessa pequena nação como uma potência digital se encontra nos avanços pioneiros realizados por seu governo sob a iniciativa e-Estônia - promovendo educação inovadora, negócios virtuais e cidadania digital.

Mari Roonemaa

A história inspiradora de como a Estônia se tornou E-estônia - uma piada apropriada criada pelo ex-presidente Toomas Hendrik Ilves - teve início em 1996, com a ajuda da *Tiger Leap Foundation* (Fundação Pulo do Tigre), um órgão de investimentos em tecnologia apoiado pelo governo. Pouco tempo depois de sua independência da União Soviética em 1991, o país decidiu que a economia *online* e a inovação tecnológica massiva eram o caminho a ser seguido por um pequeno país sem recursos naturais aos quais recorrer. Por meio da *Tiger Leap*, todas as escolas estonianas já estavam *online* no final da década de 1990, e grandes investimentos foram realizados em redes e em infraestrutura de computadores.

Cinco anos depois, 10 empresas privadas e públicas formaram uma forte parceria público-privada, criando a *Look@World Foundation* (Fundação Olhe para o Mundo). Apoiado pelos setores de telecomunicações e bancário, o projeto promoveu a conscientização digital e popularizou o uso da internet e das tecnologias da informação e comunicação (TIC), em especial na educação, na ciência e na cultura. O primeiro projeto da iniciativa teve como objetivo superar a "hiato digital" do país, fornecendo formação gratuita em informática para 102.697 participantes,

ou 10% da população adulta. Além disso, as crianças estonianas aprendem programação de computadores a partir dos 7 anos de idade. Até agora, não se olhou para trás. Em julho de 2016, 91,4% dos estonianos usavam a internet, um grande salto em relação ao ano 2000, quando apenas 28,6% da população estava conectada.

A cooperação é a chave

As chaves para o sucesso da e-revolução da Estônia têm sido a cooperação e a reciprocidade. Sucessivos governos apoiaram a e-Estônia, desde o seu lançamento no início da década de 1990. O setor privado, instituições acadêmicas e cidadãos, todos cooperaram para o sucesso da iniciativa. A reciprocidade se deve ao fato de que o Estado ganhou a confiança de seus cidadãos, os quais, por seu turno, concederam ao Estado o acesso pleno a seus dados pessoais. Os estonianos têm um programa de identificação digital que faz inveja a países muito maiores - eles são capazes de realizar *online* quase todos os serviços municipais ou federais em questão de minutos.

Para assegurar a transparência e a responsabilização, é permitido aos cidadãos monitorar a própria privacidade. Eles podem rastrear



qualquer pessoa que tentou acessar seus dados, conectando-se ao portal estatal, o eesti.ee. Têm havido poucos casos - entre médicos e policiais, por exemplo - nos quais pessoas foram condenadas por acessar bases de dados de forma antiética. "Você não pode subornar um computador", disse uma vez Toomas Ilves, que foi presidente da Estônia entre 2006 e 2016 e liderou a revolução digital no país.

Terra do Skype

A Estônia abriu suas fronteiras para atrair talentos e alimentar a economia *start-up* da nação. Com mais de 400 *start-ups*, Talin, a capital, foi chamada pelo *New York Times* de "uma espécie de Vale do Silício no Mar Báltico". Esta é a terra onde foi criado o Skype, o serviço gratuito de vídeo que revolucionou a forma como o mundo

se comunica. É um cartão de visitas que colocou a Estônia firmemente no mapa mundial. Agora, Skype também é uma palavra no *Oxford English Dictionary*! Outras *start-ups* notáveis incluem a TransferWise, um serviço de câmbio, e o Jobbatical, um *website* de empregos que permite às pessoas que viajam pelo mundo estender suas viagens.

O setor terciário, ou "setor livre" da Estônia tem desempenhado um papel ativo em dar forma à governança aberta e à e-democracia. Para coordenar as contribuições públicas para o debate sobre políticas, foram criados três diferentes portais, financiados pelos contribuintes. De acordo com o secretário de Estado, Heiki Loot, "a Estônia é conhecida por ser o único país onde os processos de elaboração da legislação e de coordenação interministerial são transparentes".

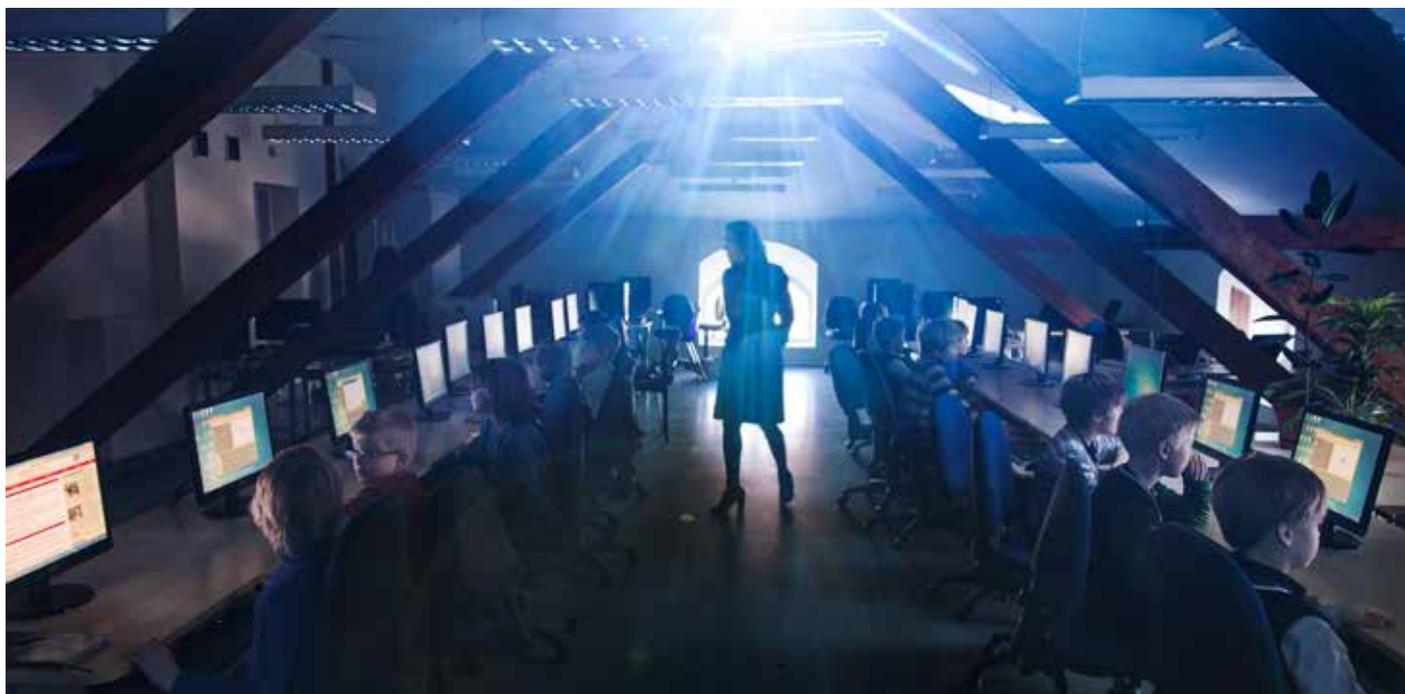
Em 2016, a Estônia foi reconhecida como um dos países que melhor incluíram as ONGs no processo de consulta do plano de ação do governo aberto. No ano passado, foi lançado o portal de iniciativa cidadã Rahvaalgatus.ee, o que tornou possível a elaboração e o envio de iniciativas coletivas para o Parlamento Estoniano.

A Estônia também realizou alguns movimentos ousados quanto à experimentação de métodos modernos para o processo decisório. A *Rahvakogu* ou Assembleia Popular é um bom exemplo disso. Originalmente uma plataforma de *crowdsourcing* de ideias para realizar emendas em leis eleitorais, três de 15 propostas enviadas ao Parlamento por meio da plataforma *online* efetivamente se tornaram leis.



Na Escola Secundária Gustav Adolph, em Talin, uma das mais antigas escolas secundárias da Europa (fundada em 1631), estudantes de todos os níveis trabalham com computadores e *tablets* desde os 7 anos de idade.

© Stefano De Luigi/VII



As crianças começam cedo com os computadores: uma aula de programação na Escola Secundária Gustav Adolph, em Talin.

© Stefano De Luigi/VII

Famintas por TI

Como a Estônia irá garantir que o Tigre do Báltico continue a avançar em saltos? Ave Lauringson, especialista chefe da Unidade da Sociedade da Informação do Ministério da Economia e das Comunicações, diz ser um sinal positivo que, além do governo, as pessoas em geral também se tornaram “famintas por TI”. Ao longo dos anos, a educação em TI se espalhou das escolas para as comunidades e para os passatempos educativos. Recentemente, mais de 200 pessoas – a maioria pais – foram treinados a ensinar robótica como uma atividade extracurricular. “Um terço dos estudantes que tiveram contato prévio com passatempos relacionados à TI admitiram que isso teve um efeito em suas decisões posteriores relativas à carreira”, afirma Lauringson.

Eesti 2.0, uma organização sem fins lucrativos que tem como objetivo inspirar jovens estonianos a seguir um futuro na tecnologia – tendo Ilves como seu patrono – fornece aos estudantes diferentes ferramentas tecnológicas,

assim como ideias para aplicar essas tecnologias. A ideia, conforme o site da organização (eesti2.ee), é “alimentar o pensamento criativo entre as disciplinas e conectar teorias com base científica a fenômenos e eventos da vida real”.

A robótica, os clubes de codificação e a programação são populares, mas a questão de um relacionamento mútuo entre os jovens e o e-Estado permanece controversa. “A maior surpresa é que jovens que têm diferentes habilidades digitais frequentemente não as demonstram ao fornecer uma assinatura digital, por exemplo”, diz Lauringson. “Eles não tiveram uma necessidade como essa para os diferentes e-serviços, mas assim que se tornam adultos, ela aparece. Enquanto isso continuar a ser um problema, eles não serão capazes de dialogar com o e-Estado”.

Outro grande desafio consiste na crescente alfabetização informacional para as gerações mais velhas, com muitas pessoas com mais de 60 anos que lutam com as habilidades básicas. Com a *Tiger Leap*, as bibliotecas

públicas estonianas se tornaram centros de internet, e as pessoas idosas ainda usam essas bibliotecas para acessar o e-Estado. Com frequência, isso transforma os bibliotecários em “especialistas em TI” que estão sendo treinados para dar conselhos.

CAP 2020

A conscientização sobre a segurança e a proteção de dados continuam a ser objetivos importantes na era digital. Autoridades públicas têm realizado essa conscientização e chamado atenção para o comportamento inteligente na internet, por meio de diversas campanhas e ações. Por exemplo, a União Estoniana para o Bem-estar das Crianças atua na prevenção da distribuição *online* de material sobre abuso sexual infantil. Vários programas educacionais são conduzidos pela Fundação de Tecnologia da Informação para a Educação (Hitsa), que visa a avançar e intensificar a cooperação entre as indústrias de TIC, as instituições de ensino e o Estado.



O mais popular desses é o programa ProgeTiger, iniciado por Lauringson. Esse programa único, fruto de uma parceria público-privada, lançou um sistema nacional para ensinar crianças em idade escolar, dos 7 aos 19 anos, a como codificar. O ProgeTiger combina o ensino de três campos integrados: ciências da engenharia, *design* e tecnologia, e TIC.

A obtenção de professores qualificados continua a ser um grande obstáculo. O professor Jaak Vilo, do Instituto de Ciências da Computação da Universidade de Tartu, recentemente declarou que não seria possível treinar professores de programação suficientes mesmo ao longo dos próximos 10 anos. Ele se propôs a organizar cursos *online* para graduados do ensino médio. “Existem cursos *online* gratuitos (MOOCs) para adultos, mas nós precisamos urgentemente iniciar algo similar para as gerações mais jovens”, afirma Vilo.

Até o momento, não existem dados suficientes para mensurar a alfabetização digital. O primeiro momento da verdade acontecerá em 2018, quando alunos da nona série realizarem sua primeira prova nacional sobre habilidades digitais. Sabe-se

que as pessoas são capazes de usar o computador, mas tais habilidades não são suficientes para promover inovações – é preciso criar conteúdo digital e tecnológico. Embora os resultados das provas do Programa para a Avaliação Internacional dos Alunos (PISA), de forma lisonjeira, coloquem a Estônia no topo do mundo, não se pode descansar nos próprios louros. A solução de problemas complexos, o pensamento crítico, a criatividade, a gestão de pessoas e a inteligência emocional serão as habilidades mais importantes de se ter em 2020. Também é preciso descobrir como manter os estudantes felizes, para que eles continuem a desfrutar do processo de aprendizagem.

Mari Roonemaa (Estônia) é coordenadora de mídia na Fundação Estônia Aberta, que nos últimos 27 anos tem trabalhado para ajudar a desenvolver democracias e sociedades abertas na Estônia e em outros países. Ex-editora de uma publicação que cobre o terceiro setor estoniano, ela também é jornalista *freelance*.

O outro lado da e-moeda

Uma vez visto como uma oportunidade para um “cérebro coletivo” brilhante, o espaço para a livre e anônima expressão de opiniões oferecido por sites de notícias, ao invés disso, degenerou-se em “paredes de banheiro”. Os comentários *online* dos maiores portais de notícias têm se tornado uma grande dor de cabeça para as organizações de mídia. Elas são obrigadas a lidar com leitores que, durante anos, têm inundado a esfera pública com comentários vulgares e insultantes. No ano passado, o Postimees, o segundo maior portal

de notícias do país, decidiu encerrar sua seção de comentários anônimos. Apesar de tudo, questões a respeito da autorregulação da mídia permanecem no ar. O discurso do ódio não é criminalizado na Estônia, ainda que tal compromisso tenha sido feito no âmbito europeu. O Ministério de Justiça da Estônia propôs uma emenda ao Código Penal, mas isso não tem grande apoio popular. No debate público, o argumento mais comum é o de que isso iria contra a liberdade de expressão.

M.R.

Parcerias inovadoras para a mudança

Uma nova geração de parcerias entre governos, setor privado e sociedade civil é o melhor caminho a seguir na realização dos objetivos estratégicos da comunidade internacional. Utilizando o diálogo e o pensamento livre, essa plataforma inclusiva de parcerias não apenas ajudaria nos objetivos presentes, mas também abordaria os desafios futuros.

Shiraz Sidhva

Quando líderes empresariais mundiais se reuniram no Fórum Econômico Mundial em Davos, em janeiro de 2017, o acessório de moda mais onipresente nessa celebração da elite era um broche de lapela em forma de círculo retratando as cores dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. Longe de promover objetivos de curto prazo como o aumento dos lucros e maiores números de vendas, um grupo de líderes empresariais de elite está usando sua posição e suas empresas para combater a mudança climática, para acabar com a pobreza, para buscar educação para todos, para empoderar as mulheres e para reduzir a propagação de doenças.

Mantido à distância durante décadas pelas agências de desenvolvimento, em 2015, o setor privado foi atraído pela ONU para realizar parcerias com suas agências, com governos nacionais, com universidades e com a sociedade civil para ajudar a avançar na ambiciosa agenda global até 2030. O acordo universal é o modelo mais inclusivo para o desenvolvimento sustentável até agora. O objetivo final de obter mais sustentabilidade, paz e prosperidade para todos apenas pode ser alcançado se todos ajudarem no avanço da agenda. Essa ideia está consagrada no ODS 17, sobre parcerias para os objetivos.

Fantástico aumento do bem-estar

O secretário-geral da ONU, António Guterres, disse em suas observações em uma seção especial sobre “Cooperação para a paz: enfrentar as causas-raízes das crises globais” em Davos, que, para se alcançar o desenvolvimento sustentável e inclusivo, “nós precisamos [...] concordar em mobilizar, não apenas os governos, não apenas a sociedade civil, as universidades, mas o setor empresarial, para nos beneficiarmos desses acordos [o Acordo de Paris sobre Mudança Climática e a Agenda 2030 para os ODS] e para estarmos juntos em uma nova forma de parceria que vise à transformação desses acordos em áreas de ação para ajudar a prevenir conflitos e outros dramas que enfrentamos no mundo de hoje”.

Cálculos recentes mostraram que os retornos dos investimentos que poderiam ser gerados pela implementação total dos ODS seriam de \$ 30 bilhões por ano, como disse Guterres. Essas novas parcerias poderiam conduzir a um “fantástico aumento do bem-estar das pessoas”, ele acrescentou.

Em seu primeiro discurso como vice-secretária-geral da ONU, em 28 de fevereiro de 2017, horas após ter prestado juramento, Amina Mohammed

destacou que: “O sucesso [em alcançar os ODS] irá exigir uma abordagem mais ousada para o financiamento e as parcerias. Nada será alcançado sem o envolvimento de todos os atores”. Ela pediu ainda que todos os países repensem seus sistemas e abordagens.

A ONU também precisaria “estar apta ao propósito”, ela acrescentou, para ser capaz de ajudar seus Estados-membros na implementação a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. “Nós devemos inovar e renovar a nossa abordagem quanto às parcerias e ao financiamento, com um foco no longo prazo”, disse Mohammed.

Atrair os negócios

Paul Polman, CEO da multinacional anglo-holandesa Unilever desde 2009, é o melhor exemplo de um crescente grupo de chefes empresariais que gastam muito tempo e energia doutrinando sobre a necessidade de as empresas se envolverem na solução dos problemas mais desafiadores do planeta. Dirigindo-se a seus acionistas, ele fala de forma convincente sobre a mudança climática: “Nós já passamos um grau, e a Mãe Natureza, infelizmente, cada vez mais começa a nos mandar a conta”, ele adverte.



Falando com estudantes na *London School of Economics*, ele se entusiasmou ao dizer que: “Nós poderíamos ser a geração que, nos próximos 15 anos, resolveria a questão da pobreza, que resolveria a questão da mudança climática”. A sala de estudantes ansiosos fez silêncio com a sua próxima declaração: “Eu sempre digo que represento uma das maiores ONGs”. Não é comum os líderes empresariais dizerem tal coisa. Contudo, Polman pratica o que diz. No ano passado, ele foi indicado pelo então secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, a um grupo de eminentes defensores dos ODS “para construir sobre sua posição única e sobre sua liderança” para ajudar a realizar os ODS até 2030.

O Fundo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, estabelecido em 2014 pelo PNUD em nome da ONU, facilita a convergência de instituições públicas e privadas para atingir resultados de desenvolvimento. Sua estratégia para o setor privado tem dois objetivos: envolver desde o início as empresas em cada um dos seus programas na área e criar um conselho consultivo empresarial mundial.

Roteiro para alianças

O Grupo Consultivo do Setor Privado do Fundo dos ODS, formado por líderes empresariais provenientes de grandes empresas de vários setores industriais de todo o mundo, está auxiliando o Fundo a “elaborar um roteiro sobre como as alianças público-privadas podem oferecer soluções de larga escala para alcançar os ODS”. Além de fornecer assistência para o desenvolvimento de modelos de negócios, o grupo contribui com o envolvimento no diálogo com partes interessadas públicas e privadas; com a defesa e a conscientização; oferecendo serviços de consultoria especializada; e colaborando com o mundo acadêmico a fornecer novas ideias para soluções conjuntas, entre outras iniciativas.

Por meio das parcerias público-privadas (PPPs), empresas responsáveis ganharam um lugar na mesa de negociações. No lado empresarial, organizações como o *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD), com sede em Genebra, uma organização global, dirigida por um CEO e com

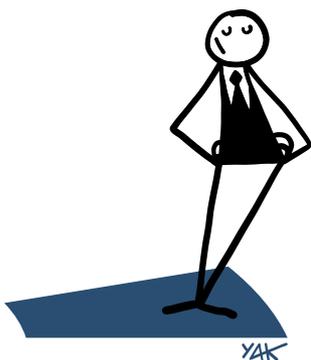
mais de 200 empresas-membros – com receita total de US\$ 8,5 trilhões e 19 milhões de empregados – e 70 conselhos empresariais nacionais, estão trabalhando para oferecer soluções de alto impacto para as mais desafiadoras questões da sustentabilidade. O comitê executivo do *Council* inclui Polman e Ana Botín, presidente executiva do Banco Santander e a única mulher em seu conselho formado por 15 membros.

“Com US\$ 5 a 7 trilhões necessários anualmente para financiar apenas os ODS – de acordo com a ONU Meio Ambiente –, [...] as empresas têm um papel essencial a desempenhar como fontes de investimentos e como condutoras do desenvolvimento tecnológico e da inovação, sem contar como um motor do crescimento econômico e do emprego”, disse Peter Bakker, presidente e CEO do WBCSD. Segundo Bakker, os ODS apresentam “uma tarefa difícil para qualquer CEO, ter como foco 17 objetivos e 169 metas”.

Em uma tentativa de levar as empresas para a direção certa, o WBCSD tem colaborado com o Pacto Mundial das Nações Unidas e com a *Global Reporting Initiative* (GRI) – uma organização internacional independente de normas que ajuda empresas, governos e outras organizações a compreender e a relatar seus impactos em questões como mudança climática, direitos humanos e corrupção – para desenvolver uma Bússola dos ODS (*SDG Compass*). A Bússola fornece orientação a empresas sobre os ODS e mensura os impactos. Ela é complementada pelo Centro de Negócios dos ODS (*SDG Business Hub*), “uma dinâmica plataforma online, que apresenta ideias de negócios, ferramentas emergentes e recursos nesse espaço”, acrescenta Bakker.

Aliados improváveis

Como demonstrado pela Unilever, o compromisso do conglomerado empresarial com a sustentabilidade e com uma nova forma de capitalismo realmente valeu a pena. “Parcerias construtivas com pequenos agricultores ajudaram a tornar as redes de fornecimento da empresa mais eficientes e resilientes”, escreve Jack Nelson, um analista de investimentos da *Stewart Investors*, no jornal *Financial Times*.





Sombras de mãos entrelaçadas. Centro Niemeyer, Avilés, Astúrias, Espanha

© Julio Calvo/Millennium Images, UK

Na primeira edição do Festival Mundial de Ideias para a Sustentabilidade (*Global Festival of Ideas for Sustainability*), que ocorreu em março de 2017 em Bonn, Alemanha, a defensora dos ODS da ONU, Alaa Murabit, a médica canadense e fundadora organização *Voice of Libyan Women* (Voz das Mulheres Líbias), destacou a importância da parceria e da cooperação entre “aliados improváveis”, trabalhando juntos para alcançar a agenda global de objetivos para toda a humanidade. Enquanto a Agenda 2030 pede uma abordagem global nova e revitalizada, as PPPs tradicionais, colaborações contratuais entre atores públicos e privados, têm sido promovidas pelo Banco Mundial por mais de 30 anos, especificamente para preencher as lacunas de financiamento em projetos de infraestrutura pública. “Não existe a necessidade de transformar

a PPP em ‘ABC’, em que governo, setor privado e sociedade civil são parceiros em pé de igualdade”, diz Louis Meuleman, acadêmico e membro fundador da Estratégia Pública para o Desenvolvimento Sustentável (*Public Strategy for Sustainable Development - PS4SD*), juntamente com Ingeborg Niestroy, sua esposa. “As parcerias para os ODS devem ter o envolvimento sério e operacional da sociedade civil”, enfatiza Meuleman. “Portanto, as parcerias de tipo ABC exigiriam uma reorientação dos objetivos das três partes. Para os parceiros governamentais, o objetivo pode ser realizar metas concretas juntamente com parceiros da sociedade, ao mesmo tempo em que são obtidos ganhos mútuos, ao invés da redução de custos ou da redução do tamanho do governo [*downsizing*]. Para os parceiros privados, a responsabilidade

social corporativa (RSC) poderia se tornar um objetivo integrado, além de criar valor agregado”, ele diz.

Segundo Meuleman, “não é o suficiente acrescentar a sociedade civil à PPP como uma reflexão tardia; colocar asas em um carro não garante que ele irá voar – ainda se trata de um carro!”



Nova abordagem necessária

Críticos das PPPs advertem que as PPPs tradicionais não irão funcionar no contexto da Agenda 2030, que pede a inclusão de um quarto “P”, ou PPPs com as pessoas em primeiro lugar. O Centro Internacional de Excelência em PPP da Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa (UNECE) apoia PPPs com as pessoas em primeiro lugar, o que inclui o envolvimento com as partes interessadas em um diálogo significativo, enquanto se constrói a capacidade dos setores público e privado para concretizar tais projetos. Além de ser economicamente viável, os projetos devem ter um impacto econômico transformador.

“As PPPs não são uma simples panaceia ou uma ‘bala de prata’ para preencher enormes lacunas financeiras no investimento em infraestrutura”, insiste Anis Chowdhury, um acadêmico australiano nascido no Bangladesh,

ex-presidente do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (UN-DAES), agência de envolvimento e divulgação de múltiplas partes interessadas, e coautor do documento de trabalho do DAES sobre *“Public-private Partnerships and the 2030 Agenda for Sustainable Development: Fit for Purpose?”* (“Parcerias público-privadas e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: aptas para o propósito?”, em tradução livre).

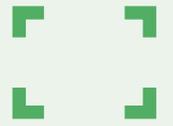
“Para garantir que as PPPs sejam um instrumento efetivo de realização de serviços importantes, tais como infraestrutura, é essencial que os países tenham a capacidade institucional de criar, administrar e avaliar as PPPs, especialmente em relação a outras possíveis fontes de financiamento, diz Chowdhury. “Para muitos países em desenvolvimento, isso exigiria a assistência da comunidade internacional na forma de apoio técnico e do desenvolvimento de capacidades”.



Três esferas de vidro refletem a mesma realidade.

© Nilu Izadi/Millennium Images, UK





Her Kyungsuk, Hamo Jeju 2014

© Hyung S. Kim



Kim Julja, Dodu Jeju 2013
© Hyung S. Kim



Kang Sunok, Hamo Jeju 2014
© Hyung S. Kim

As *haenyeo*: lendas vivas de Jeju

Texto: **Katerina Markelova**

Fotos: **Hyung-sun Kim e Museu Haenyeo**

As fotografias são surpreendentes. Mulheres mergulhadoras com mais de 60 anos, usando trajes de mergulho antiquados olham para a lente da câmera. Essas imagens raras levantam questões: “Vendo seu rosto, parece que ela vai respirar profundamente a qualquer momento [...] A pessoa é uma *haenyeo*”, diz Hyung-Sun Kim, emocionado. Ele tem observado há muito tempo “as gotas d’água (caindo) da superfície de seu (das mulheres do mar) traje de mergulho, que está oleoso como a pele de animais marinhos”.

Kim, um fotógrafo sul-coreano, esteve na Ilha de Jeju – localizada perto da costa sul da República da Coreia – por várias vezes entre 2012 e 2014, para fotografar as *haenyeo*. Essas mulheres mergulham até 10 metros abaixo da superfície sem máscaras de oxigênio para colher frutos do mar. Essa forma específica de mergulho é chamada de *muljil*. Na vida cotidiana das *haenyeo*, o termo se refere a sete horas diárias de mergulhos livres por dia, 90 dias por ano, todos os anos.

O fotógrafo decidiu retirar essas mulheres do seu contexto, apresentando-as na frente de uma tela branca. As fotografias foram tiradas assim que elas saíam da água após o *muljil*. “Não existe oceano, (que) é seu lugar de trabalho, (ou) costa onde os frutos do mar estejam espalhados

fora de suas bolsas de rede. Existe apenas uma *haenyeo*”, explica Kim. Livre de quaisquer elementos visuais que causem distração, o espectador é capaz de se concentrar nos rostos e nos corpos mostrados nas fotos, os quais, segundo ele, são autênticos “guias ilustrados das *haenyeo*”. Esses guias fotográficos testemunham as difíceis condições de vida dessas mulheres, que são vistas como símbolo da Ilha de Jeju.

Esse fenômeno extraordinário, que surgiu em uma sociedade confucionista centrada nos homens, a cultura das *haenyeo* de Jeju foi inscrita em 2016 na Lista do Patrimônio Cultural Imaterial da UNESCO. Sua inscrição contribui para melhorar a situação das mulheres na comunidade e também para a ecologia, com seus métodos de pesca que respeitam o meio ambiente. A comunidade, organizada em cooperativas de pesca, proíbe o uso de tecnologias modernas para evitar a sobrepesca.

Anteriormente, as mulheres foram atraídas pelo mar por causa do solo vulcânico árido da ilha, que era inadequado para a agricultura de larga escala; contudo, agora, elas se voltam para outros setores, como o setor de turismo em expansão. Dos 600 mil habitantes da Ilha de Jeju, apenas 4,5 mil mulheres ainda

praticam a pesca submarina. Ainda existem 2,5 mil mergulhadoras em atividade, e a maioria delas tem mais de 60 anos de idade, de acordo com a revista *New Yorker*. Desde a década de 1970, o trabalho das *haenyeo* não é mais um imperativo; agora, ele se tornou uma escolha consciente.

Com a intenção de preservar esse rico patrimônio, as autoridades locais colocaram em prática uma série de medidas, sendo a mais valorizada delas a cobertura médica gratuita desde 2002 e a distribuição gratuita de trajes de mergulho.

“A superfície da água do mar é uma fronteira entre a vida e a morte. Com frequência, as *haenyeo* atravessam essa fronteira”, comentou o crítico de arte Park Young-taik. De forma surpreendente, as *haenyeo*, que são tão modestas quanto corajosas, não parecem ter consciência da “importância de sua contribuição para a vida de suas famílias e para a economia local”, explica Lee Sun-hwa, membro do Conselho Especial da Província Autônoma de Jeju, ao jornal *Korea Times*. Por meio de sua inscrição na Lista do Patrimônio Cultural Imaterial, sem dúvida o reconhecimento internacional irá restaurar a autoestima e a confiança das *haenyeo*.



As *haenyeo* de Jeju se dirigem ao mar para realizar seu trabalho de *muljil*, ou mergulhar para colher produtos marinhos sem o auxílio de máscaras de oxigênio.

© Haenyeo Museum



As *haenyeo* de Jeju se aquecem ao redor de uma *bulteok*, uma fogueira ao ar livre. Aqui, elas se trocam e se preparam para o *muljil*, voltando para descansar depois de realizar o trabalho.

© Haenyeo Museum



As haenyeo de Jeju realizam um ritual xamânico, rezando para que a deusa do mar cuide de sua segurança. © Haenyeo Museum



Duas haenyeo de Jeju limpam seus óculos enquanto se preparam para mergulhar. © Haenyeo Museum



Os produtos marinhos colhidos pelas *haenyeo* de Jeju têm um peso considerável em sua renda familiar.



© Haenyeo Museum



Hyun Kyungchun, Onpyeong Jeju 2014

© Hyung S. Kim





Chapéus de minarete (2011), uma série de fotografias da artista multimídia nascida na Itália Maïmouna Guerresi, que se converteu ao Islã após viver no Senegal.

©Maïmouna Guerresi

O Alcorão, entre texto e contexto

Por que os muçulmanos não reagem com mais veemência contra as organizações terroristas que agem em nome de um Islã que eles não aceitam? Mahmoud Hussein responde essa questão por meio da análise da premissa da imprescritibilidade do Alcorão.

Mahmoud Hussein

A grande maioria dos muçulmanos fica horrorizada com a regressão bárbara representada pelo Estado Islâmico (EI, Isis ou Daesh), assim como com sua reivindicação de falar em nome do Islã - um Islã com o qual a maioria dos muçulmanos não se identifica. Porém, ao mesmo tempo em que condenam o EI em um âmbito moral e humano, eles têm dificuldade de confrontá-lo no âmbito teológico. Eles tendem a rejeitar a organização como se ela existisse fora do Islã, afirmando que o discurso do EI não é muçulmano e, assim, eles lavam as mãos a respeito da questão.

No entanto, na verdade, as coisas são muito menos nítidas, porque o EI afirma ter origem no Islã, e se refere de forma explícita ao Alcorão e ao Hádice. Para refutar o argumento do grupo, é preciso começar a aceitar um fato óbvio - de que o Islã não se manifesta em uma forma única. No passado, assim como agora sob os nossos próprios olhos, ele assume muitas formas diferentes e divergentes, algumas delas opostas e até mesmo hostis umas às outras. Dessa forma, nós podemos ver como o EI promove uma visão particular, com a intenção não de atrair pessoas, mas provocar o terror, não de converter almas, mas despertar os nossos instintos mais primitivos e homicidas. O grupo oferece uma visão distorcida do Alcorão e do Hádice.

O EI deve ser condenado em duas esferas. Por um lado, pela forma como ele seleciona e destaca fragmentos dos textos originais e, então, realiza a sua reorganização para que se adequem a uma agenda anti-humanista. Por

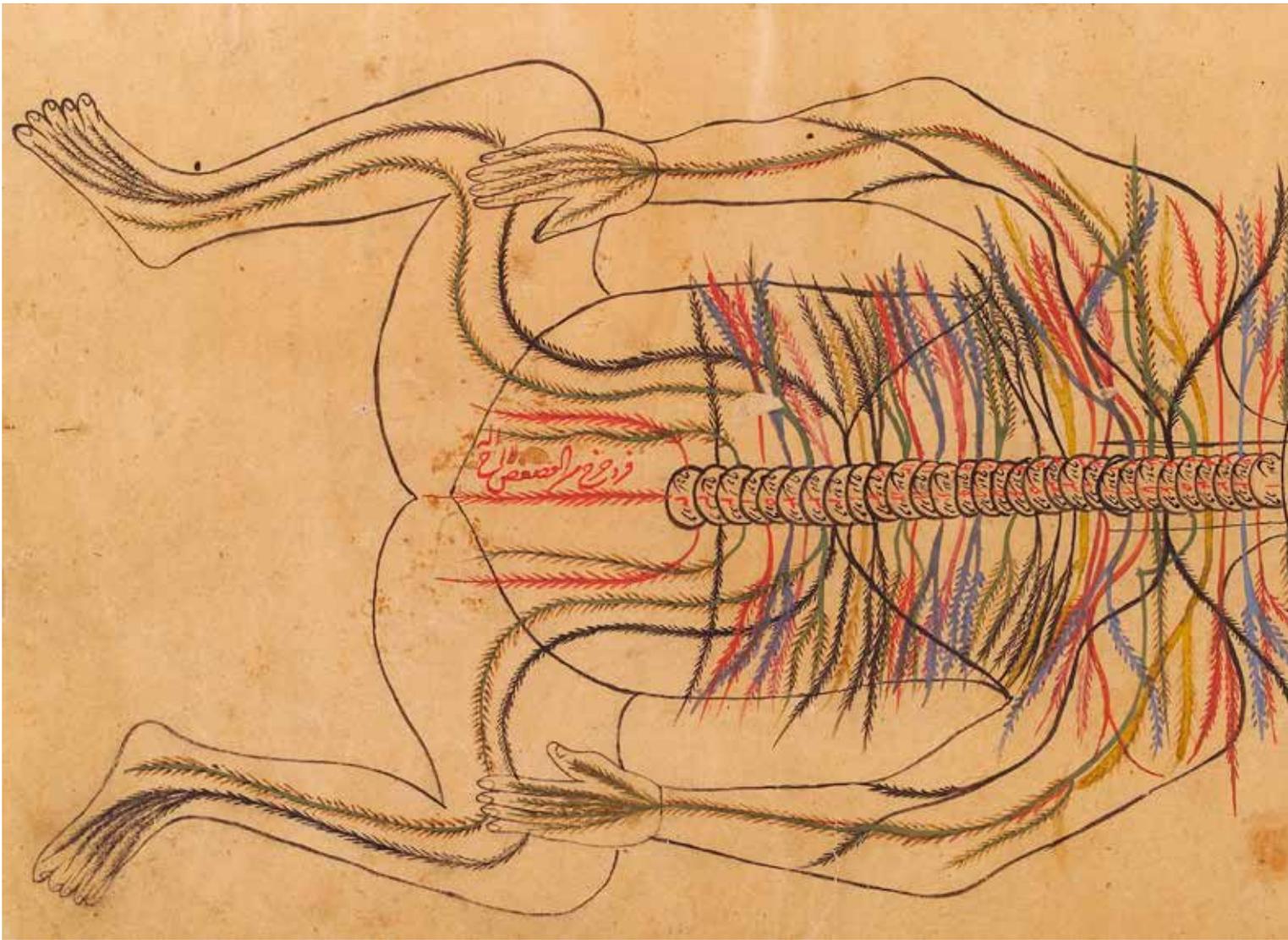
outro lado, pela forma como ele traduz partes desses textos - cujo alcance é relevante no contexto da Arábia do século VII - em mandamentos que afirma serem absolutos e eternos. É dessa forma que o EI sacramenta a submissão da mulher ao homem e justifica a prática da escravidão. É como ele pode estigmatizar para sempre todos os judeus e todos os cristãos, com base em julgamentos impostos a certos judeus e a certos cristãos sob condições de conflito e em uma época que não tem qualquer relação com a nossa.

Restaurar o livre arbítrio

Por que tantos muçulmanos seculares, que compartilham essa opinião negativa sobre o EI, não fazem com que suas objeções sejam ouvidas de forma alta e clara? Porque eles teriam de admitir uma proposta radical. Eles teriam de aceitar de forma explícita o fato de que a Revelação contém ensinamentos atemporais e prescrições circunstanciais. Em outras palavras, eles teriam que questionar o dogma da imprescritibilidade do Alcorão.

Esse dogma é fundamentado no que parece ser à primeira vista uma lógica irrefutável: sendo o Alcorão a Palavra de Deus, e sendo Deus infalível, todos os versos do Alcorão devem ter necessariamente um alcance eterno e universal. Daí a crise de consciência que hoje confronta tantos muçulmanos, quando eles se deparam com versos que são compreensíveis no contexto da Arábia do século VII, mas que estão obviamente fora de sintonia em relação aos requisitos morais da atualidade.

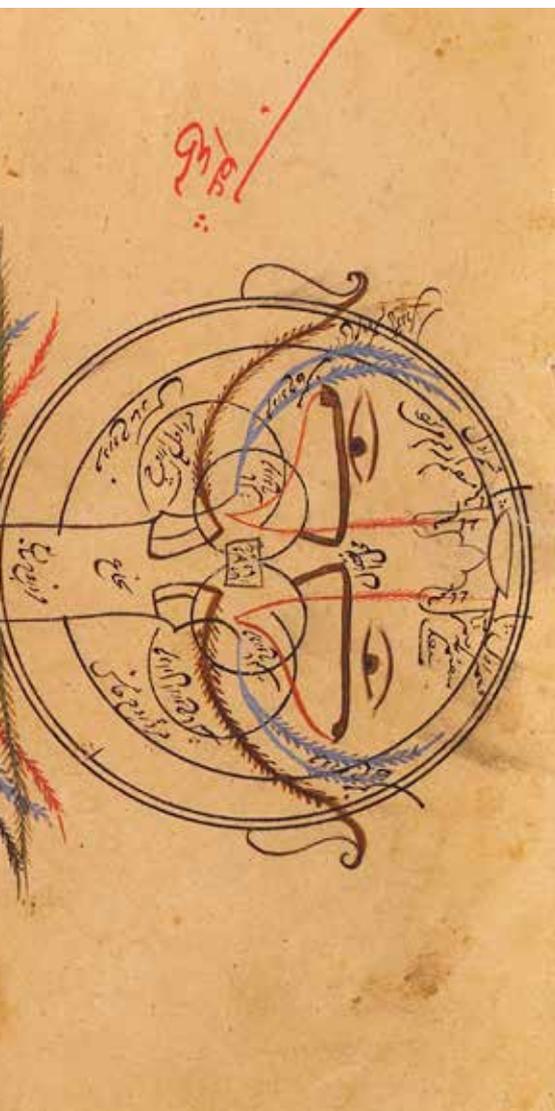




O sistema nervoso, como mostra a obra *O cânone da medicina* do filósofo persa Avicena, uma enciclopédia de cinco livros, concluída no ano de 1025.

Entretanto, essa crise é infundada. O dogma pode ser negado sem trair a verdade essencial do Alcorão. Melhor ainda, a forma de se alcançar a verdade essencial do Alcorão consiste em negar o dogma: porque o dogma não deriva do Alcorão em si, mas de uma premissa ideológica que se aderiu a ele desde o século IX - a saber, que a Palavra de Deus é consubstancial ao próprio Deus, parte de Sua natureza divina e eterna como Ele.

Porém, essa premissa contradiz totalmente o Alcorão. Nele, Deus e sua Palavra não têm o mesmo *status*. Deus transcende o tempo, mas Sua Palavra está implicada no tempo. A Palavra entrelaça o absoluto e o relativo, o universal e o particular, o espiritual e o temporal. É por isso que o Alcorão não pode ser lido como um corpo de mandamentos ao qual se deve aderir de forma literal, em todas as partes e para todo o sempre.



© Wellcome Library, London / Wellcome Images

Como esse dogma poderia ser aceito no mundo muçulmano por tanto tempo, quando, de forma clara, ele vai contra as evidências corânicas? O dogma prevaleceu apenas ao final de uma longa luta, que data do século IX, na Bagdá dos abássidas.

Esse período foi caracterizado por várias correntes de pensamento excepcionalmente ousadas. Os teólogos mutazilitas argumentavam que o livre arbítrio humano não era incompatível com o poder divino absoluto. Deus dotou os humanos com a capacidade para o julgamento racional e com a força criativa, chamada de *qudra*, graças aos quais eles podem agir livremente. Os falasifas constituíam outra escola racionalista, que se estabeleceu fora do campo teológico; seu objetivo consistia em englobar todos os campos do conhecimento, conforme a tradição filosófica grega.

Porém, mutazilitas e falasifas seriam confrontados com uma crescente e ainda mais poderosa corrente conformista. Como guardiões da tradição, juristas e teólogos, em suas respectivas disciplinas, se determinaram a destruir qualquer noção de livre arbítrio, por meio da afirmação de que ele desafiaria a onipotência de Deus. O impasse decisivo entre as duas correntes finalmente se expressou na forma como cada facção considerava a natureza do texto corânico. Para os mutazilitas, o Alcorão foi “criado” por Deus, o que significa que ele é distinto de Deus e passou a existir em um momento específico de Sua criação. Portanto, isso implica uma dimensão temporal, o que deixa aos humanos alguma margem para interpretação. No entanto, para seus adversários, o Alcorão é “não criado”. Em outros termos, ele é consubstancial a Deus e compartilha a Sua eternidade. A partir desse ponto, torna-se menos importante entender o Alcorão do que se permeado por ele, absorver sua natureza divina por meio de uma leitura literal, repetida indefinidamente. Com isso, o texto adquiriu um *status* de verdade absoluta e intangível, da qual derivou a noção da imprescritibilidade corânica.

Os princípios do argumento da imprescritibilidade saíram vitoriosos desse confronto. Assim, durante

muitos séculos, a ideia do livre arbítrio se perdeu no terreno islâmico e não mais apareceu novamente até o final do século XIX.

Liderada por eminentes intelectuais muçulmanos, o pensamento reformista buscava enfraquecer a doutrina da imprescritibilidade, inspirando-se no espírito do Iluminismo e tomando como base disciplinas modernas como a história, a antropologia e a linguística. Sem questionar a origem divina da Revelação, o movimento se propôs a examinar a historicidade de sua manifestação terrena.

Como resultado, essa corrente foi contra os guardiões doutrinários que desacreditaram o novo pensamento, considerando ilegítima a sua ferramenta metodológica - o raciocínio crítico - que prevalecia nas ciências humanas e sociais. Conforme os guardiões do dogma, afirmar que a Revelação do Alcorão corresponde a qualquer coisa que não seja a vontade eterna de Deus - e imaginar que ela pode estar ligada de qualquer forma a algum contexto histórico específico - é uma aberração inventada por infiéis. Ela olha para o divino a partir de um ponto de vista externo. A prova é que essa ideia aberrante se fundamenta em argumentos retirados de disciplinas profanas, estranhas ao Islã.



À luz das crônicas do século IX

Agora, a questão que se coloca é a seguinte: podemos contornar essa objeção? Podemos mostrar o vínculo necessário entre texto e contexto, sem ter de recorrer às ciências seculares, mas tomando como base apenas os textos religiosos, considerados inquestionáveis pelos mais minuciosos guardiões do dogma? A resposta é *sim*. Existem de fato textos religiosos que permitem essa interpretação e eles existem há muito tempo. Eles surgiram a partir de uma necessidade premente já reconhecida nas escolas corânicas no primeiro século do Islã. Os estudiosos precisavam compreender inúmeros versos de interpretação difícil, se não impossível, sem examinar os aspectos em torno de sua Revelação.

Eles decidiram enfrentar esse desafio, voltando à fonte de todas as informações disponíveis a respeito da época da Revelação - os testemunhos deixados pelos companheiros do Profeta. Muitos desses seguidores nem sempre apreenderam o significado dos versos recitados pelo Profeta. Eles iam sozinhos, ou em grupos, perguntá-lo a respeito disso. E o Profeta respondia explicando, comentando e ilustrando os diferentes versos.

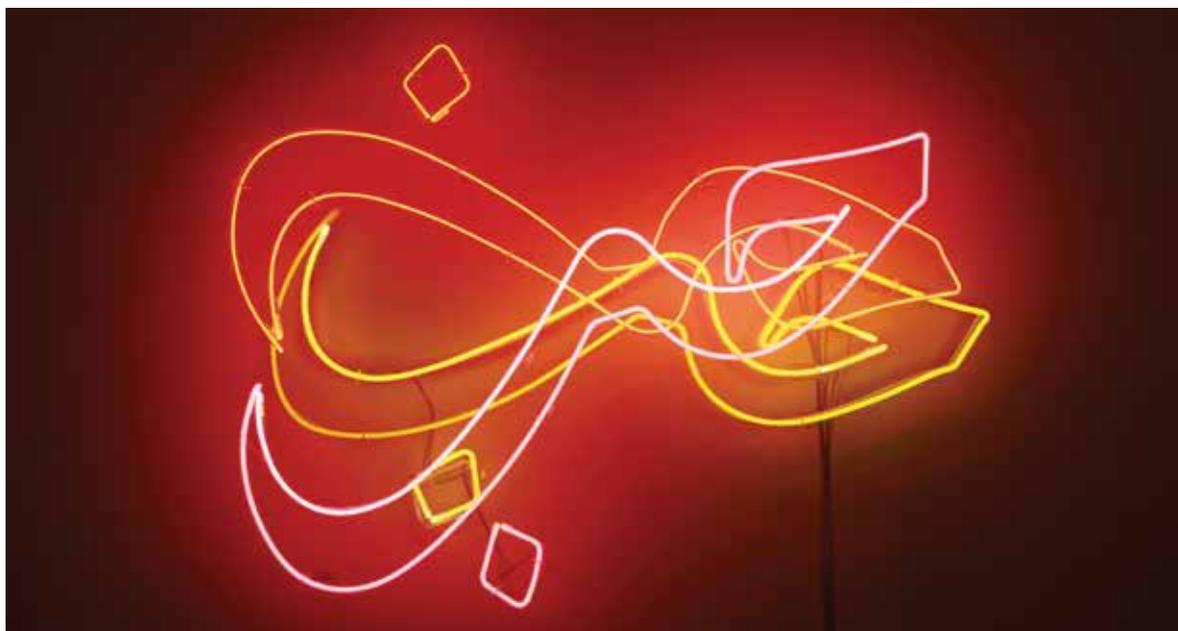
Após a sua morte, a tarefa de transmitir o que haviam aprendido da boca do Profeta para as crescentes fileiras de novos fiéis coube aos seus companheiros - suas palavras agora enriquecidas por suas próprias memórias de quando e onde os versos haviam sido revelados a eles.

Após a morte dos últimos companheiros do Profeta, as pessoas começaram a reunir esses testemunhos e a escrevê-los. Na virada do século IX, surgiu uma primeira compilação chamada *A vida do Profeta Maomé (Al-Sîra al-nabawîyya)*, assinada por Muhammad Ibn Is'haq. A essa compilação seguiram-se várias outras, notadamente as dos quatro grandes cronistas que trabalharam durante a dinastia abássida: Al-Wâqidî, autor do *Kitâb al-Maghâzî (O livro da história e das campanhas)*, Muhammad Ibn Sa'd, que escreveu o *Kitâb al-Tabaqât al-Kabîr (O livro das classes principais, também conhecido como O livro dos companheiros, ajudantes e seguidores)*; Al-Tabarî (839-923), autor do *Kitâb al-Rusul wal-Mulûk (História dos profetas e dos reis)*; e Al-Balâdhurî, que escreveu o *Kitâb Ansâb al-Ashrâf (Genealogias dos nobres)*.

O principal interesse dessas Crônicas consiste no fato de que elas nos contam a histórias da vida do Profeta, com os eventos principais seguindo uma linha do tempo irregular.

Graças a elas, nós possuímos um mapeamento aproximado dos momentos sucessivos da Revelação, o que nos permite situar cronologicamente centenas de versos, cada um relacionado ao outro, e também a colocar cada um deles em seu contexto apropriado. Ao ler o texto do Alcorão à luz dessas Crônicas, somos tomados por um fato óbvio: em nenhum trecho do Alcorão é permitido confundir Deus e Sua Palavra. Em nenhum momento é permitido extrapolar a eternidade de Sua Palavra a partir da eternidade de Deus em Si. Uma leitura que coloca o texto de volta ao seu contexto nos leva a três conclusões fundamentais. A primeira: no Alcorão, a Palavra de Deus adota uma língua, uma cultura e uma forma de pensamento que reflete as preocupações da Arábia no século VII. A segunda: no Alcorão, a Palavra de Deus não é apresentada como um monólogo, mas como um intercâmbio do Paraíso com a Terra. Deus está conversando em tempo real com a comunidade dos primeiros muçulmanos, por intermédio do Profeta. A terceira: nem sempre Deus dá o mesmo peso à Sua Palavra. O Alcorão enuncia diferentes ordens da verdade, algumas absolutas e outras relativas, algumas eternas e outras circunstanciais.

Tanto isso é verdade que às vezes Deus substitui certas verdades com



Dois amantes, três mundos, escultura em luzes neon, 60 x 100 cm, 2010.

© Zoulikha Bouabdellah

outras, decretando a revogação de certos versos por meio de outros versos revelados posteriormente.

Este era o princípio da revogação, formulado no seguinte verso: “Nós não revogamos um verso ou fazemos com que ele seja esquecido, exceto quando nós apresentamos [um] melhor do que ele ou similar a ele” (Verso II, 106).

Assim, a partir desse ponto, o conceito de *tempo* no Alcorão se torna inevitável.

De fato, somente o conceito de tempo é capaz de restaurar a plenitude do poder de Deus. É exatamente porque Deus intervém temporalmente que Ele pode apresentar verdades relativas, vinculadas a diferentes circunstâncias. E, uma vez que as situações se alteram, as verdades relativas se alteram com elas. Então, se acontecer de Deus dizer duas coisas contraditórias, tal ocorre porque a verdade se alterou nesse interim. Deus está sempre certo no momento em que Ele fala. Para entender as Suas verdades relativas, nós devemos apenas relacionar cada uma delas às circunstâncias nas quais elas foram proferidas.

Nenhum verso pode ser “melhor” do que qualquer outro, se nós permanecemos no domínio do absoluto. Em termos absolutos, tudo é igual, e não

há comparação possível. Para que um verso seja “melhor” do que outro, ambos devem existir no âmbito da relatividade. Além disso, eles não podem ser ambos verdadeiros, a menos que se relacionem a diferentes circunstâncias ou, em outras palavras, a tempos de mudança.

Assim, existem momentos sucessivos no Alcorão, tempos que são “antes” e “depois”, e mesmo momentos que apagam outros – portanto, uma dimensão realmente temporal. A conclusão é evidente por si só: a Palavra de Deus não pode ser confundida com Deus em Si. A Palavra não pode ser assimilada à essência divina de Deus. Nós não podemos – não devemos – ler o Alcorão como se cada um de seus versos incorporasse a divindade de Deus, como se o menor desvio representasse uma traição a Ele.

Uma vez que a Palavra de Deus é separada do próprio Deus, e uma vez que a Palavra está envolvida na temporalidade humana, a postulação da imprescritibilidade corânica não pode mais ser defendida. Não apenas isso não reflete a verdade do Alcorão, mas até mesmo a contradiz. Com isso, os fiéis são chamados pelo próprio Alcorão a fazer uso de sua razão e a exercitar seu livre arbítrio, a decidir por si mesmos quais versos são vinculantes, e quais não mais lhes dizem respeito.

Então, o Alcorão deixa de parecer ao fiel um conjunto de mandamentos e proibições, que deve ser seguido em todos lugares e para sempre. Ele se torna mais uma vez o que foi durante 22 anos para o Profeta e seus companheiros: um discurso aberto sobre a reconstrução do mundo; um chamado para se pensar e agir com total responsabilidade; uma oportunidade oferecida a todos para encontrar o caminho de Deus na vida de todos os dias.

Mahmoud Hussein é o pseudônimo compartilhado por **Bahgat Elnadi** e **Adel Rifaat**, dois escritores franco-egípcios que publicaram vários textos de referência: *Al-Sira* (2005), *Understanding the Qur'an Today (Entender o Alcorão hoje)*, em tradução livre, 2009) e, mais recentemente, *Les musulmans au défi de Daech (Muçulmanos desafiados pelo EI)*, em tradução livre, 2016).



O que a charia não é

De acordo com o filósofo marroquino Ali Benmakhlouf, em sua origem, a charia não é um código fixo. É uma fonte espiritual, com uma orientação ética, para conter os abusos do poder político. Ele examina como a charia foi transformada em lei.

Ali Benmakhlouf

A palavra “charia” é um tema recorrente nas discussões atuais, carregando uma série de associações fantasmagóricas: reinos de terror, punição corporal, repúdio às esposas, exigências extremistas de grupos terroristas, leis arcaicas dos primórdios do Islã, um conjunto de sanções incompatíveis com os direitos humanos, entre outras.

É essencial que se entenda que a constituição da charia, considerada como uma autoridade ou corpo de leis fixo que transcende o tempo e a história, serve principalmente aos interesses de regimes autoritários. Esses regimes encontraram a permanência de seu poder político em uma lei que é imune à mudança. Etimologicamente, “charia” é uma palavra árabe que significa “avenida”, “abertura” ou “caminho”. O professor Wael Hallaq da Universidade Colúmbia explica que a charia “era tanto uma forma de viver e ver o mundo quanto um corpo de crenças”.

O processo de transformação da charia em lei divina derivou de um esforço para interpretá-la, chamado de *ijtihad*. Foi o resultado de reflexões realizadas por eminentes juristas islâmicos, que se propuseram a “traduzir” os versos corânicos em normas legais. Um século após a revelação do Alcorão, várias escolas de direito foram fundadas em todo o mundo islâmico, e elas tinham diferentes formas de avaliar a lei divina. No entanto, fossem quais fossem suas interpretações e as diferenças entre vários advogados e

filósofos, todas as escolas concordavam que os textos sagrados do Islã eram apenas fontes, não o conteúdo real, da lei. Eles enfatizavam o fato de que a lei divina não seria encontrada em sua totalidade nos textos revelados. Em outros termos, não existe um código da charia como tal. Ela não é encontrada nas palavras do Profeta, nem no Alcorão.

Em épocas mais recentes, o teólogo egípcio Ali Abderrazik (1888-1966) chamou nossa atenção para o fato de que a charia é um guia espiritual, sem quaisquer diretivas legais. Portanto, permite-se que as pessoas constituam o próprio sistema - com base em outros fundamentos - para organizar a sua comunidade.

A charia e a política

Durante a Idade Média, iniciou-se um grande debate que ainda hoje tem importância. Ele envolveu duas correntes de pensamento opostas. Por um lado, havia aqueles que acreditavam que a palavra charia deveria ser mesclada a um significado político, de modo a lhe conferir estatura legislativa. Com isso, os juízes se tornariam o que Montesquieu descreveu em seu tratado *Do espírito das leis* (1748) como “nada mais do que a boca que pronuncia as palavras da lei, seres meramente passivos, incapazes de moderar a sua força ou o seu rigor”. Por outro lado, havia aqueles que acreditavam, pelo contrário, que a jurisprudência deveria ser tornada autônoma, permitindo que o juiz se fundamentasse na

inspiração religiosa da charia para constituir, dentro do seu tribunal, um contrapeso para o poder político.

Segundo essa segunda linha de pensamento, o soberano detinha um poder discricionário, restrito em escopo, que poderia substituir a lei religiosa com normas administrativas aplicáveis em certas áreas e a tipos específicos de casos. Isso era chamado de *siyasa shar’iyya* (a política compatível com a lei revelada), um recurso que foi especialmente útil para conter os abusos do poder político, como explicado por Hallaq em seu livro *An Introduction to Islamic Law (Uma introdução à Lei Islâmica, em tradução livre, 2009)*.

Em Estados pré-modernos, a charia tendia a ser dissociada do poder político, mesmo que o limite nem sempre fosse claro e variasse de um Estado para outro. Pelo contrário, em sociedades modernas pós-coloniais, a charia é considerada como uma parte do sistema legal, ainda que em alguns países o seu alcance frequentemente seja reduzido a questões de cunho pessoal (tais como casamento, herança etc.). O entendimento moderno da lei tem como base a codificação e o controle, o que a torna puramente um instrumento do Estado. A politização da charia é um fenômeno recente.

A fatwa se altera com o tempo

Assim, a charia é um conceito epistemológico que, durante um longo tempo, foi flexível e adaptável.

O ditado que diz “a *fatwa* se altera com o tempo” mostra claramente que a opinião legal não era considerada uma verdade atemporal e imutável. De fato, em seu sentido original, a *fatwa* era uma opinião legal não vinculante. A lei estava sujeita a modificações por causa “das mudanças dos tempos ou [...] das mudanças das condições sociais”, como Hallaq nos lembra em seu livro *Authority, Continuity and Change in Islamic Law (Autoridade, continuidade e mudança na Lei Islâmica*, em tradução livre, 2001). Na verdade, a necessidade de mudança é reconhecida de forma explícita como a principal característica da lei divina. O filósofo medieval Al Farabi (870-950), entre outros, descreveu como sucessivos legisladores modificariam a lei. Em seu *Livro da religião*, Farabi explica que essas mudanças servem para: a) preencher a lacuna deixada por um legislador anterior, que promulgou leis apenas sobre matérias da mais alta importância, da maior utilidade, valor ou eficácia para reunir as comunidades, deixando o resto para outra pessoa; e b) para alterar várias decisões do predecessor e para promulgar outras normas que ele entendeu serem mais apropriadas para a época.

Deduzimos disso que a lei divina é inseparável de sua interpretação humana, com o entendimento de que a interpretação deve ser deixada para especialistas competentes, e não para pessoas sem instrução.

“Assim, a lei islâmica também é caracterizada pelo pluralismo legal”, afirma Hallaq na obra *An Introduction to Islamic Law*. “Não apenas porque ela reconhece os costumes legais e os leva seriamente em consideração”, ele explica, “mas também porque ela oferece uma série de opiniões sobre um e o mesmo conjunto de fatos”. É por isso que Hallaq vê como irônico o fato de os colonizadores europeus acusarem a lei islâmica de ser rígida para justificar sua substituição pelos novos códigos napoleônicos. Assim começou a desmontagem da *charia*, que contribuiu para a percepção desta como a-histórica e atemporal.

Quando uma orientação espiritual se torna uma ordem

A desmontagem continuou durante a segunda metade do século XX, quando a palavra *charia* tomou a forma de ordem ou decreto por meio da *fatwa* e a ela foi atribuído poder de decisão, embora a *fatwa* represente apenas um parecer consultivo. Com o desenvolvimento do direito moderno, das leis que emanam do poder do Estado, e com a disseminação de instituições parlamentares em países anteriormente colonizados pelas assim chamadas potências ocidentais (principalmente a França e o Reino Unido) – a lei da *charia* assumiu seu lugar juntamente aos sistemas legais formatados principalmente a partir dos códigos napoleônicos. É o “espartilho do procedimento parlamentar” que deu à lei islâmica a sua autoridade, como escrevem Baudouin Dupret e Leon Buskens, na introdução de seu livro *La charia aujourd’hui (A charia hoje*, em tradução livre, 2012).

Atualmente, as constituições das diversas nações muçulmanas mencionam a *charia* de formas diferentes. Em um país, é uma questão de observância; em outro, de referência. Em nenhum lugar se considera que ela deriva de qualquer lei codificada. É preciso reconhecer que a palavra *charia* não é suficientemente clara, nem se refere a um conjunto de normas familiares a todos, o que nos permitiria dizer com autoridade que ela é aplicada aqui ou ali. Parafraseando as palavras de Dupret, quanto mais tentamos fixar o que a *charia* é, mais difícil é capturar suas formas e suas funções. Exceto em termos de poder, de política e de ideologia, como podemos realmente definir a *charia*?

Ali Benmakhoulouf (Marrocos) é professor de filosofia na *Université Paris Est-Créteil* (UPEC) e um membro sênior do *Institut Universitaire de France*. A longa lista de suas publicações inclui *Averroès* (2000), *La conversation comme manière de vivre (Conversação como forma de vida*, em tradução livre, 2016), e *Philosopher à Bagdad au X^e siècle (A prática da filosofia na Bagdá do século X*, em tradução livre, 2007), que ele editou, e várias outros livros sobre grandes pensadores do Oriente e do Ocidente.



Foto da série *Chapéus de minarete*, da artista multimídia nascida na Itália Maïmouna Guerresi, 2011.

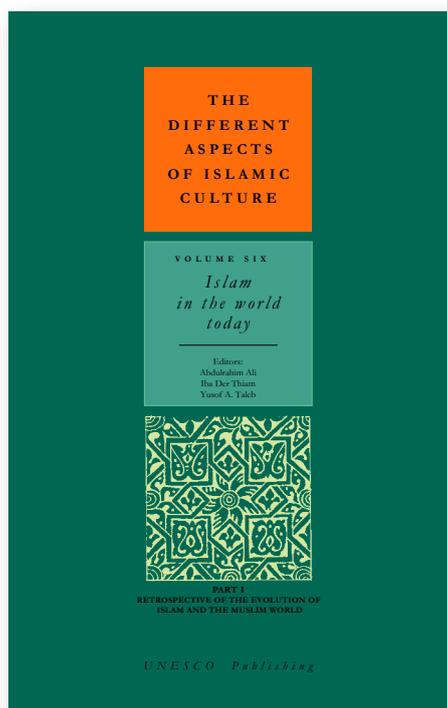
© Maïmouna Guerresi



Um trabalho de referência para os nossos tempos

The Different Aspects of Islamic Culture, volumes 1-6. Paris: UNESCO Publishing, 1977-2016

Nahid Afrose Kabir



© UNESCO

Vivemos em uma época em que os muçulmanos e a sua religião, o Islã, são incompreendidos em muitas partes do mundo. Em geral, os muçulmanos são percebidos no Ocidente como um grupo de pessoas homogêneo e monolítico, violento e que oprime suas mulheres. Em alguns países da Ásia, onde muçulmanos e não muçulmanos compartilharam a mesma língua e a mesma cultura durante séculos, repentinamente os muçulmanos são vistos como “diferentes”.

Desde o ataque às Torres Gêmeas nos Estados Unidos, em 11 de setembro de 2001, a retórica do “nós” contra “eles” tem sido utilizada para excluir os muçulmanos da sociedade dominante. Alguns políticos têm pedido a proibição ou o fim da imigração de muçulmanos.

É importante reconhecer que uma pequena minoria de muçulmanos tem recorrido ao terrorismo. Porém, é igualmente importante perceber que os próprios muçulmanos, tanto quanto os não muçulmanos – se não mais – são vítimas do terrorismo.

Buscando dissipar alguns equívocos que atualmente cercam os muçulmanos, os seis volumes da publicação da UNESCO, *The Different Aspects of Islamic Culture* (1977 to 2016), são oportunos e informativos. Eles informam os leitores sobre o Islã, de sua revelação às crenças e práticas dos muçulmanos. Os livros descrevem a diversidade existente no Islã por meio de diferentes escolas de pensamento. Lançado em 1977, na sequência de uma obra monumental sobre as histórias geral e regionais, esse trabalho coletivo foi finalizado em

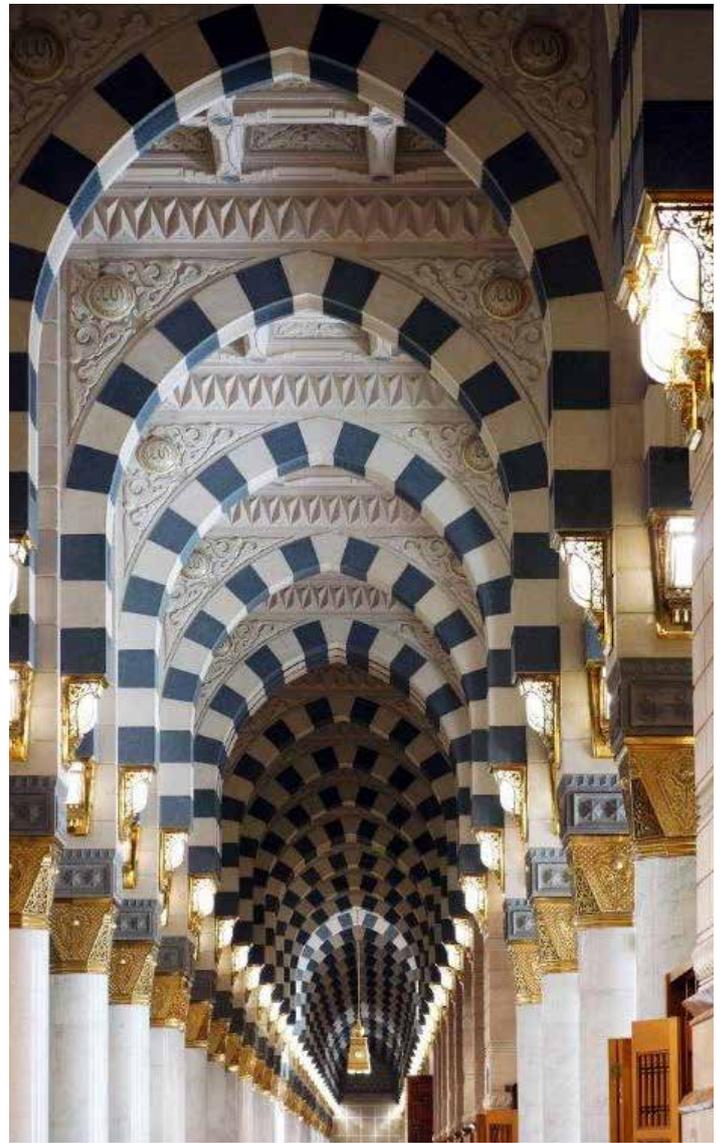
novembro de 2016, com a publicação dos volumes I e VI, constituindo uma contribuição importante para o debate atual sobre o Islã.

Os livros explicam as noções puritanas que foram geradas por diferentes ramos do Islã, e também descrevem como, ao longo de vários séculos, muitos pensamentos muçulmanos rejeitaram interpretações estreitas e dogmáticas do Alcorão e, por outro lado, estimularam o uso da razão.

Sobre a questão das mulheres, os livros oferecem ideias interessantes, notadamente sobre o *status* privilegiado das mulheres durante os períodos abássida e aiúbida, entre os séculos VIII e XIII. Também se discute sobre as feministas islâmicas do início do século XX, que tiveram as vozes ouvidas no mundo árabe.

Os livros também refletem sobre a contribuição das civilizações islâmicas nos campos da ciência, da medicina, da matemática e da astronomia. Para mencionar apenas um exemplo, os muçulmanos inventaram a álgebra!

A coleção lembra os leitores sobre a glória do Sultanato Muçulmano e como o seu legado ainda é lembrado por meio de sua arte e de sua arquitetura – por exemplo, o Taj Mahal na Índia. Também se discute como o Oriente, incluindo os países islâmicos, em alguns períodos da história, eram muito mais avançados do que o Ocidente (cristão), devido ao comércio de seda e de especiarias através da Rota da Seda. Porém, enquanto os países muçulmanos da Ásia e da África começaram a florescer por meio do intercâmbio e do comércio, o



Interior da Mesquita do Profeta (al-Masjid al-Nabawi), em Medina, Arábia Saudita.
© Enciklat/Shutterstock

Ocidente iniciou sua expansão territorial e introduziu seu sistema colonial.

De volta ao presente, os livros fornecem um debate equilibrado, destacando as tensões internas e entre países muçulmanos - por exemplo, a Revolução Iraniana, a Guerra Irã-Iraque, a ascensão do Talibã, o conflito da Caxemira e a dinâmica entre os Estados seculares e os islâmicos. Tais conflitos são exacerbados pela corrupção, pelos serviços de saúde precários, pela desigualdade econômica e pelo analfabetismo.

A questão das minorias muçulmanas no mundo atual - um assunto sobre o qual eu escrevi na coleção - tem importância especial. São exatamente esses muçulmanos e suas comunidades, assim como os imigrantes muçulmanos,

que sofrem por causa da marginalização, da islamofobia e da discriminação, como enfatizei no início deste artigo.

A coleção da UNESCO também examina alguns aspectos positivos das relações entre muçulmanos e não muçulmanos, assim como oferece sugestões para ajudar a desenvolver uma melhor compreensão entre eles.

Autora de um capítulo sobre as minorias muçulmanas no mundo atual ("*Muslim Minorities in the World Today*") da coleção *The Different Aspects of Islamic Culture* (2016), **Nahid Afroz Kabir** é muçulmana, natural de Bangladesh. Atualmente, ela é cidadã australiana e residente permanente nos Estados Unidos. Kabir é pesquisadora visitante

do *Prince Alwaleed bin Talal Center for Muslim-Christian Understanding* da Universidade de Georgetown, em Washington DC, EUA. Os livros de Kabir incluem: *Muslims in Australia: Immigration, Race Relations and Cultural History* (*Muçulmanos na Austrália: imigração, relações raciais e história cultural*, em tradução livre, 2005); *Young British Muslims: Identity, Culture, Politics and the Media* (*Jovens muçulmanos britânicos: identidade, cultura, política e a mídia*, em tradução livre, 2010); *Young American Muslims: Dynamics of Identity* (*Jovens muçulmanos americanos: dinâmicas da identidade*, em tradução livre, 2013); e *Muslim Americans: Debating the Notions of American and Un-American* (*Muçulmanos americanos: debatendo as noções de americano e não americano*, em tradução livre, 2017).





Alphadi é nomeado Artista pela Paz da UNESCO pela diretora-geral, em Paris, 2016.

© UNESCO/P. Chiang-Joo

Alphadi: colocar a criatividade da África no mapa mundial

Entrevista a Jasmina Šopova

O sr. se define como “o mais pan-africanista de todos os pan-africanistas”. De onde vem esse sentimento?

Eu sou um pan-africanista por descendência e por convicção. Nasci em Tombuctu, de uma mãe marroquina e um pai nigerense de ascendência árabe. Cresci no Níger e fiz parte dos meus estudos no Togo. Também tenho família no Marrocos, na Mauritânia e na Costa do Marfim. Todos esses países são parte da minha herança mista, da qual eu tenho orgulho e considero um símbolo da unidade e da dignidade africanas.

O que o levou ao mundo da moda?

Eu sempre tive um impulso criativo, desde criança. Foi apenas quando os meus pais faleceram que eu fui capaz de exprimi-lo. Para eles, estava fora de questão que eu me dedicasse à moda! Eles acreditavam que esse era um “trabalho de mulher”, além de ser incompatível com o Islã.

Eu me formei em turismo em Paris para respeitar o desejo deles. Estudava de dia e, à noite, eu assistia a desfiles de moda. Acabei esbarrando com alguns dos mais renomados *designers* de moda da época. Após ter recebido o meu diploma em turismo em 1980, eu voltei para o Níger e trabalhei no Departamento de Turismo no Ministério do Comércio, em Niamei.

Convencido de que “a cultura é o ponto de partida fundamental para o desenvolvimento”, Alphadi está comprometido em apoiar a indústria têxtil e promover o *know-how* tradicional em todo o continente africano. O *designer*, reconhecido internacionalmente, que criou o Festival Internacional de Moda Africana, se tornou um símbolo da luta pelo desenvolvimento econômico. Seu último sonho está prestes a se tornar verdade - fundar uma escola dedicada à moda e às artes em Niamei. Nós nos encontramos com esse “Mago do Deserto”.

E, três anos depois, o sr. apresentou sua primeira coleção no Níger...

Exatamente. No início, eu queria montar um projeto têxtil africano com o falecido Chris Seydou, um grande *designer* de moda malinês. Porém, eu me encontrei sozinho, então, reuni toda a força que tinha e criei sozinho uma oficina de tecelagem e bordado. Foi somente depois que eu realizei um curso na escola de moda do *Atelier Chardon-Savard*, em Paris.

Como o sr. financiou o projeto?

Bem no começo, eu investi o que ganhava trabalhando em uma tecelagem no Níger. Foi assim que eu criei o tecido Alphadi. Então eu aproveitei o programa de apoio à aposentadoria voluntária do serviço público, um crédito de apoio para o estabelecimento de empresas, e um subsídio da União Europeia. Isso permitiu que eu comprasse as primeiras máquinas e contratasse os meus primeiros empregados. Foi assim que nasceu a marca Alphadi.

A marca foi reconhecida em Paris em 1985.

Foi na Feira Internacional de Turismo. Paco Rabanne, Yves Saint-Laurent e alguns outros *designers* e modelos que eu conhecia do meu tempo de estudos em Paris vieram e me ajudaram.

Porém, o meu maior momento sempre será o segundo Festival Internacional de Moda, que aconteceu em Paris, em 1987. Todos os grandes nomes da indústria da moda estavam lá. Havia milhares de modelos e dezenas de milhares de pessoas na plateia, e um bilhão de telespectadores em todo o mundo estavam assistindo! Apresentar sua coleção em uma passarela ao ar livre nos jardins de Trocadero, acompanhado por griôs (poetas e músicos itinerantes da África Ocidental) e camelos é muito comvente.

O festival representou uma consagração de todos os seus esforços, assim como uma boa maneira de reconhecer o trabalho dos artesãos.

Com certeza. Eu trabalho com artesãos muito talentosos. Desde o início, eu contratei mais de uma dúzia de tecelões e em torno de 20 técnicos especializados em costura, bordados e miçangas. Mais tarde, eu montei uma equipe de joalheiros no Níger e um curtume no Marrocos.

Na década de 2000, eu lancei uma marca de perfumes e cosméticos que usava ingredientes de origem africana. E, em 2005, eu apresentei uma coleção de roupas esportivas, incluindo jeans, camisetas etc., a preços acessíveis para os jovens.



Eu luto para criar valor para os africanos, para oferecer-lhes trabalho e para garantir que a sua criatividade seja reconhecida. Eu produzo meus tecidos em diferentes países, incluindo Níger, Nigéria, Gana, Costa do Marfim, Mali, Senegal e Marrocos, e defendo a abertura de fábricas têxteis na África.

Como está sendo a campanha para reabrir essas fábricas?

Para te dar um exemplo, em 2014, eu fui ao *Le Pagne en Fête* (Festival da Tanga), que foi organizado no Togo para promover a recuperação da indústria têxtil no país. Em Datcha, uma vila próxima a Atakpamé, havia uma fábrica que empregava 3 mil pessoas. Ela foi fechada há cerca de 15 anos, e os trabalhadores ficaram sem emprego. Desde então, os tecidos de cera que ela fabricava passaram a ser produzidos nos Países Baixos. Com todo o respeito, eu acredito que nós estamos em uma posição melhor para produzir tecidos africanos na África!

Revitalizar a indústria têxtil africana e aperfeiçoar o *know-how* tradicional são ações que têm estado no coração do meu projeto como *designer* de moda, desde o início. Todas as abordagens que eu uso são direcionadas para esses objetivos.

Quantas pessoas o sr. emprega agora?

Sem contar os subcontratados, atualmente eu tenho entre 150 e 200 pessoas trabalhando para mim. Na minha opinião, um criador de moda é também um criador de empregos. Eu sempre estive convencido de que a cultura é o ponto de partida fundamental para o desenvolvimento de um país. Deixe-me dar um exemplo. Quando eu comecei minha carreira na moda, o Níger era o quarto maior produtor mundial de urânio. Eu dizia que a moda no Níger poderia ser uma fonte de riqueza muito mais segura do que o urânio, mas as pessoas não me levavam a sério. Desde então, os estoques de urânio despencaram, e a moda está indo de vento em popa!

O sr. é presidente da Federação Africana de Costura desde a sua fundação em 1994. Pode nos contar como é o seu trabalho lá?

A Federação foi fundada em Gana, e sua sede foi mudando conforme a situação política dos países africanos se alterava. Eu devo admitir que não temos os meios para fazer frente às nossas ambições, mas faço tudo o que posso para ajudar no desenvolvimento da moda e do *design* africano em toda a sua diversidade. Uma das minhas missões principais consiste em desenvolver a proteção das marcas comerciais. Especialmente com a Organização Africana da Propriedade Intelectual (OAPI), mas também com a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) – para incentivar os países africanos a aderirem ao sistema internacional de marcas comerciais.

O sr. criou um festival de moda no meio do deserto! Fale um pouco sobre essa aventura.

Esse é o meu maior orgulho! O Festival Internacional de Moda Africana (FIMA) nasceu no Deserto de Tiguiddit, no Níger, em 1998. Ele é o auge de muitos dos meus sonhos – exibir criações africanas, promover *designers* jovens, permitir encontros, misturar culturas, coesão, diversidade e paz. Todos esses são valores aos quais eu atribuo a maior importância. Não vamos nos esquecer que, durante a primeira edição do festival, a rebelião tuaregue ainda ocorria de forma desenfreada no Níger. Não é coincidência que a logomarca do festival seja um turbante tuaregue estilizado. Eu queria fazer com que o turbante tivesse a sua antiga glória, assim como transformá-lo em um sinal de paz, não de guerra.

A edição de 2016 do festival também foi caracterizada pela paz.

Sim, o nosso *slogan* foi “Construir uma África mista e pacífica” e nós homenageamos Nelson Mandela, uma figura emblemática da paz. Eu apresentei uma coleção de alta costura



Alphadi em Paris, maio de 2016.

© Leonardo Džoni-Šopov

toda na cor branca e organizei uma passeata nas ruas, com todas as pessoas vestidas de branco. Esse também foi um momento muito emocionante! A paz, a cultura e o desenvolvimento são as palavras-chave de todas as edições do FIMA. A cada dois anos, o festival reúne *designers* de todo o continente africano, assim como convidados da Europa, das Américas e da Ásia. Ao mesmo tempo em que celebra a África, o último dia do festival é dedicado a reunir o mundo todo no mesmo palco. Em dezembro de 2016, nós organizamos

a 10ª edição da FIMA, em colaboração com a Câmara de Artesanato e Comércio do Níger, na tradicional arena de lutas de Agadèz, no norte do país. O tema foi “Educação e a indústria para uma África mista e pacífica”. Eu fiquei particularmente feliz pelo fato de o evento ter acontecido, pois tivemos de cancelar o festival agendado para novembro de 2015, por causa dos eventos que abalaram o mundo e a África Ocidental em especial. Uma vez que é impossível de se eliminar totalmente o risco, nós sentimos que não estamos em uma posição que

nos permita garantir a segurança do público e dos participantes. Assoumana Malam Issa, o ministro do Renascimento Cultural, das Artes e da Modernização Social do Níger, presidiu a cerimônia de lançamento da 10ª edição. Ele anunciou que apoiaria a FIMA em sua missão de transformar a indústria da moda e da alta costura em uma ferramenta permanente para o desenvolvimento. Agora que o festival adquiriu o *status* como um dos principais eventos culturais do Níger, nós seremos capazes de organizá-lo todos os anos.



Os jovens designers africanos encontram seu lugar no festival?

Na verdade, eles têm um espaço privilegiado no festival! A cada dois anos, desde 2003, nós organizamos uma competição para jovens estilistas em colaboração com a Associação Francesa de Ação Artística e, desde 2010, ela é organizada com o Instituto Francês. Recebemos entre 250 e 300 inscrições para a competição. Um júri internacional se reúne no Museu de Artes Decorativas em Paris para escolher três vencedores. Nos últimos cinco anos, os prêmios têm sido financiados pelo Fundo Econômico e Monetário da África Ocidental. Nós também temos um prêmio para modelos africanos, o que aumentam as suas chances de se tornarem *top models*.

O sr. poderia falar um pouco sobre as "caravanas Alphadi"?

A ideia veio do meu espírito nômade. Depois de cada edição do FIMA, uma equipe de mais ou menos 40 pessoas (*designers*, modelos, especialistas em moda, patrocinadores e jornalistas) viaja por toda a África para organizar os desfiles de Alphadi. Isso nos permite encontrar jovens artistas de talento em diferentes regiões, que então serão selecionados pelo nosso júri para mostrar suas coleções na próxima edição do festival.

O sr. tem outros projetos destinados a promover os jovens designers na África?

No momento, o meu grande projeto consiste em criar, em Niamei, uma escola internacional dedicada à moda e às artes. Eu tenho sonhado com isso por 10 anos, e dois anos atrás recebi o espaço para o projeto. O governo do Níger nos concedeu três mil metros quadrados de área. Agora, estou aguardando outras fontes de financiamento para tornar esse sonho uma realidade.

Os planos de construção estão prontos. Esperamos construir uma oficina de fábrica que receberá cerca de 30 *designers* do Níger e do exterior. Eles serão capazes de criar suas coleções lá e, se necessário, produzir e vender seus *designs*. Também planejamos oferecer acomodações para os *designers* e professores estrangeiros, assim como criar pequenas lojas, um museu da moda com uma biblioteca de tecidos e salas que podem ser usadas para desfiles de moda.

O conceito é inspirado parcialmente na 42, a escola (de programação de computadores, privada, gratuita e sem fins lucrativos) criada por Xavier Niel, fundador do Free (provedor de internet francês). Sua prioridade é o talento



Alphadi celebra o *design* africano na *Black Fashion Week*, em Paris, 2013.

© Dou Matar Gueye



Instantâneos da primeira edição do FIMA, que ocorreu no deserto do Níger em 1998.



© Laure Maud Photographe

e o trabalho em equipe. O *Atelier Chardon-Savard* de Paris também está nos ajudando nesse projeto. Nós construiremos a escola com a ajuda de doadores, mas ela deverá funcionar de forma independente. É por isso que cobraremos pequenas mensalidades. A Fundação Alphadi irá conceder bolsas de estudo, e os estudantes serão capazes de cobrir parcialmente seus custos por meio da venda de seus *designs* nas lojas da escola. A escola também terá um “berçário cultural”, que irá oferecer bolsas de formação de seis a oito meses para alunos realmente jovens, com 9 ou 10 anos de idade, para ensiná-los sobre criação artística e moda.

Qual é o papel da Fundação Alphadi?

Inicialmente, eu criei a Associação Alphadi no ano 2000. Ela é vinculada de forma estreita ao FIMA e é especialmente ativa no campo da educação, embora não se limite a isso. Para te dar um exemplo, eu organizei vários *teletons*, inclusive um em 2012 para refugiados do Mali, que foi um grande sucesso. Nós trabalhamos em colaboração com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) para arrecadar cerca de 52 mil euros e quase 80 toneladas de cereais.

Atualmente, eu estou criando a Fundação de Patrimônio Alphadi – os estatutos da fundação estão prontos. Ela terá como foco a formação de mulheres e meninas, e irá se envolver em questões como saúde e desnutrição. Com frequência, eu digo, brincando, que confio mais nas mulheres do que nos homens. Uma mulher que ganha a sua vida, alimenta e cuida de seus filhos; em geral, um homem usa o dinheiro... para comprar uma segunda esposa para si!

Alphadi, cujo nome completo é **Sidahmed Alphadi Seidnaly** e que tem a alcunha de “Mago do Deserto”, nasceu em 1º de junho de 1957 em Tombuctu, Mali, em uma família de comerciantes. Ele cresceu no Níger com oito irmãos, tem seis filhos e divide sua vida entre os Estados Unidos, a França e a África. Alphadi foi nomeado Artista para a Paz da UNESCO em 25 de janeiro de 2016. No mesmo ano, em 23 de abril, ele passou a fazer parte da Coalizão da UNESCO de Artistas para a História Geral da África.

Com esta entrevista, *O Correio da UNESCO* se associa ao Dia da África, celebrado em 25 de maio.





Apresentação de Chucho Valdés na Casa Branca, em 29 de abril de 2016, por ocasião do Dia Internacional do Jazz.

© 2016 Steve Munding

Chucho Valdés no piano: “Eu exploro todos os caminhos que existem!”

Entrevista a Lucía Iglesias Kuntz

Tendo participado do Dia Internacional do Jazz do ano passado, que memórias o sr. tem do evento?

Foi incrível. Foi a primeira vez em que eu fui à Casa Branca. Eu nunca pensei que teria essa oportunidade! A parte mais impressionante é que, como músicos de jazz, nós formamos algo como uma família internacional. Quase todos nós tivemos a oportunidade de participar dos mesmos festivais ao redor do mundo, mas dessa vez, foi como uma reunião de família e, em termos musicais, todos nós nos demos muito bem. Eu toquei com um baixista norte-americano e com um guitarrista africano, o trompetista era australiano, e o percussionista, indiano. Foi uma experiência inesquecível, especialmente porque Chick Corea, Aretha Franklin, Herbie Hancock, Al Jarreau, Marcus Miller e outros grandes artistas de jazz também estavam presentes. Isso não é algo que você vê todos os dias!

Nós provamos que o jazz é tão internacional que músicos de diferentes partes do mundo podem se reunir para tocar música. Foi um momento sem precedentes, como se os pais do jazz se reunissem para abraçar a sua gloriosa universalidade.

O sr. vai participar da comemoração deste ano do Dia Internacional do Jazz, que acontecerá em Havana. Está esperando alguma coisa especial?

Sim, eu fui convidado para Havana e estou extremamente feliz de uma

vez mais me encontrar na companhia de músicos de todas as partes do mundo. Eu espero o que é sempre esperado do jazz: seu sentimento de imediatismo. Nós simplesmente nos reunimos e escolhemos um tema sobre o qual improvisar. Com base nesse tema, cada um de nós vai apresentar o próprio método e o próprio estilo.

Nenhum dos nossos estilos será idêntico a qualquer outro. Você pode ensaiar milhares de vezes, e a cada vez irá soar diferente. Isso é o mais incrível no jazz. Ele varia constantemente, e o público também sempre tem sua opinião para compartilhar. Nós ainda não sabemos o que vamos tocar, e isso é ótimo. Como sempre, será espontâneo, porque a improvisação é a peculiaridade do jazz.

Vamos tocar no Grande Teatro Alicia, onde a acústica é excelente e o piano é muito bom. Ele foi dado de presente pela Steinway para o Ministério da Cultura em outubro de 2015, quando o grande pianista Lang Lang e eu tocamos com a Orquestra Filarmônica de Cuba. Todos nós já estamos emocionados com a ideia do que vamos produzir dessa vez. E o público ainda mais!

O sr. foi nomeado Embaixador da Boa Vontade da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). O que o motivou a aceitar essa nomeação?

Me pareceu importante fazer uma contribuição para a FAO, que

intervém onde é necessário, em todo o mundo. Eu compus a trilha sonora para um documentário sobre o terremoto de 2010 no Haiti. Particpei do projeto porque todos os lucros do lançamento do documentário foram para a reconstrução do país.

Como o sr. compõe sua música?

Como eu mencionei, o jazz depende principalmente da improvisação, embora existam arranjos nos quais a música é composta. É o que eu chamo de *pie forzado* (pé forçado) em Cuba. É um tema que é dado a você e com base no qual você então começa a improvisar.

Nós também compomos as harmonias e vários acordes de melodias que devem ser tocados, ao mesmo tempo em que a sua criatividade continua a fluir de forma livre. Pessoalmente, eu praticava todos os dias para estabelecer as bases rítmicas das minhas experiências contínuas com as raízes do jazz afro-cubano: uma mistura que inclui os tambores lorubá e Batá - do povo lorubá, da Nigéria, do Togo e de Benin -, a conga cubana... Esses tons polirrítmicos são perfeitos para definir uma linha rítmica sobre a qual improvisar, ou uma linha melódica na qual a fusão dos metais, ou mesmo do piano, pode levar à improvisação. A partir daí, tudo o que você precisa fazer é ir mais fundo, porque esses arranjos musicais são uma base composta sobre a qual você pode, então, desenvolver sua improvisação.





Retrato do gigante do jazz Chucho Valdés.

© Frank Steward

O sr. sempre trabalha com os mesmos músicos?

Eu tenho trabalhado com minha banda, os Afro-Cuban Messengers, por um longo tempo e em muitas ocasiões agora, mas às vezes eu toco como pianista solo ou com uma orquestra, o que é uma experiência bem diferente. Recentemente, eu gravei um álbum, em Nova York, com a orquestra de Arturo O’Farrill... Basicamente, eu não me limito a uma única direção musical – eu tendo a explorar todos os caminhos que existem. Eu tento não me prender a nada – em vez disso, eu tento variar e continuamente encontrar novos caminhos.

Como o sr. aprendeu a tocar piano?

Deixe-me contar uma pequena história – na verdade, eu não me lembro do evento, mas me disseram que foi assim que eu comecei a tocar piano. Meu pai era o pianista e o diretor-assistente da orquestra do Cabaré Tropicana, a principal cena musical cubana que recebeu muitos grandes artistas do jazz nas décadas de 1940 e 1950.

Quando eu tinha 3 anos de idade, um dia meu pai voltou para casa porque havia esquecido a partitura musical da segunda parte do show. Ele ouviu alguém tocando uma melodia no piano com as duas mãos – era eu. Ele perguntou para minha avó e para minha mãe quem havia me ensinado, e as duas responderam que eu não tinha tido

nenhuma aula, que eu apenas tentava imitá-lo e que, quando ele saía, eu me sentava em seu lugar e tentava tocar como ele. Aparentemente foi assim que eu comecei. Ele então me deu algumas aulas e, quando eu tinha 5 anos, ele contratou um professor de teoria musical para me ensinar em casa. Quando eu tinha 9 anos, eu comecei a frequentar uma escola de música e a estudar piano.

O sr. então tocava música com seu pai. Como era tocar com Bebo Valdés?

Era incrível – tocar com seu professor e com seu pai é emocionante em dois níveis diferentes. Uma vez que eu também admiro muito a arte de Bebo, a cada vez que nós tocávamos juntos, eu aprendia alguma coisa nova. Quando eu tinha 15 anos, comecei a tocar ao vivo com ele, e nós tocávamos em dois pianos para a televisão. Penso que eu era o maior admirador de Bebo Valdés.

Ele era um músico de talento, um pai fantástico e um professor extremamente exigente. Aos domingos, quando eu queria ir ao cinema, já estava arrumado e pronto para sair, ele me parava e dizia: “Sua aula de piano é amanhã – sente-se e toque para mim o que você tem praticado”. Se o que eu tocava não era bom o bastante, ele dizia: “Escute – não vai ter cinema; vá se trocar, sente-se e pratique”. Hoje eu sou muito grato a ele, porque estudei o máximo que pude e direcionei todos os meus esforços para seguir os seus passos musicais.

O sr. também ensina seus filhos a tocar piano?

Eu tenho seis filhos, todos eles tocam instrumentos e todos eles são músicos muito bons. Não é porque eu ensinei música para eles, mas porque eles são realmente apaixonados por isso. É certo que a atmosfera musical geral da casa desempenha um papel aqui. Eu já toquei com Chuchito e com a minha filha Leyanis, que é uma pianista excelente. Ela se formou em escolas na Itália e em Cuba, e agora toca e compõe incrivelmente bem. Emilio toca percussão, e Yousi estudou direção de coro e toca bateria, assim como Jessi. Meu filho mais novo, Julián, tem 10 anos de idade, e há pouco eu dei a ele uma aula de música.

Atualmente, na era da música eletrônica e das evoluções digitais, como nós podemos estimular os jovens a continuar tocando jazz?

Desde a minha primeira banda, Irakere, na década de 1960, até hoje, eu colaborei com todos os tipos de novos talentos. Para mim, o século XXI tem tudo a ver com o mundo da eletrônica e dos computadores, o que levou muitas pessoas a usarem programas que facilitam consideravelmente a orquestração. Agora, é muito mais fácil de se fazer arranjos do que na década de 1950. A geração mais jovem domina perfeitamente essas técnicas, e eu tenho certeza de que elas são muito úteis. É aí que está o futuro.

Ganhador de seis Grammys e de três Grammys Latinos, **Dionisio Jesús Valdés Rodríguez**, mais conhecido como “Chucho”, nasceu em 1941 em Quivicán (Cuba). Ele é pianista, compositor, arranjador e maestro. Chucho gravou mais de 90 álbuns e colaborou em mais de 50 outros. Alguns de seus álbuns mais importantes incluem: *Lucumí* (1986), *Solo piano* (1991), *Pianissimo* (1997), *Babalú Ayé* (1999), *Boleros inigualables* (2000) e *Border free* (2013). Ele é filho de Bebo Valdés (1918-2013), o conhecido pianista de jazz afro-cubano.

Olhe para mim, eu sou linda!



Esther e a maternidade: sem mais vítimas, apenas belos sobreviventes.

© Patricia Willocq

Esta fotografia foi considerada a melhor imagem do mundo sobre o tema *paz* e faz parte da série de 15 fotos *Look at Me, I am Beautiful! (Olhe para mim, eu sou linda!*, em tradução livre), de autoria de Patricia Willocq (Bélgica), ganhadora do Prêmio Alfred Fried de Fotografia de 2015.

A série retrata a viagem de uma menina nascida de um estupro, passando por todos os fatos marcantes de sua vida: seu nascimento, seus primeiros passos, seu primeiro dia na escola, seu casamento, seu primeiro dia como mãe etc. Patricia deu à menina o nome de Esther e escolheu seu local de nascimento, Goma – uma cidade na República Democrática do Congo –, que testemunhou terríveis crimes de guerra

e episódios de violência sexual desde os anos 1990. Esther é o foco de todas as fotos, enquanto ela cresce, sempre cercada por homens que a apoiam e a protegem. Eles são os mesmos homens que, na realidade, são os algozes, mas, nas fotos, eles a protegem e dão a ela o amor e a dignidade que ela merece.

Todas as crianças mostradas nas fotos são fruto de um estupro no “mundo real”, e todas as mulheres foram abusadas sexualmente. As fotografias de Patricia são encenadas de forma deliberada, chegando quase ao ponto de serem irritantes e *kitsch*. Porém, essa abordagem ousada é calculada para provocar – a encenação idílica dá de volta a dignidade e a autoestima a essas mulheres, com suas roupas festivas e seus belos sorrisos.

“A série é como um conto de fadas africano”, declarou o júri, “em que os algozes se tornam protetores, o bem triunfa sobre o mal. Uma analogia para a boa vida, com uma infância, escolas, uma profissão, família e autorrealização adequadas. Não é uma visão melancólica, mas uma afirmação humanitária feroz de que a paz significa principalmente tolerância, respeito e valorização”.

Esta página de O Correio da UNESCO é dedicada ao Dia Internacional para a Eliminação da Violência Sexual em Conflitos (19 de junho de 2017).



Formação *online* de juízes para proteger jornalistas

Cursos *online* abertos para todos, projetados especialmente para juízes da América Latina, têm como objetivo treiná-los para promover e salvaguardar a liberdade e expressão, assim como atrair a sua ajuda para tornar a região menos perigosa para jornalistas. O tema do Dia Mundial da Liberdade de Expressão deste ano, comemorado em 3 de maio, é “Mentes críticas para tempos críticos”. Existe uma forma melhor de se obter mentes críticas do que formar os guardiões do sistema legal sobre liberdade de expressão?

Rosental Calmon Alves

Durante uma conferência realizada na Costa Rica, em maio de 2013, para comemorar o 20º Dia Mundial da Liberdade de Expressão da UNESCO, eu expressei meu entusiasmo a respeito dos cursos *online* abertos para todos (MOOCs - *massive open online courses*) ao então relator especial da ONU para a promoção e a proteção do direito à liberdade de opinião e expressão, Frank la Rue. Esses cursos *online*, visando à participação ilimitada e o acesso aberto via *web*, haviam apenas começado a ganhar impulso em 2012, quando eu ajudei no lançamento do primeiro MOOC de jornalismo, no *Knight Center for Journalism in the Americas*, da Universidade do Texas, em Austin. Por meio de vários MOOCs, nós atingimos milhares de jornalistas - e quase 100 mil pessoas até agora - em todo o mundo, com formação em habilidades avançadas às quais eles não teriam acesso de outra forma.

Após conversarmos sobre a “magia” de disseminar o acesso livre da formação em jornalismo para todas as partes do mundo, La Rue e eu debatemos o assunto da conferência da UNESCO da qual estávamos participando: a busca por meios de acabar com a impunidade endêmica de crimes contra jornalistas.

A impunidade em casos nos quais jornalistas foram assassinados ou atacados é um problema grave em muitos países latino-americanos.

Na última década, foram solucionados apenas 11% das mortes de jornalistas na região da América Latina e Caribe, de acordo com dados da UNESCO divulgados em 2016. Como foi percebido por vários especialistas na região, nesses casos, a impunidade com frequência gera mais violência contra jornalistas.

Nos últimos anos, o Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ) não apenas relacionou o México, o Brasil e a Colômbia entre os países mais mortíferos para jornalistas trabalharem, mas também colocou esses países no topo do *Global Impunity Index*, que classifica os países nos quais os assassinos de jornalistas estão livres.

Nós nos perguntamos se MOOCs poderiam ser utilizados como ferramentas para reduzir a violência contra jornalistas nessa área. Além disso, seria possível utilizar MOOCs para formar juízes em questões relacionadas à liberdade de expressão e à proteção de jornalistas?

Um sonho que se tornou realidade

Catalina Botero, então relatora especial para Liberdade de Expressão na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), que também estava participando da conferência, também estava entusiasmada com a ideia. Pouco depois, Guilherme Canela



© UNESCO / Marc James

Godoi, consultor da UNESCO em Comunicação e Informação para o Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) e Chile, se juntou a nós para transformar em realidade o sonho de criar um MOOC para juízes.

Oferecido quatro vezes entre 2014 e 2016, o MOOC intitulado O Marco Legal Internacional de Liberdade de Expressão, Acesso à Informação e Proteção de Jornalistas (*The International Legal Framework of Freedom of Expression, Access to Information and Protection of Journalists*) beneficiou mais de três mil juízes e funcionários do Poder Judiciário na América Latina. Resultado da colaboração entre UNESCO, CIDH e o *Knight Center*, o curso alcançou juízes de todos os países latino-americanos, com exceção de Cuba.

Atualmente, La Rue é diretor-geral adjunto de Comunicação e Informação na UNESCO, e Botero é reitora da Faculdade de Direito da *Universidad*

de Los Andes, em Bogotá, em sua Colômbia natal. Juntamente com Edison Lanza, o atual relator especial para Liberdade de Expressão na CIDH, eles continuam trabalhando na quinta edição, revisada e aprimorada, do MOOC sobre liberdade de expressão, que terá início em 8 de maio de 2017, poucos dias depois da Conferência do Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, que irá acontecer em Jacarta, Indonésia.

Esse MOOC segue o modelo utilizado pelo *Knight Center* para formação em jornalismo. O curso é assíncrono, de modo que cada estudante pode trabalhar nos dias e horários que lhes forem mais convenientes, dentro do período do curso – nesse caso, seis semanas, de 8 de maio a 10 de junho de 2017. O conteúdo do curso é dividido em módulos semanais, cada um com um conjunto de palestras em vídeo, materiais de leitura e fóruns, nos quais os estudantes devem debater os tópicos e responder as perguntas propostas pelos instrutores. Aqueles que

cumprem e completam as exigências do curso recebem um certificado.

Testando a aceitação do curso

O programa-piloto, lançado no outono de 2014 com subsídio do Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação (IPDC), destinou-se exclusivamente a juízes e outros funcionários da Justiça do México. Nós estávamos apenas testando o curso, inseguros sobre a resposta dos juízes mexicanos.

Essa resposta foi melhor do que poderíamos imaginar – mais de mil inscrições foram recebidas, e um total de 932 juízes, magistrados, procuradores, oficiais de justiça e outros funcionários de tribunais de todo o México aceitaram o curso. O apoio da Suprema Corte Mexicana ao projeto contribuiu para o seu sucesso extraordinário. Nós soubemos então que estávamos indo na direção certa, usando a tecnologia digital para oferecer uma formação



de qualidade, com uma ótima relação de custo-benefício comparada à tradicional formação presencial.

Uma vez que o curso foi destinado principalmente ao Poder Judiciário do México, nós designamos o dr. Miguel Rábago, professor da Faculdade de Direito da *Universidad Iberoamericana*, na Cidade do México, para tratar do marco legal mexicano sobre liberdade de expressão. Convidamos a dra. Margarita Torres, professora de jornalismo, também da *Iberoamericana*, para moderar os debates no MOOC e facilitar o contato entre os estudantes e os instrutores.

Após o sucesso dos dois projetos-piloto no México - um em âmbito nacional e outro para o estado de Coahuila -, o primeiro MOOC para juízes de toda a América Latina foi introduzido no outono de 2015. O governo da Suécia apoiou o projeto, assim como a Rede Ibero-americana de Escolas Judiciais (RIAEJ) e a Cúpula Judicial Ibero-americana. Isso ajudou a atrair mais de 1,2 mil participantes.

Os monitores são eficazes

Um segundo MOOC foi lançado no ano seguinte, com um processo seletivo mais rigoroso que deu preferência a juízes. A principal mudança para os 624 participantes foi a introdução de

uma equipe de monitores - um grupo de advogados de diferentes partes da América Latina - que foi treinada especialmente por Botero para dirigir o curso. Por exemplo, os monitores conduzem as atividades nos fóruns de discussão - um componente central do MOOC - e respondem questões legais dos estudantes. Pela primeira vez, os fóruns foram divididos em certas regiões e países, o que facilitou os debates e a apresentação de casos e referências. Os monitores tiveram tanto sucesso que também serão incluídos no curso de 2017.

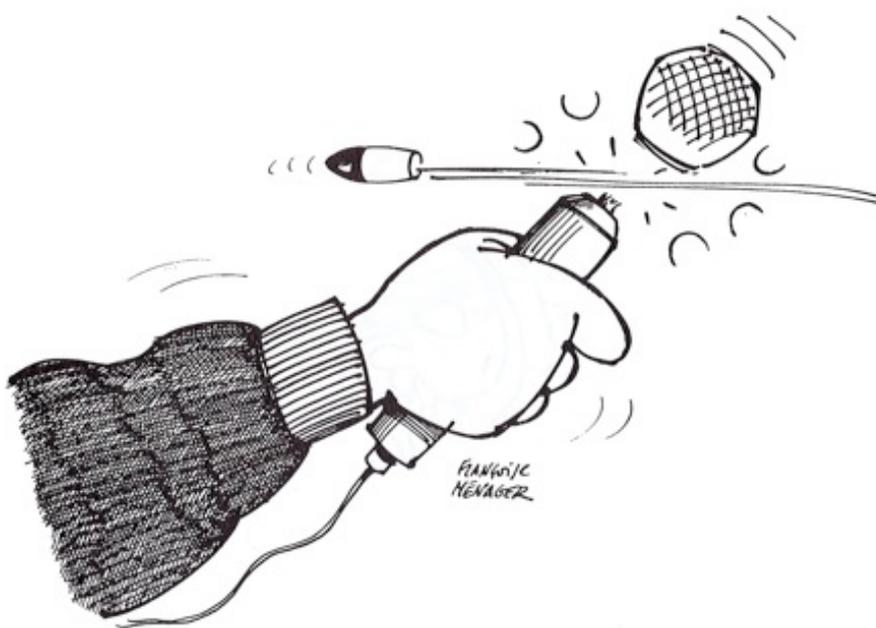
Assim como em todos os projetos de educação a distância do *Knight Center*, os estudantes foram convidados a participar de uma avaliação do curso e dos instrutores para cada MOOC. Até agora, os resultados têm sido muito positivos, com altas taxas de satisfação com o curso, com o uso da nossa plataforma e com os instrutores e monitores.

Como escreveu um participante em sua avaliação, o MOOC "alterou minha forma de pensar sobre a necessidade de preservar e proteger o direito à liberdade de expressão". Uma juíza de um tribunal de recursos, que cursou o MOOC em 2016, disse que o curso deu a ela "uma perspectiva mais ampla sobre o assunto (liberdade de expressão)" e foi uma oportunidade "para aprender

com maior detalhamento sobre a sua importância no âmbito internacional, pois ela é efetivamente um pilar para fortalecer o Estado de direito em uma sociedade democrática. Entender o assunto foi impressionante para mim. Eu o levarei em consideração em minhas decisões como magistrada em um tribunal de recursos".

Quatro anos após a conferência na Costa Rica, a América Latina continua sendo uma das regiões mais perigosas do mundo para jornalistas. Porém, mais juízes estão aprendendo sobre o marco legal internacional de liberdade de expressão, acesso à informação e proteção de jornalistas. Os MOOCs são exemplos de ações concretas que podem contribuir para um melhor entendimento das questões relacionadas à liberdade de expressão na região.

O professor **Rosental Calmon Alves**, um pioneiro do jornalismo *online* em seu país natal, o Brasil, é o diretor fundador do *Knight Center for Journalism in the Americas*, um programa de extensão que ajuda milhares de jornalistas em todo o mundo por meio da formação *online*. Alves é titular da Cátedra Knight em Jornalismo Internacional na Universidade do Texas, em Austin; na mesma universidade, de 2004 a 2016, ele também foi titular da Cátedra UNESCO em Comunicação. Ele é ex-presidente da ORBICOM, a Rede Mundial de Associados e Cátedras UNESCO em Comunicação.



Compreender os oceanos

“Nós sabemos mais sobre a topografia de Marte do que sobre o fundo do oceano na Terra”, diz Shin Tani, embora os oceanos “tenham um impacto direto muito maior em nossa vida cotidiana do que a superfície de Marte”. Porém, hoje, nós temos a capacidade de mapear com mais detalhes do que nunca o fundo dos oceanos, e isso é essencial para a gestão dos estoques de peixes e das mudanças ambientais, compreendendo o transporte de sedimentos, a previsão de *tsunamis*, a extração de minerais e muitas outras áreas.

Shin Tani

A lacuna de nossa compreensão sobre a Terra se deve em grande parte porque os recursos são mais prontamente alocados para a exploração da superfície de outros planetas, além do fato de que o mapeamento submarino é uma atividade complexa, especialmente em grandes profundidades.

A água absorve, reflete e refrata a luz de tal modo de que é difícil “ver” através dela com meios visuais além de mais do que algumas dezenas de metros. Enormes faixas dos oceanos, especialmente aquelas distantes das áreas costeiras e dos países, ainda são mapeadas de forma inadequada. Ambientes como os que existem abaixo das camadas de gelo polar e nos oceanos cobertos de gelo são tão desconhecidos por nós atualmente como eram as profundezas do oceano para os primeiros mapeadores de mais de um século atrás.

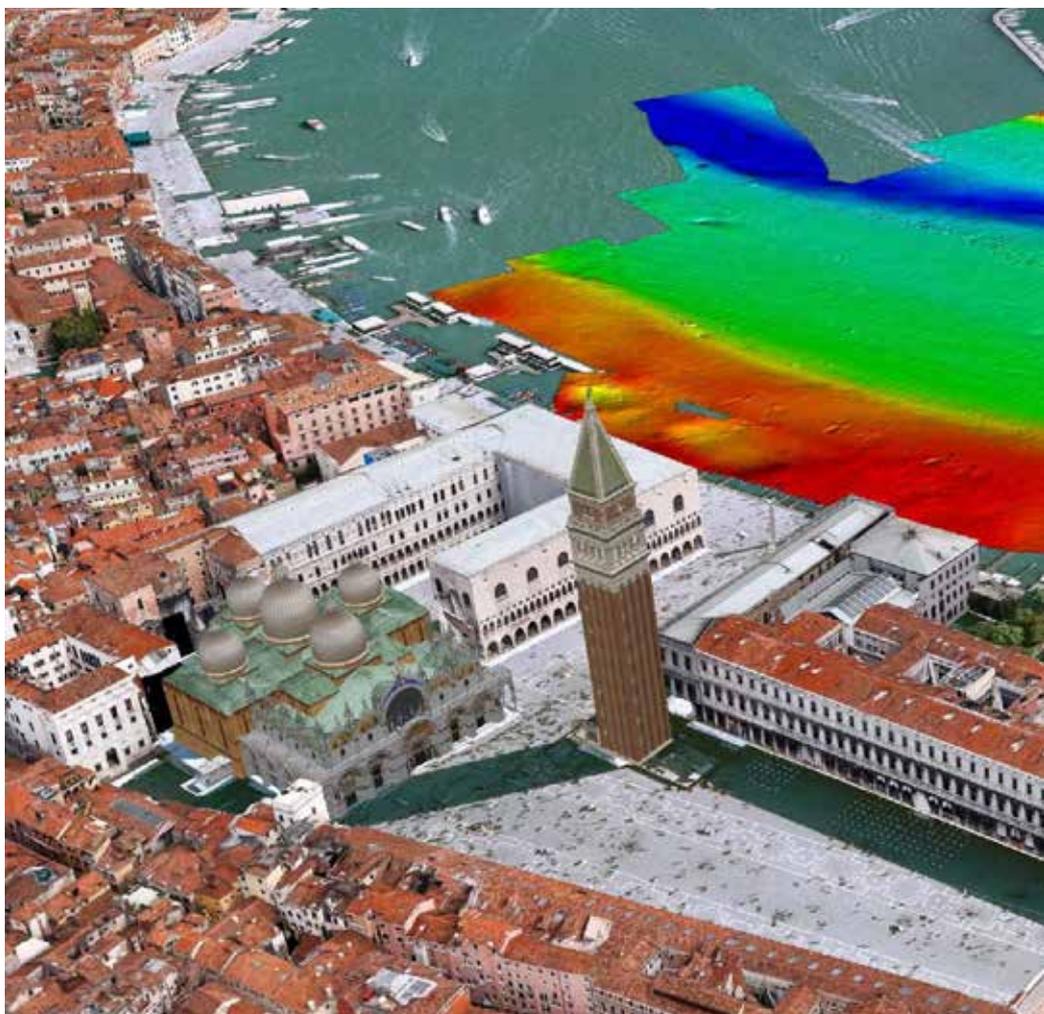
Porém, hoje, com o advento do mapeamento por satélite, sonares de feixe múltiplo e outros avanços do sensoriamento remoto, nós temos

acesso a uma gama cada vez mais ampla de tecnologias, que tornam possível o mapeamento do fundo dos oceanos com mais detalhes do que nunca.

Mapeamento de feixe múltiplo

Recentes progressos realizados por sonares de feixe múltiplo – pulsos sonoros (*pings*) que vêm do fundo do mar, utilizando instrumentos instalados em embarcações – têm aumentado a resolução do mapeamento de forma tão significativa que os dados obtidos antes se tornaram praticamente obsoletos. As conclusões científicas obtidas com base em informações batimétricas esparsas devem ser reexaminadas e refinadas. Apenas cerca de 11% do Ártico foi mapeado com o uso de sonares de feixe múltiplo, o que deixa uma vasta área que precisa ser mapeada dessa forma, para garantir que todas as atividades marinhas da região sejam plenamente beneficiadas. O custo da tecnologia de feixe múltiplo caiu de forma acentuada desde que foi utilizada pela primeira vez nas décadas de 1960 e 1970, o que a torna uma proposta mais econômica.





Batimetria de águas rasas na Lagoa de Veneza, Itália, uma das maiores lagoas da Europa.

Enquanto isso, outras tecnologias, como a geodésia - ou mapeamento gravitacional - por satélites também estão sendo desenvolvidas. Por meio do cálculo de anomalias em campos gravitacionais, esse processo pode destacar picos e depressões no fundo do mar.

Contudo, isso requer tempo, investimento e coordenação. Em especial, à comunidade científica cabe o ônus de explicar ao público e às agências de financiamento por que a batimetria - o estudo da profundidade e da topografia do fundo do mar - merece mais atenção.

Têm ocorrido progressos nessa área. Em junho de 2016, no Fórum para o Futuro do Mapeamento do Fundo do Oceano (*Forum for Future Ocean Floor Mapping*), realizado em Mônaco, Yohei Sasakawa, presidente da *Nippon*

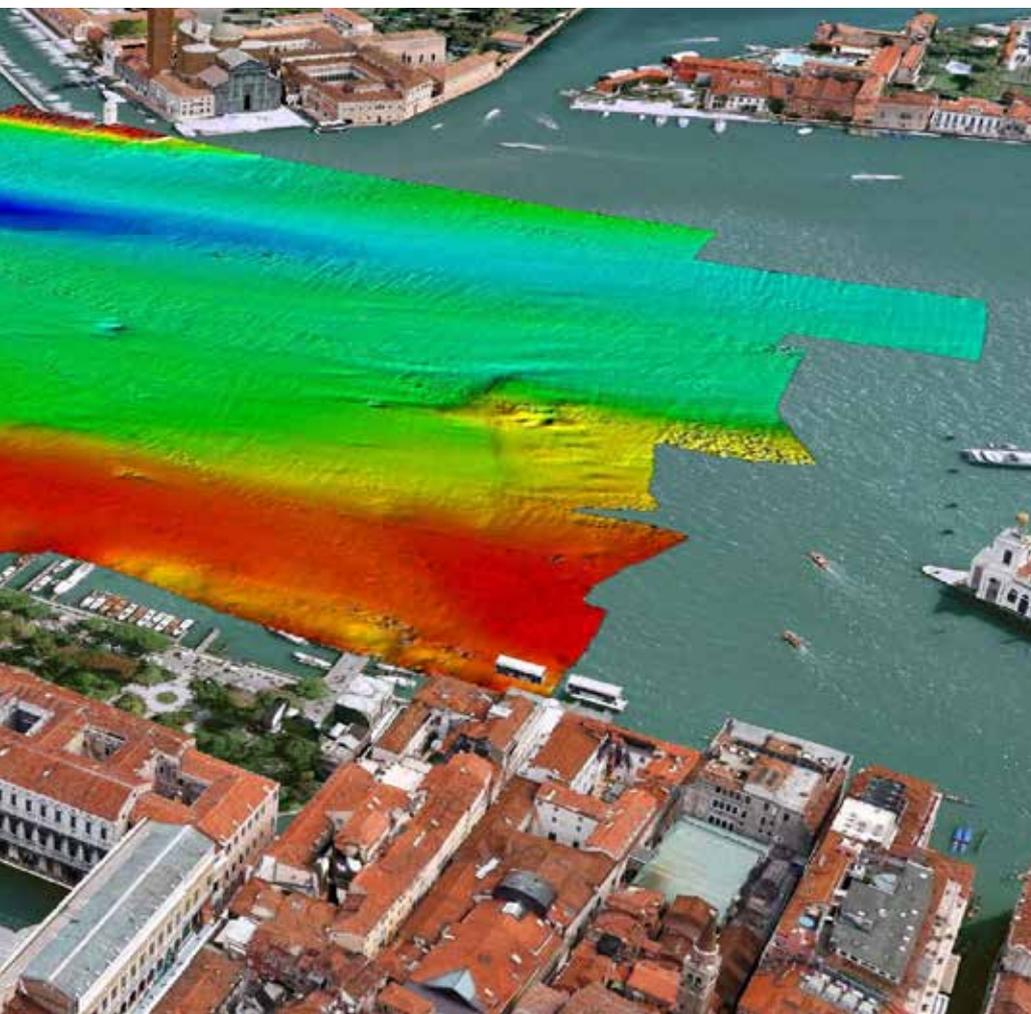
Foundation, a maior fundação privada do Japão, como uma longa história de apoio às principais questões marinhas, usou sua fala para anunciar um plano de mapear todo o fundo do mar até 2030. Isso será realizado em parceria com o Mapa Batimétrico Geral dos Oceanos (GEBCO), que a *Nippon Foundation* tem apoiado por muitos anos. O GEBCO é um projeto conjunto da Organização Hidrográfica Internacional (OHI) e da Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI) da UNESCO.

Não é difícil de se encontrar razões para direcionar mais recursos para o mapeamento do oceano. Os oceanos são regiões tão ou mais fascinantes e desafiadoras para os seres humanos do que outros ambientes deste ou de qualquer outro planeta. A julgar pelas experiências passadas, eles guardam muitas surpresas para nós, com inúmeras

descobertas benéficas realizadas durante a exploração oceânica. Além disso, eles têm um impacto direto muito maior em nossa vida cotidiana do que a superfície de Marte.

A batimetria é essencial para a navegação e para a gestão costeira, mas também para uma quantidade crescente de outros usos. É fundamental para o estudo dos seguintes assuntos: circulação em águas profundas, marés, previsão de *tsunamis*, ascensão da água fria de baixas profundidades, recursos pesqueiros, ação das ondas, transporte de sedimentos, mudanças ambientais, estabilidade das encostas, paleo-oceanografia, seleção de locais para a construção de plataformas, cabos, oleodutos e turbinas eólicas em alto-mar, depósitos de lixo, extração de minerais e muitas outras áreas.

Talvez seja este o caso mais fácil de se apresentar a partir de uma perspectiva



© Marzia Rovere

comercial: quanto melhor for o nosso conhecimento sobre o fundo do mar, mais efetivamente seremos capazes de administrar os ambientes marítimos para assegurar a realização de uma pesca que seja sustentável e produtiva. A batimetria é essencial para a nossa compreensão sobre os *habitats* de vida marinha em águas profundas. Um melhor conhecimento sobre os oceanos também ajuda a tornar as indústrias extrativistas mais seguras e mais eficientes.

O impacto de tsunamis

A utilidade do mapeamento do fundo do mar vai muito além de preocupações puramente comerciais. Tomemos por exemplo o estudo dos *tsunamis*. Se os cientistas souberem mais sobre os contornos do fundo do mar e das profundezas do oceano, então, mais precisa será a previsão do

comportamento das enormes massas de água deslocadas por maremotos. Os modelos de propagação dos *tsunamis* exigem tanto a batimetria de águas profundas como o mapeamento de alta resolução próximo à costa, para fornecer um quadro completo de como a água se deslocará das grandes profundidades em direção às áreas mais rasas, e dos impactos que isso causará na costa.

Um melhor mapeamento do fundo do oceano não irá aprimorar nossa capacidade de prever quando os *tsunamis* ocorrerão – pois eles são causados por eventos sismológicos –, mas nos fornecerá previsões mais precisas sobre a sua trajetória e sobre a sua gravidade, uma vez que eles se formarem.

O mapeamento do fundo do mar também é uma ferramenta essencial

para o esforço de acompanhar e prever mudanças ambientais de longo prazo, as quais terão um grande impacto em nossas vidas. Sabemos que a mudança climática está ocorrendo, que os oceanos se tornaram mais quentes e que as correntes oceânicas se alteraram. A forma como esses eventos se inter-relacionam é objeto de debates, mas nós sabemos que eles estão acontecendo e que devemos lidar com seu impacto.

Um bom exemplo de como um melhor conhecimento sobre a batimetria pode nos ajudar é o trabalho que está sendo realizado nos fiordes da Groenlândia e na Antártica, onde está localizada a maior parcela do gelo de todo o mundo. Nós medimos, e começamos a ver, o efeito do influxo da água oceânica mais quente nos canais glaciares e nas camadas de gelo da Groenlândia e da Antártica. Os resultados são a



redução dos glaciares, grandes eventos de separação – quando uma parte da camada de gelo se separa da massa maior –, grandes quebras do gelo e a retração dos glaciares. Podemos ver esse processo acontecendo em lugares como Jakobshavn, no oeste da Groenlândia e na Baía de Pine Island, no oeste da Antártica.

Esses eventos levam a um aumento da aceleração dos fluxos de gelo que drenam os glaciares e as camadas de gelo, o que, por sua vez, contribui para o aumento do nível dos oceanos. É difícil de se prever a escala e a taxa de aumento do nível dos oceanos, e é por isso que nós precisamos analisar o maior número possível de fatores, incluindo a taxa de derretimento do gelo, para tornar as previsões mais precisas.

É a batimetria que pode nos ajudar a medir a profundidade do limiar dos fiordes e os pontos de acesso nos quais a água subsuperficial mais quente pode entrar e fluir em direção ao glaciar ou, no caso de uma camada de gelo, para debaixo dela. Na atualidade, essas áreas são extremamente mal mapeadas.

Para alguns fiordes, nós não dispomos de praticamente nenhuma batimetria, e para regiões abaixo de camadas de gelo, os dados são obtidos principalmente a partir de incursões experimentais esporádicas realizadas por veículos submarinos autônomos. Um melhor mapeamento do fundo do mar nessas áreas permitirá uma maior compreensão sobre esses processos complexos.

Ao mesmo tempo em que são importantes as recompensas de melhores dados batimétricos, está claro que o mapeamento de vastas áreas oceânicas somente pode ser alcançado por meio da cooperação e da colaboração internacionais, envolvendo a comunidade científica, as instituições navais e as indústrias.

O vice-almirante (reformado) **Shin Tani** é presidente do Comitê de Orientação Misto OHI-COI sobre o Mapa Batimétrico Geral dos Oceanos (GC-GEBCO), cargo que ocupa desde outubro de 2013. Antes disso, por mais de 24 anos, ele realizou uma grande contribuição para o trabalho e as atividades do GEBCO. Shin Tani foi conselheiro do Secretariado do Gabinete do Governo do Japão, responsável pelos seguintes assuntos: política oceânica, energia renovável, pesquisa e monitoramento do oceano, gestão de dados, registro de terras marinhas e a Plataforma Continental Estendida na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS).



Sonar de feixe múltiplo e alta resolução montado no barco Explorador da Suécia, durante a Expedição Vega 2013 à Groenlândia.



© Martin Jakobsson

A Conferência das Nações Unidas para Apoiar a Implementação do ODS 14: "Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável" será realizada na Sede da ONU, em Nova York, de 5 a 9 de junho de 2017, para coincidir com o Dia Mundial dos Oceanos (8 de junho).



Celebrar os livros e a leitura para todos

Conacri é a Capital Mundial do Livro de 2017

Koumanthio Zeinab Diallo

Das maiores cidades às menores vilas, a notícia se espalha como um incêndio. Conacri, a capital da Guiné, foi nomeada a Capital Mundial do Livro de 2017 pelo Comitê Consultivo de Especialistas reunido na Sede da UNESCO em Paris. Essa cidade portuária do Atlântico é a 17ª em todo o mundo a ser indicada, e apenas a terceira cidade africana a receber esse reconhecimento. O pontapé inicial acontece no dia 23 de abril, o Dia Mundial do Livro e dos Direitos Autorais.

A notícia, transmitida pela mídia e pelas rádios comunitárias, em geral foi recebida com entusiasmo, embora algumas pessoas acreditem que cultura e livros não são uma prioridade, considerando a extrema pobreza da população. Contudo, muitos reconhecem a nomeação como uma oportunidade para a cultura guineense ser mostrada no cenário internacional. Algumas pessoas chegam mesmo a esperar que o evento traga benefícios econômicos, com a quantidade de visitantes que ele atrairá e a atividade que criará. Para ávidos amantes da literatura, essa é uma oportunidade de dar aos livros e à cultura o reconhecimento que eles merecem. Autores que terão destaque incluem Camara Laye (1928-1980), que escreveu a autobiografia *L'enfant noir* (*A criança negra*, em tradução livre), e Fodéba Keita (1921-1969), escritor, compositor e criador da companhia de dança *Les Ballets Africains* (Os Balés Africanos).

Editoras guineenses veem a indicação como uma oportunidade de promover suas obras, de encontrar outras editoras e editores, e de descobrir novos autores.

Escritores, editoras, livrarias, gráficas, acadêmicos, jornalistas, estudantes e basicamente todas as pessoas que se sentem envolvidas no mundo do livro têm como objetivo o sucesso desse evento, que irá durar o ano todo. O ministro da Cultura, dos Esportes e do Patrimônio Histórico assegurou que o evento teve destaque durante os dias dedicados ao desenvolvimento de uma política cultural para a Guiné em âmbito regional, que aconteceram em quatro regiões do país entre meados de novembro e meados de dezembro de 2016.

Instituições responsáveis pela promoção de livros e da leitura têm trabalhado muito para comemorar o evento. Na região de Labé, a Superintendência para a Cultura está promovendo livros e a leitura em colaboração com o Museu Fouta e o *Guinea PEN Centre*, que criou 40 clubes escolares incluindo bibliotecas rurais.

Labé, a segunda maior cidade da Guiné, que apresenta uma alta concentração de escritores, jornalistas, clubes literários e bibliotecas, estabeleceu pontos de encontro para celebrar o evento. Houve sugestões de se realocar certas atividades de Conacri para Labé. Estas incluem a inauguração de quatro novos

clubes escolares pelo *Guinea PEN Centre*, o lançamento de um catálogo dos escritores da região e um álbum de fotos da mostra *Merveilles du Fouta* (*As Maravilhas de Fouta*, em tradução livre), no Museu Fouta Djallon. Debates dedicados a livros e à leitura também acontecerão na universidade e em escolas de ensino médio nesta cidade.

Em Conacri, cartazes anunciando o Ano Mundial do Livro estão sendo colados nas paredes da cidade, e panfletos sobre o evento estão sendo distribuídos em todos os lugares. Locais em todos os distritos da cidade, e até mesmo em cidades vizinhas, foram identificados para o estabelecimento de bibliotecas de mídia e pontos de leitura. O principal objetivo por trás desse grande evento, afinal de contas, consiste em tornar os livros acessíveis ao maior número possível de pessoas. De fato, é impossível desenvolver uma cultura de leitura se os livros são difíceis de se encontrar e se não existem bibliotecas.

O Ano Mundial do Livro ajudará a estimular a população alfabetizada a ler mais e, da mesma forma, promoverá o desenvolvimento e o impacto dos livros, e tornará os livros mais facilmente acessíveis, tanto para os estudantes como para os cidadãos em geral, de modo que eles sejam capazes de transformar o prazer da leitura em uma parte de sua vida cotidiana. E quem sabe, eventualmente talvez haverá bibliotecas de mídia e pontos de leitura

em todas as regiões da Guiné. Assim, o sonho de minha avó finalmente se tornaria realidade: como muitas mulheres de sua época, ela queria decorar sua sala de estar com estantes cheias de livros. Porém, considerando seu conteúdo, elas acabaram se tornando algo como uma “bibeloteca”!

Koumanthio Zeinab Diallo (Guiné) é uma das fundadoras da Associação de Escritores de seu país e do Clube de Literatura e Arte A. Hampâté Bâ. É também fundadora do *Guinea PEN Centre* e diretora-executiva do Museu Fouta. Ela escreveu várias peças de teatro, assim como romances e coleções de contos e poemas vencedores de prêmios.



© Mohamed Kaba (waoudesign) 2016

Um programa consistente

Algumas das atividades relacionadas a Conacri, Capital Mundial do Livro, incluem:

- Debates sobre os desafios enfrentados pela indústria livreira e editorial na Guiné
- Apresentação de autores guineenses ao público
- Encontros com autores guineenses e estrangeiros
- Dias dedicados à literatura estrangeira
- Um mês de poesia, história e lendas, e quadrinhos
- Festival Slam
- Homenagens aos escritores Laye Camara e William Sassine
- Um mês dedicado às escritoras, à literatura francófona e ao teatro





Esporte para a paz

O Dia Internacional do Esporte para o Desenvolvimento e a Paz será celebrado em 6 de abril, como tem acontecido todos os anos desde a sua proclamação pelas Nações Unidas em 2013.



O sorriso destes garotos de Nagpur, Índia, ilustra o poder que o esporte tem de trazer alegria e esperança, mesmo na falta de serviços básicos. (en.unesco.org/sportvalues).

© UNESCO / Ashutosh Sharma

A contribuição da atividade física para a educação, para o desenvolvimento humano e para a adoção de estilos de vida saudáveis tem sido amplamente demonstrada. Em termos de saúde, por exemplo, provou-se que não se exercitar o bastante é um ato responsável por 6% das doenças coronarianas, 7% do diabetes tipo 2 e 10% dos cânceres de mama e de cólon. Do mesmo modo, crianças que praticam atividades físicas têm menor probabilidade de fumar, de ter um comportamento sexual de alto risco e de usar drogas.

O esporte também contribui para a construção da paz. Seu papel congregador, que supera fronteiras geográficas, culturais e sociais, o transforma em um instrumento poderoso para promover os ideais de fraternidade, solidariedade, não violência, tolerância e justiça. O esporte une as pessoas em torno de valores comuns e universais, como o respeito, o trabalho em equipe, a igualdade, a disciplina, o esforço, a perseverança, a honestidade e o jogo limpo.

O esporte – competição, campeonatos, jogos etc. – nunca foi tão popular e midiático como hoje. Ele não é mais considerado um luxo, mas sim um investimento, especialmente em países em desenvolvimento.

A UNESCO oferece assistência e *expertise* para ONGs e Estados-membros que queiram elaborar programas de desenvolvimento relacionados a esportes, ou para desenvolver e fortalecer seus sistemas de educação física. A Organização também participa ativamente no combate à dopagem e atua com o secretariado do Comitê Intergovernamental para a Educação Física e o Esporte (*Intergovernmental Committee for Physical Education and Sport - CIGEPS*). Portanto, este dia é a oportunidade de se reafirmar a importância do esporte, não apenas como um direito humano que deve ser respeitado, mas também como um fator para a paz no campo de jogos global.

Combater e prevenir a radicalização dos jovens

Quando a internet e as mídias sociais são utilizadas como canais para a propaganda e o recrutamento de jovens para organizações extremistas, a prevenção também deve ser realizada por meio dos mesmos canais, de acordo com o governo de Quebec que, recentemente, implementou uma estratégia com foco em combater esse tipo de mensagem *online*. Essa decisão vem em resposta a uma conferência internacional organizada por Quebec em colaboração com a UNESCO em outubro de 2016.

A radicalização de jovens está se espalhando e ameaça a segurança de cidadãos em todo o mundo. Em maio de 2017, será a vez do Líbano – mais uma vez com a colaboração da UNESCO – de reunir, na cidade de Biblos,

vários especialistas, representantes da sociedade civil e funcionários públicos em torno do tema “Juventude e tecnologias da informação e da comunicação: rumo à luta contra o extremismo violento no ciberespaço”.

Tendo confirmado o Plano de Ação das Nações Unidas para Prevenir o Extremismo Violento, que foi lançado em 2015, a UNESCO auxilia seus Estados-membros no desenvolvimento de estratégias de prevenção que enfocam o diálogo e a educação para a cidadania. Programas são direcionados aos jovens, para fornecer a eles, desde pequenos, os meios necessários para exercer seu livre arbítrio e fazer uma diferença positiva. A UNESCO também apoia a mídia, os gestores políticos e os pesquisadores

para encontrar medidas as mais adequadas para prevenir e abordar essa radicalização perturbadora que afeta a internet e as ruas.

De fato, não é suficiente combater o extremismo, a violência, a radicalização, a discriminação e o ódio. Devem ser tomadas ações oficiais, com a implementação de ferramentas para desativar esse processo, que é enraizado na ignorância e no medo dos outros. Em outras palavras: prevenir é melhor do que remediar.

Uma visita do povo do Lago do Urso

Nos Territórios do Noroeste do Canadá, a Reserva da Biosfera de Tsá Tué sempre foi a pátria dos *sahuto'ine*, o "povo do Lago do Urso". A região abrange o Grande Lago do Urso (*Great Bear Lake*), o último lago intocado do Ártico, assim como parte de sua bacia hidrográfica. Tendo estabelecido seu assentamento na margem esquerda do rio, os *sahuto'ine* tiram sua subsistência da colheita e do turismo.

Preservada da poluição, a natureza da Reserva da Biosfera, a saudável atividade pesqueira e a presença de várias espécies, incluindo ursos pardos, caribus e alces por toda a bacia hidrográfica, constituem um ecossistema absolutamente único. A manutenção de sua integridade é essencial para a comunidade e a cultura dos *sahuto'ine*.

Quatro representantes da comunidade viajarão a Paris para compartilhar suas histórias e apresentar sua visão durante um intercâmbio de estratégias indígenas para a salvaguarda das terras sagradas, dos estilos de vida tradicionais e do uso sustentável das terras.



A Reserva da Biosfera de Tsá Tué, que abrange o Grande Lago do Urso – o último lago intocado do Ártico –, nos Territórios do Noroeste do Canadá, agora é reconhecida como um modelo internacional de como os seres humanos devem viver com a natureza.

© UNESCO / Patrick Kane

O evento, organizado pela Comissão Canadense para a UNESCO, pelo programa O Homem e a Biosfera (MAB) e pelo projeto Sistemas de Conhecimento Locais e Indígenas (*Local and Indigenous Knowledge Systems*

- UNESCO-LINKS), acontecerá no dia 3 de abril na Sede da UNESCO. Nós podemos esperar por um momento memorável de compartilhamento.

Recursos educacionais abertos ganham terreno

O acesso universal ao conhecimento e à educação de qualidade – o quarto dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – é um pré-requisito necessário para o desenvolvimento econômico e social, assim como para o diálogo intercultural.

Os recursos educacionais abertos (REA) oferecem uma oportunidade sem igual para compartilhar conhecimento e fortalecer capacidades. Livros didáticos, programas, cursos, vídeos, desenhos animados são todos materiais que pertencem ao domínio público ou são publicados com licenças de conteúdo aberto e, por isso, podem ser legalmente utilizados, compartilhados, reproduzidos e até mesmo adaptados. Ao longo dos últimos 15 anos, a UNESCO tem contribuído amplamente

para o desenvolvimento dos REA, em especial pela organização do primeiro Fórum Global de REA em 2002 e do primeiro Congresso Mundial de REA em 2012. Além disso, a UNESCO desenvolveu a Plataforma de Formação Aberta (*Open Training Platform - OTP*), que oferece mais de 10 mil REA projetados para ajudar as atividades de formação e de pesquisa.

O segundo Congresso Mundial de REA acontecerá entre 18 e 20 de setembro de 2017 em Liubliana, Eslovênia. Em preparação para o evento, a *Commonwealth of Learning (COL)*, em parceria com a UNESCO e o governo da Eslovênia, está organizando seis reuniões regionais de consulta: na Malásia, para a Ásia (dezembro de 2016); em Malta, para a Europa (fevereiro de

2017); no Catar, para o Oriente Médio e o Norte da África (fevereiro de 2017); em Maurício, para a África (março de 2017); no Brasil, para as Américas (abril de 2017); e na Nova Zelândia, para o Pacífico (maio de 2017).

Essas consultas tratarão do tema "REA para uma educação de qualidade inclusiva e equitativa: do compromisso à ação". As reuniões visam a mensurar a implementação das recomendações produzidas durante o primeiro Congresso Mundial em 2012, explorando estratégias e soluções para integrar os REA nas políticas nacionais, assim como estimular mais governos a publicarem material pedagógico de licença aberta produzido com financiamento público.



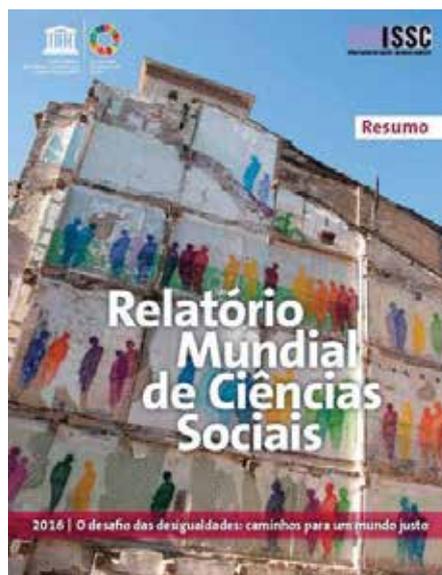
Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos, 2017 - Águas residuais: o recurso inexplorado, resumo executivo

12 p., il.

Disponível (em português) em:
www.unesco.org/brasil

O relatório completo (em inglês) está disponível em:
www.unesdoc.unesco.org

A edição de 2017 do Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos (2017 *UN World Water Development Report - WWDR 2017*), intitulado "Águas residuais: o recurso inexplorado", demonstra como a gestão melhorada das águas residuais gera benefícios sociais, ambientais e econômicos essenciais para o desenvolvimento sustentável. Particularmente, o Relatório busca informar aos tomadores de decisão, governos, sociedade civil e setor privado sobre a importância da gestão das águas residuais como uma fonte desvalorizada e sustentável de água, energia, nutrientes e outros subprodutos recuperáveis, em vez de algo a ser descartado ou um incômodo a ser ignorado.



Relatório Mundial de Ciências Sociais 2016:

O desafio das desigualdades: caminhos para um mundo justo, resumo

18 p., il.

Disponível (em português) em:
www.unesco.org/brasil

O relatório completo (em inglês) está disponível em:
www.unesdoc.unesco.org

O Resumo do Relatório Mundial de Ciências Sociais 2016 está fundamentado nos estudos de mais de 100 cientistas sociais e outros pensadores de destaque de todo o mundo, em várias disciplinas, para enfatizar respostas transformadoras à desigualdade em todos os níveis, das bases socioeconômicas até a governança mundial. O Relatório afirma que a desigualdade não controlada pode colocar em risco a sustentabilidade de economias, sociedades e comunidades. Argumenta que a desigualdade - e seus vínculos com outras formas de desigualdade, como de gênero, educação e saúde - deve ser mais bem compreendida para a construção de sociedades mais justas.



Educação para pessoas e o planeta:

criar futuros sustentáveis para todos
Relatório de monitoramento Global da Educação 2016, resumo

63 p., il.

Disponível (em português) em:
www.unesco.org/brasil

O relatório completo (em inglês) está disponível em:
www.unesdoc.unesco.org

Esta edição concisa do Relatório de Monitoramento Global da Educação (Relatório GEM) é o primeiro de uma série que irá analisar o progresso da educação sob os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O Relatório GEM traz recomendações baseadas em fatos para as políticas, as estratégias e os programas necessários para cumprir a visão ambiciosa da Agenda da Educação 2030. Ele discute os desafios de monitoramento do progresso do novo objetivo e das metas globais de educação para garantir avanços no acesso, na participação, na conclusão e na aprendizagem, além da diminuição das desigualdades. Além disso, oferece aos leitores uma fonte autorizada que lhes possibilita defender o valor e a importância da educação em todos os níveis da tomada de decisões.

Acompanhe o debate na próxima edição de *O Correio da UNESCO*, em julho de 2017:

Uma mídia fragmentada e um público desiludido

Notícias falsas

Linha tênue entre fatos e opiniões

Uma ética profissional com falhas

Uma imprensa enfraquecida

Um modelo de negócios obsoleto

Estes são os muitos desafios que o Quarto Poder deve enfrentar na era da pós-verdade



Assine *O Correio da UNESCO*